



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE HISTÓRIA**

MAICON RESENDE

**A PATRIMONIALIZAÇÃO DO SERTÃO DO PERI ENTRE HISTÓRIAS E
MEMÓRIAS (1976-2015)**

**FLORIANÓPOLIS
JULHO 2016**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE HISTÓRIA**

MAICON RESENDE

**A PATRIMONIALIZAÇÃO DO SERTÃO DO PERI ENTRE HISTÓRIAS E
MEMÓRIAS (1976-2015)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para a obtenção
do grau de Bacharel e Licenciatura em
História pela Universidade Federal de Santa
Catarina.

Orientadora: Profa. Dra. Mônica Martins
Silva

**FLORIANÓPOLIS
JULHO 2016**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Resende, Maicon

A patrimonialização do Sertão do Peri entre histórias e memórias (1976-2015) / Maicon Resende ; orientadora, Profa. Dra. Mônica Martins Silva - Florianópolis, SC, 2016.
110 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas. Graduação em História.

Inclui referências

1. História. 2. Parque Municipal da Lagoa do Peri. 3. Sertão do Peri. 4. Patrimonialização. 5. Memória. I. Silva, Profa. Dra. Mônica Martins . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em História. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos cinco dias do mês de julho do ano de dois mil e dezesseis, às catorze horas, na Sala de Reuniões do Centro de Educação – Universidade Federal de Santa Catarina, reuniu-se a Banca Examinadora composta pela Professora **Mônica Martins Silva**, Orientadora e Presidente, o Professor **Henrique Pereira Oliveira**, Titular da Banca, e a Professora **Daniela Fernanda Sbravati**, Suplente, designados pela Portaria nº22/HST/16 do Senhor Chefe do Departamento de História, a fim de arguirm o Trabalho de Conclusão de Curso do acadêmico **Maicon Resende**, subordinado ao título: “**A Patrimonialização do Sertão do Peri : entre Histórias e Memórias (1976-2015)**”. Aberta a Sessão pela Senhora Presidente, o acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi arguido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo o candidato recebido da Professora **Mônica Martins Silva**, a nota final **9,0**, do Professor **Henrique Pereira Oliveira**, a nota final **9,0**, e da Professora **Daniela Fernanda Sbravati**, a nota final **9,0**; sendo aprovado com a nota final **9,0**. O acadêmico deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, em versão digital ao Departamento de História até o dia vinte e um dias do mês de julho de dois mil e dezesseis. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo candidato.

Florianópolis, 5 de julho de 2016.

Banca Examinadora:

Prof.a **Mônica Martins Silva** *Mônica*

Prof. **Henrique Pereira Oliveira** *Henrique*

Prof.a **Daniela Fernanda Sbravati** *Daniela F. Sbravati*

Candidato **Maicon Resende** *Maicon Resende*



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto _____ que _____ o
acadêmico(a) Maicon Resende, matrícula 07265033
n.º _____, entregou a versão final de seu TCC cujo título é
A Patrimonialização do Sentão do Peri entre histórias
com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa. e memórias (1976-2015)

Florianópolis, 21 de julho de 2016.

Milva

Orientador(a)

*Dedico esse Trabalho de Conclusão de Curso para minha querida mãe
Terezinha Aparecida Resende que sempre me apoia nas decisões.*

AGRADECIMENTOS

Acredita-se que a vida é baseada em círculos, quando um termina outro se inicia e assim sucessivamente. A verdade é que esse meu ciclo de graduando do curso de História, iniciado no segundo semestre do de 2007 já deveria ter acabado a muito tempo. No entanto, a permanência nesse ciclo proporcionou o aprimoramento acadêmico e a própria identificação com o campo da História.

Essa aproximação com o curso aconteceu a partir do momento em que participei do PIBID de História durante os anos de 2013 e 2014, no projeto conheci todas as pessoas que foram de extrema importância para esse Trabalho de Conclusão de Curso. Não tenho a pretensão ou a ousadia em classificar qual delas teve maior importância, mas merecem todo o carinho e o meu respeito, pois além de serem ótimas profissionalmente são melhores ainda pessoalmente, por isso agradeço a:

Professora Mônica Martins Silva por, em primeiro lugar, entender as minhas dificuldades e limitações na produção deste trabalho. Tivemos que começar do zero, mesmo eu acreditando que já estava tudo pronto. O resultado deste trabalho só foi possível por causa da sua orientação, atenção e paciência.

Professora Andréa Ferreira Delgado por me apresentar o tema de pesquisa e me fazer entender da importância que essa teria depois de finalizada. Apesar de não acompanhar até o final, acredito que ela ficará muito feliz em saber que “até que enfim” consegui finalizá-la.

Professora Daniela Fernanda Sbravati personagem importante para o desenrolar dessa pesquisa, participando nos momentos mais valoroso do trabalho: “as entrevistas”. Conseguimos compartilhar várias experiências ao logo da pesquisa.

Para finalizar esse ciclo gostaria de agradecer a gentileza do Professor Henrique Pereira Oliveira em aceitar participar da banca deste trabalho. E agradecer a Professora Renata Palandri Sigolo pela paciência e auxílio nesses últimos dois semestres.

Existe outro ciclo, porém, esse eu espero que não acabe nunca, que é o círculo pessoal e de amizades, agradeço, em primeiro lugar, a minha Mãe que, mesmo sem fazer ideia de qual era a minha pesquisa, sempre acreditou que um dia eu iria terminar, sempre com mensagens positivas e carinhosas.

Agradeço a minha amiga, companheira, bibliotecária, meu amor Marchelly Porto, por estar sempre do meu lado, me policiando, me orientando e me amando

durante esse tempo todo. A cunhada Morena Porto, por sempre trazer comida durante a escrita desse trabalho.

Aos meus amigos da saudosa e respeitada República Os Pirata e seus inúmeros moradores e agregados. A “Galera do Futebol” sempre presente nos melhores e nos piores momentos de bar e por sempre estarem atentos às lamentações e frustrações.

Ao famoso grupo de pensadores do Mentirismo Histórico da UFSC, dentre eles Gesiel Pinho, Tiago Garganta, Marcos Dalcastanha, Jordane Camara e nosso representante engravatado Diogo Massochin e sua frase célebre “malditos comunistas”.

E por último gostaria de agradecer a equipe que compõe a Livraria Livros & Livros, por me liberar do trabalho sempre que precisei. Mais especificamente a minha querida Pétula Rodrigues, que além de ocupar o cargo de gerente, ocupa o cargo de psicóloga, amiga, mãe e etc. E ainda não posso esquecer-me do querido Daniel Mayer, que me acolheu e entendeu o meu temperamento desde o início.

“E viva o Mentirismo Histórico fundado em 2007/2”

História UFSC 2007

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como propósito investigar a comunidade do Sertão do Peri, localizada no Sul da Ilha de Santa Catarina, a fim de compreender o seu processo de patrimonialização, iniciado em meados da década de 1970. Utilizamos fontes documentais escritas e documentos produzidos a partir do método da História Oral. Foram entrevistados alguns dos moradores que tiveram suas vidas divididas com essas transformações da cidade. Com isso conseguimos concluir que as transformações ocorridas na cidade, principalmente com as restrições impostas na lei de criação do Parque Municipal da Lagoa do Peri, provocaram fortes mudanças no modo de vida da comunidade que vive no Sertão do Peri, impactando as suas memórias.

Palavras-chave: Parque Municipal da Lagoa do Peri. Sertão do Peri. Patrimonialização. Patrimônio Imaterial. Memória.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização do Serão do Peri	21
Gráfico 1 – Relação dos tipos de Engenho na Ilha de Santa Catarina	73
Figura 2– Localização dos engenhos na Ilha da Santa Catarina.....	74
Figura 3 – Colheita da mandioca	84
Figura 4– Transporte da colheita em carro de boi	85
Figura 5 – Processo de raspagem da mandioca no rancho do engenho	86
Figura 6– Utilização do sevador	86
Figura 7 – Prensa utilizada no engenho	87
Figura 8 – Fornecedor do engenho	88

LISTA DE SIGLAS

CASAN – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento

COTESPHAN - Comissão Técnica do Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural

FATMA - Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPUF - Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis

PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência

PMLP - do Parque Municipal da Lagoa do Peri

SEPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural (de Florianópolis)

SESAS - Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Social

SPHAM - Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município (de Florianópolis)

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 A DESCOBERTA DO SERTÃO PERI.....	21
2.1 O Relatório sobre a Caracterização da População Residente da Bacia da Lagoa do Peri: a ressignificação da comunidade do Sertão do Peri.....	23
2.2 O Plano Diretor do Parque: a instituição dos valores.....	40
3 O PLANO É MODERNIZAR	48
3.1 O processo de “modernização” de Florianópolis final do século XIX a 1950 ...	48
3.2 A modernização de Florianópolis por meio dos Planos Diretores (1950-1976). 51	
3.3 Desenvolvimento das ações e das políticas públicas da preservação do patrimônio em Florianópolis	55
3.4 Desenvolvimento do turismo na Ilha de Santa Catarina	57
3.5 A Invenção do “Sertão do Peri”	59
4 PROCURANDO O ENGENHO ENCONTRAMOS MEMÓRIAS	69
4.1 Engenhos do Sertão do Peri	72
4.2 Uma xícara de café no Sertão do Peri e um pouco da memória dos moradores do lugar.....	79
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
REFERÊNCIAS.....	99
APÊNDICE A – Roteiros das entrevistas.....	104
APÊNDICE B – Informações sobre as entrevistas	110

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como propósito investigar a comunidade do Sertão do Peri, a fim de compreender o seu processo de patrimonialização iniciado em meados da década de 1970 e as implicações na memória de alguns dos moradores da comunidade. Localizada no Sul da Ilha de Santa Catarina, entre dois bairros de Florianópolis: Armação do Pântano do Sul e do Ribeirão da Ilha, atualmente faz parte do Parque Municipal da Lagoa do Peri, de acordo com a Lei Municipal 1828/81 (FLORIANÓPOLIS, 1981).

O primeiro contato com o tema foi por meio da participação do projeto elaborado para o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), do Curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), durante os anos de 2012 e 2013. O projeto relacionava a formação de professores com uma proposta de Educação Patrimonial. O projeto realizou investigações nos campos do Patrimônio Cultural e do Patrimônio Ambiental, nos bairros da Armação e do Ribeirão da Ilha, visando à produção de materiais didáticos associando tempo, espaço, paisagens e culturas para a construção de conhecimentos escolares, que dialogassem com as problemáticas e questões do cotidiano dos alunos das Escolas Básica Municipal “Batista Pereira” e “Professora Dilma Lúcia dos Santos” em Florianópolis.

Na condição de bolsista, fui incumbido de realizar a investigação sobre o “Sertão do Peri: memória e cultura material no Sul da Ilha de Santa Catarina”. Em um primeiro momento, foi desenvolvido um levantamento bibliográfico em teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso em diferentes áreas do conhecimento, que abordassem aspectos relevantes ao tema.

Em seguida, pesquisamos em edições de jornais, notícias a respeito da localidade. Na internet buscamos em sites, blogs e imagens referentes ao tema. Realizamos também algumas saídas de campo no Sertão do Peri, onde conversamos com alguns moradores, fotografamos a paisagem, objetos e engenhos, gravamos alguns depoimentos e um vídeo com um engenho em movimento no momento da “farinhada” (expressão utilizada na fabricação da farinha).

Ao longo de dois anos de pesquisa obtivemos alguns resultados que culminaram no desenvolvimento de dez atividades didáticas que fazem parte da proposta “Caixa de História: História Local e Patrimônio Cultural” destinadas às escolas públicas de Florianópolis com o objetivo de abordar a temática do Patrimônio Cultural do Sul da

Ilha de Santa Catarina, associada à História local. As atividades foram construídas utilizando diferentes ferramentas educacionais: recurso audiovisual, laboratório de informática, pesquisa na comunidade e roteiro ecológico, envolvendo também diferentes disciplinas como geografia e ciências.

Com os resultados da pesquisa sobre o Sertão do Peri conseguimos identificar que a história e a memória da localidade têm uma íntima ligação com a produção agrícola desenvolvida no local, evidenciadas principalmente no engenho. Percebeu-se também que muito além do maquinário utilizado para o beneficiamento da mandioca e da cana-de-açúcar, o engenho foi um “sistema” que contribuiu para a permanência e a utilização do espaço do Sertão do Peri, proporcionando trocas de experiências entre os moradores ao longo da trajetória de suas vidas, um componente importante na identidade da comunidade.

A cultura material, originada dos vestígios remanescentes da estrutura dos engenhos, somada às memórias, as marcas da cultura, os saberes e aos fazeres dos moradores, constituem o Patrimônio Cultural do Sertão do Peri, tanto de natureza material, quanto de natureza imaterial. Entretanto, é necessário que as pessoas da comunidade do Sertão do Peri compreendam que eles também constituem esse patrimônio, que na verdade são os personagens principais dessa história.

A localidade fazia parte da Freguesia da Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão, que compreendia toda a região Sul da Ilha de Santa Catarina, considerada um dos principais núcleos de povoação da Ilha e responsável pela dinâmica econômica da Ilha até o final do século XIX (PIAZZA, 1992). Por apresentar elementos naturais peculiares, a região onde está localizada a comunidade do Sertão do Peri, desde muito cedo, foi considerada uma área de interesse, primeiro pelos primeiros núcleos de povoação da Ilha, depois pelas ações tutelares do poder público.

A localidade está interligada ao processo de patrimonialização que configura a região, iniciado no ano de 1952 de acordo com o Decreto Presidencial nº30.443, que qualificou as matas da região como “Área de Florestas Remanescentes” e que seriam de propriedade do governo estadual. O decreto considerou toda a vegetação da Lagoa do Peri, desde suas margens até a extremidade sul da Ilha de Santa Catarina, prevendo ainda, as demarcações físicas dos limites da área (CENTRO DE ESTUDOS CULTURA E CIDADANIA, 1997).

Com o advento das políticas de urbanização e modernização, desencadeado no início do século XX e intensificadas a partir da década de 1950 em Florianópolis, a

região foi adquirindo mais importância para o poder público municipal. Nesse processo de urbanização e de modernização, algumas regiões foram ganhando significados diferentes, a maioria por conter remanescentes importantes para a preservação da cultura açoriana, assim como aconteceu na Freguesia do Ribeirão da Ilha e em Santo Antônio de Lisboa.

A ressignificação da bacia da Lagoa do Peri teve como as principais justificativas o seu vasto Patrimônio Natural e seu Patrimônio Cultural. Esses novos significados foram institucionalizados por meio dos planos diretores, decretos e leis criadas pelo poder público municipal de Florianópolis e que serão objeto de análise nesse trabalho. Paralelamente ao processo de patrimonialização do Sertão do Peri estão às políticas do Patrimônio Cultural no país que estavam em franca abertura e ampliação. A primeira ação na região foi o tombamento da área como Patrimônio Natural em 1952, como já explicado anteriormente, momento em que o IPHAN, órgão federal responsável pela construção e proteção do patrimônio histórico brasileiro, fundado em 1937, ainda estava na sua “Primeira configuração (1937- 1968): os monumentos de pedra e cal¹” assim como foi analisado por Delgado (2008).

Em Florianópolis, nesse período, ainda não existia um órgão responsável pela construção e proteção do patrimônio. O órgão responsável para tratar sobre o patrimônio municipal só foi fundado no ano de 1974, quando foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município (SPHAM), dois anos antes da segunda ação protecionista na região que ocorreu no ano de 1976, que, por meio do Decreto Municipal nº 1408, tombou a bacia hidrográfica da Lagoa do Peri como Patrimônio Natural de Florianópolis.

O tombamento da área se configurou como a primeira ação do poder público municipal, legitimando o direito e a responsabilidade de intervir na área, incluindo todos os recursos naturais existentes na mesma. Este fato representou um avanço em termos legais de preservação, pois uma vez inscrita no “Livro de Tombo” do Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico do Município de Florianópolis (SEPHAM), a área deveria ser submetida a um regime especial de cuidados, objetivando evitar a descaracterização dos recursos que motivaram o seu tombamento (CABRAL, 1999).

A terceira ação protecionista na região, a segunda do município no local, foi à criação, no ano de 1981, do Parque Municipal da Lagoa do Peri (PMLP) e a instituição

¹ De acordo com Maria Cecília Londres Fonseca (2003) os monumentos de “pedra e cal” referem-se ao patrimônio edificado, ao conjunto de monumentos antigos, obras de arte excepcionais.

do Plano Diretor de Ocupação e Uso do Solo, mediante a Lei nº 1.828/81. De acordo com o Art. 2º da Lei municipal, ficou determinado que os objetivos da criação do Parque eram:

- I - Proteger o manancial hídrico da Bacia da Lagoa do Peri de modo a permitir uma utilização adequada de seu potencial, visando abastecer a população do Sul da Ilha de Santa Catarina;
- II - Preservar o patrimônio representado pela fauna, flora e paisagem, de modo que possa ser utilizado como área de interesse ecológico e de pesquisa científica;
- III - Propiciar o desenvolvimento social crescente da Comunidade Nativa;
- IV - Aproveitar as condições peculiares de sua paisagem natural e cultural para o adequado desenvolvimento de atividades educativas, de lazer e recreação. (FLORIANÓPOLIS, 1981).

A Lei também subdividiu a área do Parque em: Área de Reserva Biológica, cujo objetivo é a proteção dos ecossistemas; Área de Paisagem Cultural, que visa a manutenção da cultura açoriana dos moradores locais; e Área de Lazer que tem como finalidade ações voltadas à educação ambiental e ao ecoturismo (FLORIANÓPOLIS, 1981).

A partir das premissas entende-se que esse trabalho de conclusão de curso se insere no campo do patrimônio uma vez que se pretende analisar o processo e as redes discursivas que engendraram a patrimonialização do Sertão do Peri. O caráter inovador desta pesquisa está em identificar e problematizar esse processo por meio da memória dos moradores da comunidade contrapondo-as com os discursos do poder público municipal da cidade de Florianópolis, caracterizado, principalmente, pelas ações institucionalizadas e determinadas ao longo do processo.

O processo de patrimonialização do Sertão do Peri ocorreu em um período em que o “patrimônio histórico e artístico” era imaginado como um conjunto de monumentos antigos que deveriam ser preservados, conhecidos como patrimônio de “pedra e cal”, assim como analisou Fonseca (2003), essa “imagem foi construída pela política de patrimônio conduzida pelo Estado por mais de sessenta anos” (FONSECA, 2003, p. 56).

Ainda de acordo com Fonseca (2003), essa limitação refletia sobre os instrumentos disponíveis de acautelamento, no qual produziu uma compreensão restritiva do termo “preservação”, foi só a partir do Decreto 3.551, de 4 de agosto de 2000, que se instituiu o “Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial”, criando-se

“requisitos ao universo dos bens considerados pelo Estado patrimônio histórico e artístico nacional” (FONSECA, 2003, p. 59).

Nessa nova categoria estão lugares, festas, religiões, formas de medicina popular, música, dança, culinária, técnicas, etc. Como sugere o próprio termo, a ênfase recai menos nos aspectos materiais e mais nos aspectos ideais e valorativos dessas formas de vida. Diferentemente das concepções tradicionais não se propõe o tombamento dos bens listados nesse patrimônio. A proposta é no sentido de “registrar” essas práticas e representações e de fazer um acompanhamento para verificar sua permanência e suas transformações (Gonçalves, 2003, p. 24).

Fonseca (2003) esclarece que o patrimônio imaterial ou intangível não se refere à mera abstração, em contraposição ao patrimônio material, uma vez um depende do outro (FONSECA, 2003, p. 65).

Assim, neste Trabalho de Conclusão de Curso reconhecemos que o patrimônio imaterial do Sertão do Peri se constitui pela memória dos moradores da comunidade que só pode ser compreendido por meio do seu patrimônio material representado no engenho e nas relações estabelecidas com o espaço ao longo dos anos.

Com o propósito de responder as questões e os objetivos dessa pesquisa, foi traçado um caminho metodológico baseado no uso de séries documentais e fontes orais.

Uma das séries que foram utilizadas para este trabalho foi a dos relatórios e processos e documentos oficiais da qual faz o “Relatório sobre a Caracterização Socioeconômica da População Residente na Bacia da Lagoa do Peri”, elaborado e realizado pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais e pelo Departamento de Sociologia da UFSC, encomendado pelo Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF). Realizado no ano de 1978 é o primeiro documento no qual o Sertão do Peri aparece, de acordo com o levantamento bibliográfico realizado. Também fazem parte dessa série documental os dois primeiros Planos Diretores Municipais de Florianópolis de 1955 e 1976, o Plano Diretor do Parque de 1978, assim como leis e decretos.

Foram utilizadas cinco entrevistas realizadas durante a pesquisa desenvolvida junto ao PIBID com alguns moradores da comunidade do Sertão do Peri. Posteriormente, por meio de outras questões, repetiram-se mais três entrevistas com os mesmos moradores da comunidade, formando outra importante série documental que foi utilizada para a composição desse trabalho.

As entrevistas foram construídas dentro da metodologia da História Oral e, para isso, foi necessário debruçar-se em algumas discussões. Delgado (2010) esclarece que a história oral é um método que nos auxilia na busca e na construção de novas fontes e

documentos, o registro é realizado por meio das narrativas, ora induzidas, ora estimuladas, por testemunhos “versões e interpretações sobre a História e suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais” (DELGADO, 2010, p. 15).

Alberti (2013, p. 13) também aponta que a escolha da história oral como uma ferramenta metodológica em uma pesquisa “não é um fim em si mesma, e sim um meio de conhecimento” na medida em que o uso do método se justifica dentro de um contexto de uma investigação científica. Por isso, é necessário compreender que a escolha do método “depende intrinsecamente do tipo de questão colocada ao objeto de estudo” e que também depende das condições de se desenvolver a pesquisa “não é apenas necessário que estejam vivos aqueles que podem falar sobre o tema, mas que estejam disponíveis e em condições (físicas e mentais) de empreender a tarefa que lhes será solicitada” (ALBERTI, 2013, p. 39). Assim:

A escolha dos entrevistados não deve ser predominantemente orientada por critérios quantitativos, por uma preocupação com amostragens, e sim a partir da posição do entrevistado no grupo, do significado de sua experiência. Assim, em primeiro lugar, convém selecionar os entrevistados entre aqueles que participaram, viveram, presenciaram ou se inteiraram de ocorrências ou situações ligadas ao tema e que possam fornecer depoimentos significativos (ALBERTI, 2013, p. 40).

Da mesma forma, devemos ter um conhecimento prévio dos entrevistados, pois uma breve biografia também é essencial para a elaboração dos roteiros das entrevistas, a fim de ter melhores resultados no momento da pesquisa. Na medida em que conhecemos suas biografias, passamos a compreender melhor o relato de suas experiências, seus discursos e suas referências pessoais (ALBERTI, 2013, p. 41).

Por isso as entrevistas foram estruturadas a partir da elaboração de roteiros temáticos, cuja construção exigiu um estudo biográfico prévio dos entrevistados. Foram dois roteiros: geral e individual. O roteiro de caráter geral reuniu e estruturou todos os pontos levantados durante a pesquisa, seguindo os objetivos estabelecidos no projeto e também serviu de base para a elaboração do roteiro individual, que foi elaborado para cada entrevistado. Os roteiros estão disponíveis nos Apêndices deste trabalho. É importante destacar que ao longo da pesquisa os roteiros foram alterados, de acordo com a dinâmica das entrevistas, uma vez que seus objetivos eram orientar o pesquisador e o mais importante nas entrevistas foi aproveitar cada palavra dos entrevistados.

Todos esses depoimentos foram gravados e utilizados na elaboração dos roteiros de entrevistas aplicados em 2015. Porém, não foi possível colher os depoimentos de

todos novamente. Em virtude de falecimento não conseguimos entrevistar a Dona Maria e o Seu João do Balaio e por alguns contratempos e desencontros o Seu Ailton também não foi entrevistado novamente. Neste trabalho foram apresentados quase todos os depoimentos colhidos, exceto o depoimento do Seu João do Balaio, visto que o áudio da sua entrevista não pode ser recuperado.

Cada entrevistado tinha um perfil diferente, com uma faixa etária entre 50 e 80 anos de idade. Com características diferentes: Dona Maria era a mais velha do grupo, no entanto a mais alegre, otimista e detalhista. Nascida e criada na comunidade.

Seu Sid nasceu na comunidade, porém teve que trabalhar como porteiro de um condomínio depois das restrições do Parque, antes disso, sempre viveu da lavoura e do engenho. Conhecido na comunidade pelo seu vasto conhecimento na fabricação da farinha de mandioca.

Dona Dilma não nasceu na comunidade é natural do Rio Duna, Imbituba sul do Estado de Santa Catarina, casou-se cedo com o Seu Sid, desde então nunca mais saiu da comunidade, tendo pouco contato com a “cidade” como afirma.

Zeca do Alambique nascido e criado na comunidade, também teve que ir trabalhar fora com o declínio das atividades no engenho, após a criação do Parque. É conhecido por quase toda a Ilha pela sua cachaça que produz artesanalmente, isso faz com que tenha contato direto com “os turistas”. Em relação aos outros entrevistados, é o que apresenta maior descontentamento com os rumos do Sertão do Peri.

Seu Ailton é nascido no bairro da Armação, por influência da sua esposa que nasceu na comunidade, comprou um terreno e montou um engenho aos moldes do século XIX. Tem muitas ideias acerca do turismo na comunidade.

Todos apresentam características distintas, no entanto, todos estavam ligados ao engenho e ao trabalho que envolvia as diferentes funções desde o plantio até o beneficiamento dos alimentos. As suas memórias, recordações, “causos” sempre se remetiam ao engenho e ao trabalho. Optamos em determinar o engenho como um “sistema” composto por pessoas, plantio, colheita, moagem, dentre todos os demais processos que envolvem o beneficiamento dos alimentos e as relações sociais.

Para a melhor apresentação das narrativas foi necessário determinar “marcos” ou categorias: infância, comemorações, saber fazer, Parque Municipal da Lagoa do Peri, futuro e turismo.

Para analisar as entrevistas foi necessário se debruçar sobre os conceitos referentes à memória que em um primeiro momento parece ser um fenômeno

individual, algo relacionado com a trajetória próprio de cada pessoa. Entretanto, a história de vida de cada um (a) de nós está entrelaçada com as histórias das pessoas com as quais nos relacionamos nos diferentes grupos que participamos: família, escola, amigos, colegas de trabalho etc. Assim como conceituou Halbwachs (1990), memória é também um fenômeno coletivo e social, ou seja, algo construído coletivamente e submetido a transformações e mudanças constantes ao longo da vida.

A memória também é seletiva como conceituou Michel Pollak (1992, p. 2003) na medida em que “nem tudo fica gravado” e “nem tudo fica registrado”, sendo ela parte herdada e pode sofrer “flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa”. Desta maneira a memória é construída por meio de uma “ligação fenomenológica muito estreita com o sentimento de identidade”, criando o sentimento de pertencimento e de laços identitários. E também só pode ser compreendida por meio do “enquadramento da memória”, desde que tenha uma justificativa.

Coletadas, organizadas e analisadas as fontes, a escrita deste trabalho se estrutura em três partes. A primeira, intitulada como “A descoberta do Sertão do Peri”, analisamos o “Relatório sobre a Caracterização Socioeconômica da População Residente na Bacia da Lagoa do Peri” que é o primeiro documento que descreve a comunidade do Sertão do Peri e o Plano Diretor do Parque. Estes documentos são importantes visto que foram os pilares de sustentação da patrimonialização do Sertão do Peri.

Na segunda parte em “*O Plano é modernizar*” analisamos os projetos de urbanização e modernização de Florianópolis iniciados no final do século XIX, marcados pelos planos diretores municipais e a “Invenção do Sertão do Peri”.

Na terceira parte em “*Procurando o engenho encontramos memórias*” apresentamos a importância do engenho para a localidade e sua ligação com a memória dos moradores do Sertão do Peri, realizamos entrevistas com alguns moradores apontando como eles vivenciaram o processo de transformação da cidade de Florianópolis. Definimos também que o engenho representa um “sistema” composto pelo maquinário, pelo trabalho desenvolvido nas atividades agrícolas e as relações sociais estabelecidas em torno do engenho, a fim de entender a complexidade dos engenhos na memória dos moradores da comunidade do Sertão do Peri.

Também apresentamos o Sertão do Peri, analisando como a localidade foi “descoberta”, investigando como a comunidade passou a ser evidenciada a partir do processo de urbanização e modernização de Florianópolis.

instrumentos jurídicos que possibilitaram a especificação da área a ser protegida, uma vez que o decreto presidencial se reportava genericamente a todas as florestas do sul da ilha e de outras regiões do estado (CABRAL, 1999, p. 65).

Dessa forma, a bacia hidrográfica da Lagoa do Peri, foi tombada como Patrimônio Natural de Florianópolis, por meio do Decreto Municipal nº 1408 do dia 04 de junho de 1976, a partir do qual delimitou-se especificamente a área a ser preservada:

A área tombada é definida pelos seguintes limites: começa no ponto mais alto do Morro das Pedras; daí pelos pontos mais altos deste morro até o entroncamento da SC-92 com o caminho para a Lagoa do Peri; daí segue pelo divisor de águas até o ponto mais alto do Morro da Chapada, continuando por este divisor rumo sul, até o Morro da Tapera, seguindo pelo morro divisor rumo sueste e depois rumo noroeste até o ponto mais alto do Morro da Boa Vista; segue por este morro até o Morro do Peri e daí pelo divisor de águas rumo nordeste até sua base; deste ponto segue rumo leste até a linha de água da Praia da linha da Praia do Campeche; deste ponto segue em linha seca até o ponto mais alto do Morro das Pedras (FLORIANÓPOLIS, 1976)

O tombamento da área se configurou como a primeira ação do poder público municipal, legitimando o direito e a responsabilidade de intervir na área, incluindo todos os recursos naturais existentes na mesma.

Este fato representou um avanço em termos legais de preservação, pois uma vez inscrita no “Livro de Tombo” do Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico do Município de Florianópolis (SEPHAM), a área deveria ser submetida a um regime especial de cuidados, objetivando evitar a descaracterização dos recursos que motivaram o seu tombamento (CABRAL, 1999).

É importante considerar que o primeiro ato preservacionista municipal na região faz parte de um contexto em que a concepção acerca do Patrimônio Cultural no Brasil ainda estava em franca abertura e ampliação. Naquele momento, o órgão federal responsável pela construção e proteção do patrimônio histórico brasileiro, fundado em 1937, ainda estava na sua “Primeira configuração (1937- 1968): os monumentos de pedra e cal” assim como analisou Delgado (2008) com o nome de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) que passa a intervir e organizar a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, incorporando uma série de diretrizes sobre como deveriam ser tombados os bens, procedimentos e atos. Além de conceituar os bens, institucionalizando novas categorias (DELGADO, 2008, p 105). Em Florianópolis ainda não existia um órgão responsável pela construção e proteção do patrimônio.

O conceito de bem cultural na Lei de 1937, se referia aos tradicionais valores: o artístico e o histórico. Conceito que seria ampliado na Constituição Federal de 1988, “estendendo o valor cultural para todas as referências simbólicas e afetivas das comunidades na quais os bens culturais estão inseridos”, como constam no Art. 216 da Constituição Federal (FONSECA, 2003, p. 59).

A segunda ação protecionista municipal no local foi à criação no ano de 1981 do Parque Municipal da Lagoa do Peri (PMLP) e a instituição do Plano Diretor de Ocupação e Uso do Solo, mediante a Lei nº 1.828/81.

O Plano Diretor do Parque teve como base o “Relatório sobre a Caracterização Socioeconômica da População Residente na Bacia da Lagoa do Peri”, elaborado e realizado pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais e pelo Departamento de Sociologia da UFSC, encomendado pelo Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF). O Plano Diretor do Parque fixou normas de uso para a criação do Parque e estabeleceu os “equipamentos e instalações que garantissem a sua utilização como reserva ecológica, científica, cultural, paisagística e área de lazer” (CABRAL, 1999, p. 67).

2.1 O Relatório sobre a Caracterização da População Residente da Bacia da Lagoa do Peri: a ressignificação da comunidade do Sertão do Peri

Com o objetivo de analisar os discursos que envolveram a criação do Parque Municipal da Lagoa do Peri é fundamental ter conhecimento de quais categorias serão exploradas, pois, distinguindo-as facilitará na compreensão dos elementos argumentativos e legitimadores dos discursos a serem apresentados. Discursos que a equipe técnica responsável utilizou na elaboração do Relatório, trilhando o discurso nacional empregando um conjunto de práticas estabelecidas pelo IPHAN, justificativas baseadas em narrativas que ainda estavam em construção.

Assim, nas justificativas da criação do PMLP, além do tombamento da Bacia da Lagoa do Peri por ser considerada um Patrimônio Natural, os pesquisadores elaboram um breve levantamento histórico, no qual enunciam que a população residente na área tombada, especificamente a “nativa é de origem **açoriana**, nas partes elevadas, encostas do Sertão do Peri, e Lusa na baixada, terras ocupadas entre 1760 e 1810”, concluindo também que a área tem como “atrativos principais o **turismo**” (FLORIANÓPOLIS, 1978, p.5, grifo nosso).

Essas afirmações apresentam as principais categorias que fundamentam a concepção do lugar, naquele momento Patrimônio Natural por se caracterizar como uma reserva florestal; Patrimônio Cultural representado pela cultura de seus primeiros colonizadores e Turismo, que foram fundamentadas nas justificativas do Relatório, do Plano Diretor do Parque e na sua Lei de criação, consecutivamente, e que vão ser apresentadas mais adiante.

A legitimidade do “Relatório sobre a Caracterização da População Residente da Bacia da Lagoa do Peri” ficou ao encargo da equipe técnica que realizou a pesquisa sobre a Bacia da Lagoa do Peri, formado pelos professores e pesquisadores da UFSC, no qual o IPUF e a UFSC estabeleceram um “convênio aberto de colaboração técnico-científica” onde ficaram especificados os seguintes serviços:

a) Estudo sistemático da população da Bacia da Lagoa do Peri nos seus aspectos demográfico, social e econômico;

b) Indicação de recomendações a serem consideradas no Plano Diretor do Parque da Lagoa do Peri que dizem respeito à população residente e suas atividades confrontadas com as funções previstas para o Parque da Lagoa do Peri;

Tais serviços resultaram no projeto elaborado pela equipe técnica, que apresentava os seguintes objetivos:

a) Estudo demográfico sobre o efetivo residente;

b) Análise do nível de vida das famílias residentes na área caracterizando o sistema de propriedade e suas atividades econômicas e culturais;

c) Estudos sobre expectativas, alternativas e posicionamento dos moradores diante da proposta de implantação do Parque e demais medidas programadas.

E para cumprir com os objetivos os pesquisadores optaram em dividir os assuntos em:

1) População:

a) tamanho da população por idade, sexo e localização;

b) atividades da população por idade, sexo, setor de atividades e por grau de instrução;

2) Aspectos socioculturais e econômicos

a) Residência, propriedade e herança;

b) Produção, unidade de produção, tipo de produção e destino da produção;

c) Tecnologia utilizada – descrição sociológica;

d) Estrutura fundiária;

- e) Situação da população economicamente ativa (emprego, desemprego e subemprego);
- f) Reação da população ante a criação do Parque da Lagoa do Peri; (FLORIANÓPOLIS, 1978, p. 4).

Com todos esses itens foi elaborado um questionário com 54 perguntas, “adotando uma metodologia com as técnicas tradicionais peculiares aos levantamentos de material empírico e entrevistas apoiadas em questionários associados à observação participante” (FLORIANÓPOLIS, 1978, p. 5) para a coleta de todos os dados, da população da Bacia da Lagoa do Peri. No cronograma da pesquisa está descrito que foram necessários 60 dias para a entrega do relatório final, ou seja, para o término da pesquisa. É importante salientar que, por toda a grandiosidade deste trabalho, a equipe de pesquisadores contou com oito pessoas apenas, sendo que três faziam parte da equipe técnica e cinco da equipe auxiliar.

Considerando as ferramentas disponíveis para as entrevistas, na época, para tabulação e até mesmo os caminhos que os pesquisadores tiveram que percorrer, acredita-se que tal atividade foi um ato homérico dos pesquisadores. Pois, tendo o conhecimento da extensa área que abrange o PMLP e as dificuldades que ainda hoje se enfrenta para chegar a determinados lugares, no que diz respeito aos resultados do relatório, seria impossível concluí-lo em dois meses.

E para dinamizar a pesquisa, os técnicos optaram em fragmentar a área de aproximadamente 20.300 m² em três subáreas designadas por localidades, segundo usos e costumes da população local: “a) Localidade do Sertão do Peri, b) Localidade da Lagoa, c) Localidade da Armação” (FLORIANÓPOLIS, 1978, p. 4).

Faz-se importante apresentar as descrições realizadas pela equipe de pesquisadores acerca de cada localidade, uma vez que serve de base para identificar que tipos de discursos, de interesses e as categorias que engendraram a pesquisa no momento da investigação. No entanto, para cumprir com os objetivos deste trabalho, será dada mais ênfase nas descrições, encaminhamentos e desdobramentos referentes a Localidade do Sertão do Peri.

Sertão do Peri: é ocupado por uma população que desenvolve a agricultura de subsistência. É uma localidade de difícil acesso. Só recentemente seus caminhos permitem o tráfego de automóveis e com grande dificuldade. O transporte básico adotado é o da tração animal. Seu centro de interesse situa-se na Costeira do Ribeirão, situação esta que começa a ser alterada pela melhoria dos caminhos que ligam a comunidade a Costa de Dentro e Pântano do Sul. Junto ao Sertão do Peri localizam-se todos os mananciais depositários da Lagoa. Região de vegetação considerável, reserva da fauna existente (FLORIANÓPOLIS, 1978, p. 4).

Nessa primeira descrição sobre a localidade, os pesquisadores se detêm em ressaltar as características que a diferencia das demais, exaltando seu lado exuberante, excêntrico, a diferença entre o “moderno” e o “rústico”. Os autores também alertam sobre as “melhorias” que estão alterando o seu “centro de interesse” a Costeira do Ribeirão.

Convém destacar que um dos membros da equipe técnica, o professor Nereu do Vale Pereira, representando a UFSC, já dialogava com o poder executivo municipal, com o propósito de construir um “regime de verdades” sobre o Distrito do Ribeirão da Ilha, no qual o autor afirma que foram os açorianos que criaram o Distrito como destacou Mendes (2014)² na análise da obra literária “Ribeirão da Ilha vida e retratos: um Distrito em destaque”, de autoria do professor Nereu. Informação relevante que marca como um ponto de partida a trama discursiva desenvolvida pela equipe técnica.

Leal (2007) também destaca a importância e a representatividade do professor Nereu do Vale Pereira para a “nova geração açorianista”, no “Movimento Açorianista de Santa Catarina”, iniciado no “Congresso de 1948”, que teve dentre seus idealizadores Walter Piazza, Henrique da Silva Fontes e Oswaldo Cabral, todos considerados os intelectuais da época e que contribuíram na construção da “redescoberta das raízes açorianas” (LEAL, 2007, p. 37). Assim, no Relatório também já se criava alguns regimes de verdades sobre o Sertão do Peri, provavelmente influenciados por concepções que já circulavam na época e que associam a região à tradição açoriana.

Retornando ao Relatório, sobre as descrições da Localidade da Lagoa e da Armação, a equipe de pesquisadores foi mais sucinta:

Já as localidades da Lagoa e Armação tem atrativos principais em função do **turismo**, de lazer e de área residencial. Os habitantes da Lagoa dedicam-se a atividades terciárias e são depositários de rejeitos ou a utilizam como recreio e abastecimento [...] Quanto a Armação, é habitada por pessoas que pouco influenciam sobre a Lagoa do Peri. Residem nela ou tem propriedades de recreio turístico. O mar é o principal atrativo. Sendo o de fácil acesso, transporte farto e acessível os preços, oferece, para muitas famílias, residência habitual e desenvolvem atividades empregatícias no centro urbano de Florianópolis (FLORIANÓPOLIS, 1978, p. 4, grifo nosso).

As populações residentes nas localidades da Lagoa e da Armação no discurso dos pesquisadores, pouco influenciavam na Lagoa do Peri, uma vez que só a utilizavam

² Em “Discursos de açorianidade e agenciamento do passado: Memória, Patrimônio e Turismo no Ribeirão da Ilha” Caroline Cunha Mendes (2014) analisa as redes discursivas que se forjaram no Ribeirão da Ilha a fim de transformar um lugar de memória, destacando a importância de Nereu do Vale Pereira como um dos principais interlocutores nesse processo.

para o turismo, mantendo uma relação mais intensa com o centro urbano de Florianópolis. Percebe-se o emprego da categoria turismo, que desde o início da década de 1970 já fazia parte dos planos de desenvolvimento dos governos militares, os quais refletiam nas iniciativas das demais instâncias institucionais e governamentais, coincidindo com as aspirações de modernidade para Florianópolis (RICHTER, 2009 p. 45).

Uma análise do Projeto Catarinense de Desenvolvimento, proposto pelo governador Colombo Salles (nomeado para governar entre 1971 e 1975), revela o quanto ele se inspirava no Programa de Metas e Bases para a Ação do governo do presidente Médici (1969 a 1974). O projeto do governador casava-se com as aspirações de desenvolvimento e modernidade desejadas para Florianópolis. Tais aspirações também contaram com seus planos formalmente estruturados, em especial o Plano de Desenvolvimento Integrado da Região da Grande Florianópolis, concluído em 1969. A justificativa do Plano de Desenvolvimento Integrado também se pautou pelas transformações urbanas, pressões por investimentos viários, além de resposta às determinações federais de exigência de Planos Diretores de Desenvolvimento Integrado. O plano, além de institucionalizar a opção pelo turismo na Ilha de Santa Catarina, propôs uma série de ambiciosas mudanças na sua infraestrutura urbana (RICHTER, 2009, p. 46).

Delgado (2008, p, 106) observa que a inclusão da categoria turismo no campo do patrimônio em 1966, de acordo com o Decreto Lei nº 55, é fundamental para a compreensão e ação do IPHAN no país, no qual o turismo “passa a ser reconhecido como uma atividade capaz de contribuir para a atenuação dos desníveis regionais que caracterizam a nação” (CRUZ, 2002 apud DELGADO, 2008 p. 106). Operações e transformações que foram motivados pelos novos rumos da política oficial e que refletiram no discurso do IPHAN. (DELGADO, 2008 p.106).

Outro ponto relevante na descrição das localidades apresenta-se no item 2.3 do Relatório intitulado de “Origem da População”, no qual os pesquisadores elaboram um texto explicando a origem das famílias que ocuparam as localidades:

O Sul da Ilha de Santa Catarina foi ocupado, fundamentalmente, pelo colonizador **açoriano**, que a partir de 1748, segundo provisão Régia de Dom João IV, Rei de Portugal, datada de 09 de agosto de 1747, emigrou para o Brasil com o objetivo básico de “povoar em primeiro lugar a Ilha de Santa Catarina e a terra firme no seu contorno”. **Fruto da colonização açoriana** surge em 1761 a Freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha que rapidamente se estruturou como centro de atividades comerciais e extrativas, atraindo um movimentação e expansão da frente açoriana. Desta frente expansionista surgem as comunidades da Costeira do Ribeirão e o **Sertão do Peri** [...] A parte baixa da Lagoa do Peri teve ocupação em decorrência da instalação, na praia da Armação, por volta de 1803, da Companhia de Pesca da Baleia da Armação do Pântano do Sul. Era uma atividade desenvolvida por **portugueses** [...] Tendo por base estas referências históricas, concluímos que a população “**nativa**” da área de estudo, é de **origem açoriana**, nas partes elevadas, encostas do Sertão do Peri, e lusa na

baixada, terras ocupadas entre 1760 e 1810 (FLORIANÓPOLIS, 1978, p. 07, grifo nosso).

Gonçalves (2006) esclarece que a associação da população brasileira a descendentes portugueses e açorianos é uma estratégia da “campanha de nacionalização” que teve seu início em meados da década de 1930, promovida durante o Estado Novo, que priorizou a suas ações nas regiões de colonização alemã e italiana, ganhando a força a partir de 1942, com o rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e os países do Eixo, após a declaração de guerra feita à Alemanha (GONÇALVES, 2006, p 56).

Falcão (2000) elucida que em Santa Catarina a “campanha de nacionalização” ganhou força por meio dos “intelectuais catarinenses de origem portuguesa”, no processo de dissociação da importância dos descendentes de outras tradições culturais (alemães e italianos), inaugurando:

Uma temática até então inexistente ou pouco efetivada: o **açorianismo**, ou mais exatamente o estudo e a celebração da imigração proveniente das Ilhas dos Açores (e da Ilha da Madeira), em meados do século XVIII, como definidoras da identidade catarinense e sustentáculo da brasilidade das populações residentes no estado (FALCAO apud Gonçalves, 2006, p. 57, grifo nosso).

De acordo com Gonçalves (2000) a açorianidade permeou a história catarinense, ganhando destaque no 1º Congresso de História Catarinense realizado no ano de 1948, patrocinado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, como parte das comemorações do “Segundo Centenário da Colonização Açoriana”. Evento que segundo Serpa (1996) representou um marco fundamental para a “redescoberta das raízes açorianas”.

Flores (1997) denomina esse evento como a “invenção da açorianidade” momento de caráter político da cultura um momento “de luta pela hegemonia cultural em Santa Catarina, que o tema “açoriano” ganhou importância para os intelectuais, e lugares de memória como arquivos foram abertos e remexidos” (FLORES, 1997, 133).

Cardoso (2013) explica que se deve encarar o discurso da açorianidade não apenas como uma valorização de um passado romantizado ou uma tentativa saudosista de preservação de antigos fazeres, mas sim como uma estratégia importante utilizada para a dinamização da economia de Florianópolis, principalmente nos núcleos povoados por açorianos, como Santo Antônio de Lisboa e Ribeirão da Ilha. (CARDOSO, 2013, p. 56).

A estratégia de associar o açorianismo ao turismo, ao longo do Relatório se torna cada vez mais claro, evidenciando um dos principais discursos para a justificativa do tombamento e da preservação da Bacia da Lagoa do Peri.

Ainda sobre o item 2.3 “Origem da População”, os autores do Relatório se valem do discurso utilizado pelos escritores memorialistas e historiadores da época, que muitas vezes, utilizavam um discurso elaborado para fins políticos ou simplesmente classificatórios, criados, sobretudo sem base científica ou imparcialidade. Os escritores memorialistas, escritores sociográficos ou até mesmo os “historiadores tradicionais” pensavam a escrita da história “como essencialmente uma narrativa dos acontecimentos [...] oferecendo uma visão de cima, concentrada nos feitos dos grandes homens, estadistas, generais, etc. [...] baseada só em documentos ou registros oficiais” descartando quaisquer outros tipos de evidências (BURKE, 1992).

Oliveira (2004) nos explica que esse modelo de produção histórica entendida como “tradicional”, especificamente em Santa Catarina, prevaleceu até meados de 1990, adotando “uma perspectiva linear, factual, acrítica, excludente, e 'positivista”, e foi por meio da ascensão da “nova geração” de historiadores catarinenses que houve a inversão desse modelo “tradicional”, problematizando, criticando, valorizando grupos e sujeitos tradicionalmente excluídos dos discursos sobre a história, estando abertos a novas fontes de pesquisa (OLIVEIRA, 2004).

Por isso, autores contemporâneos como Mortari e Cardoso (2004, p. 84) veem o nascimento do açorianismo de 1948, a inauguração de uma grande mobilização institucional, pública e privada para a reabilitação dos açorianos. No qual os Folcloristas açorianistas reorganizaram o passado, no sentido de enaltecer a presença açoriana, reunindo suportes para a memória, no qual “de uma hora para outra, todas as práticas culturais tradicionais foram transformadas em manifestações da cultura açoriana. Cultura vista como uma totalidade homogênea, atributo da raça açoriana”. (BRANCHER; AREND, 2004, p. 86).

No caso da afirmação de que a população da “parte baixa da Lagoa do Peri” é de origem lusitana, Mamigonian (2006, p. 5) comprova que a população do Sul da Ilha de Santa Catarina, não se limitou apenas entre açorianos e portugueses, pois há dados que certificam a presença de mão de obra escrava na Ilha datadas do início do ano de 1700, no período entre 1807 e 1854. Só na Freguesia do Ribeirão, por exemplo, 31% da população era de escravizados, sendo que 21% eram de origem africana. E em 1843 em

torno de 40% das famílias utilizavam mão de obra escrava. (MAMIGONIAN, 2006, p.5).

Percebe-se a utilização de alguns discursos que engendraram a análise e a elaboração do “Relatório” e que foi de interesse do poder público municipal no tombamento da Bacia da Lagoa do Peri. O que evidencia que as políticas e gestão do Patrimônio Municipal estavam agindo de acordo com a União, consecutivamente com o IPHAN.

É importante lembrar que a ampliação da noção de Patrimônio no Brasil se desenvolveu praticamente paralela ao processo de tombamento da Bacia da Lagoa do Peri, uma vez que a aproximação com os ideais do órgão nacional ocorreu anos antes com a promulgação da Lei nº 1.202 de 02 de abril de 1974, na qual dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico, artístico e natural do município, criando o Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município (SPHAM), que posteriormente foi chamada de Comissão Técnica do Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município (COTESPHAN) (RICHTER, 2009 p. 44).

Richter (2009) considera que a trajetória do SPHAM, posteriormente SEPHAN, pode ser caracterizada por três fases: a primeira de 1974 a 1980, na qual esteve vinculada à Secretaria Municipal de Educação, Saúde e Assistência Social e onde atuavam profissionais com formação nas áreas de História, Sociologia, Antropologia e Arquitetura. Nesse período, ocorreram os primeiros tombamentos de edificações, além de paisagens naturais. Juntamente com a criação três anos depois do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis em 1977 (ADAMS, 2001, p. 98).

A segunda fase teve início no ano de 1984, quando o SEPHAN estava vinculado ao Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF). E a terceira, iniciada em 2008 (em andamento nos dias de hoje) com a promulgação da legislação relacionada ao Programa Municipal de Proteção e Conservação do Patrimônio Imaterial ou Intangível, que determina a atuação conjunta do SEPHAN com a Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes no exame das propostas de registros de bens patrimoniais imateriais da cidade.

Ainda de acordo com o Relatório, os pesquisadores apresentaram no último item sobre a “Reação da população ante a criação do Parque da Lagoa do Peri”, revelado na última pergunta nº 54, do questionário elaborado pela equipe técnica, na qual concluíram:

A existência de uma grande reserva, significando “estado de expectativa desfavorável” [...] Numa constatação geral há um temor pela propalada desapropriação de todos os terrenos. Por isso mesmo, e talvez os residentes influenciados pelos não residentes, buscam supervalorizar as propriedades [...] **Externaram rejeição a mudança 67.1%, o que indica a resistência efetiva à ideia da criação do Parque, que para eles, está ligado à desapropriação e despejo geral** (FLORIANÓPOLIS, 1978, p. 35-36, grifo nosso).

É perceptível que a maioria dos entrevistados não era favorável à criação do Parque, evidenciando a resistência da maioria dos moradores, pois o principal medo das pessoas era de perder suas terras, visto que preferiam vender a ter que entregar para o poder público. Mas, outro ponto importante referente à mesma questão do relatório chama a atenção:

Dentro do questionário ainda buscou-se inquirir duas situações: uma referente ao que achavam da ideia da Prefeitura em tomar a área da Bacia da Lagoa do Peri e criar nela um parque, e, outra, de quais pessoas que “mais estragam a Lagoa” no sentido de predação, do prejuízo ambiental e ecológico. **Houve uma estranha coincidência, pois todos, isto é 100%, achavam essa ideia válida. Alguns acrescentaram: “desde que não prejudique ninguém”, e por outro lado, todos os 100% consideram que são “os de fora” os “turistas” que estragam a Lagoa. E alguns afirmaram: “nós estamos ajudando a Prefeitura a defender a Lagoa”** (FLORIANÓPOLIS, 1978, p. 36, grifo nosso).

Na análise dos dois fragmentos é nítida a ambiguidade entre eles: no primeiro sobre a criação do parque aparece a porcentagem de 67,1% da população sendo contra a criação do Parque. No segundo, os pesquisadores apresentam que 100% dos entrevistados acham válida a ideia do tombamento da Bacia e da criação de um parque.

O mais interessante é que ao revisar o questionário, especificamente no item nº 54, confronta-se com outra questão: as perguntas são abertas, ou seja, o entrevistado pode responder com suas próprias palavras o que pode dificultar no entendimento ou na tabulação das respostas.

Ao todo foram formuladas três perguntas para esse mesmo item denominado de “Problemas Relativos a Localidade”, dentre elas: a primeira "**Que pessoas ou órgãos considera mais capaz de solucionar os problemas da comunidade**"; a segunda "**O que o Sr. Acha da ação da Prefeitura quanto a Lagoa do Peri**"; e "**Quais as pessoas que mais estragam a Lagoa**" (FLORIANÓPOLIS, 1978, p. 66, grifo nosso).

A primeira pergunta, por meio da qual se questiona sobre “quem pode solucionar os problemas da comunidade”, fica meio óbvia a resposta dos entrevistados, afinal a quem eles poderiam recorrer se não a Prefeitura? No momento não existia nenhum outro órgão que poderia resolver os problemas da comunidade.

Na segunda questão, sobre as “ações da prefeitura quanto a Lagoa do Peri”, no primeiro trecho apresentado anteriormente, os técnicos escrevem que 67% dos moradores tinham dúvidas ou não aprovavam a criação do Parque, já no segundo trecho apresentado os técnicos apontam que 100% aprovam a ideia da prefeitura “Houve uma estranha coincidência, pois todos, isto é 100%, achavam essa ideia válida”, nota-se um confronto entre os números apresentados para a mesma pergunta.

Na última interrogação, na qual indagam sobre “quem mais estraga a Lagoa”, acredita-se que mesmo que algum entrevistado cometesse algum dano à Lagoa, acidental ou intencionalmente, não iria confessar para um “representante” do órgão municipal.

Considera-se que existem algumas contradições em relação às perguntas realizadas pela equipe técnica com a apresentação e a interpretação dos resultados. Ora, primeiro a começar pela conjuntura que vivia o país no momento da pesquisa, no ano de 1978 ainda vivíamos em pleno Regime Militar (1964-1985), se posicionar em relação a qualquer acontecimento poderia ser fatal. Segundo, a maioria dos entrevistados apresentava baixo grau de escolaridade, principalmente na localidade do Sertão do Peri. E por último, o distanciamento dos entrevistados com a equipe técnica, uma vez que os pesquisadores representavam a prefeitura municipal, podem ter causado certo desconforto ou estranhamento no momento da pesquisa, refletindo na opinião dos moradores e na interpretação dos pesquisadores:

Captou-se também que a população aparentemente mais conformada é a Sertão do Peri, apontando como pessoa ou órgão que considere mais capaz de solucionar os problemas da comunidade a Prefeitura Municipal. Parece evidente que sua cultura tradicional é ainda marcada pelo paternalismo governamental e muitos esperam dos poderes públicos (FLORIANÓPOLIS, 1978, p 37).

Verifica-se que no decorrer da apresentação dos resultados do Relatório há uma atenção especial voltada para a comunidade do Sertão do Peri, pois, com a “possível” criação do Parque, seria a comunidade mais afetada. Com um discurso preocupado e ao mesmo tempo tranquilizante a equipe técnica desenvolve a apresentação dos resultados da pesquisa, elaborando nos capítulos finais do Relatório as “conclusões” e as “recomendações” sobre o universo pesquisado, a fim de serem consideradas no Plano Diretor do Parque da Lagoa do Peri.

Esses dois itens caracterizam o peso e a importância que teve a análise da equipe técnica sobre os rumos da Bacia da Lagoa do Peri, ou seja, sobre a Lei nº 1.828/81 de

Criação do Parque Municipal da Lagoa do Peri. Construindo um regime de verdades sobre a região, evidenciando a trama que a equipe técnica construiu para enquadrar toda a área como patrimônio, mas especificamente o enquadramento que ocorreu na localidade do Sertão do Peri.

No capítulo das conclusões, que são decorrentes do compromisso da ordem de serviço, que tinha como objetivos “não só conhecer a situação das famílias residentes na área denominada Bacia da Lagoa do Peri, como também oferecer alternativas quanto às diretrizes para o projeto do Parque da Lagoa do Peri” (FLORIANÓPOLIS, 1978, p. 39), os pesquisadores listaram onze aspectos relacionados à localidade do Sertão do Peri. Destaque para o item que aborda a presença e a permanência das famílias:

É muito problemática a mudança das famílias residentes nas encostas do sertão. Várias são as residências, e, mesmo se as terras ficarem com livre acesso, após as desapropriações, oferecer-se-iam ao saque, a depredação a ocupação clandestina, dificultando ainda mais a ação preservadora. Claro que as famílias residentes, enquanto lá estiverem, terão interesse em defender o que seja delas, muito embora, sejam usuários da natureza, e, na ânsia de adquirirem recursos para sua própria manutenção, torna-se-iam agentes predatórios. (FLORIANÓPOLIS, 1978, p. 39)

Essa discussão da permanência *versus* remoção, manejo *versus* predadores em relação aos grupos humanos nas áreas de preservação é uma questão que divide as ações preservacionistas e a própria concepção de parque desde o início das discussões preservacionistas.

A regulamentação da ocupação e uso do solo é uma estratégia que tem sido utilizada desde o final do século passado para promover o manejo criterioso e a preservação dos recursos naturais e paisagísticos de uma determinada área, legitimando de forma gradual uma “dimensão da paisagem cujo significado, delimitação, fisionomia, valor e utilidade convergem para regras de uso do espaço individual e coletivo” (CABRAL, 1999, p. 57).

Conhecido popularmente como “Parque”, as “áreas naturais protegidas” ou “unidades de conservação”, correspondem a espaços legalmente instituídos com objetivo de proteger a natureza, “seja no ponto de vista da preservação da biodiversidade e das belezas paisagísticas e ou da utilização sustentada dos ecossistemas e seus recursos”, se constituem na principal estratégia de proteção da natureza (CABRAL, 1999, p. 57).

Cabral (1999) afirma que o marco inicial das ideias preservacionistas ocorreu em 1872 com a criação do Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos, com o

objetivo de proteger a área da ação predadora do homem contra os recursos naturais, demarcou-se o lugar destinando-o para o lazer das populações urbano-industriais. O Parque Nacional de Yellowstone foi criado sob a influência de uma ideologia preservacionista, na qual tinha como único objetivo a preservação da natureza, desconsiderando qualquer presença humana no local.

Porém, a partir do modelo de Yellowstone, onde o Estado interviu na instituição de um “patrimônio”, diferentes categorias de preservação foram criadas, na medida em que iam se espalhando por diferentes países. O modelo foi sendo adaptado originando categorias públicas, de caráter privado e até mesmo inspirando a criação do conceito de “patrimônio natural” que seria discutido nos anos posteriores.

No Brasil, a preocupação com a conservação ambiental surgiu em meados da década de 1930 com a instituição do Código Florestal, em 1934, abrindo perspectivas objetivas para o surgimento de unidades de conservação. Posteriormente, a Constituição de 1937, reafirma a preocupação e a legitimidade dos parques nacionais, tendo como marco inicial a criação do Parque Nacional de Itatiaia no mesmo ano. O documento do Decreto-lei nº 25 de 1937, apresenta os critérios que foram definidos para o reconhecimento de um “patrimônio natural” considerando: “monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenha sido dotado pela natureza ou agenciado pela indústria humana” (RIBEIRO, 2001, p. 109).

O discurso da equipe técnica se aproximou dos critérios estipulados pelo poder público, representado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), órgão criado em 1937 para tratar das questões sobre a criação e preservação do patrimônio nacional. E, também, das perspectivas preservacionistas do órgão municipal responsável pelo patrimônio, criado em 1974, a Comissão Técnica do Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município (COTESPHAN).

Voltando para as “conclusões” do Relatório, os autores avaliaram que a ação predatória dos moradores do Sertão do Peri é “débil” e que tem sido “modesta e despida de tecnologia de aceleração da transformação”. No entanto, afirmam que as “ações que mais agridem o equilíbrio ecológico resultam de pressões e áreas e recursos externos”, no qual os moradores derrubam árvores para abastecer olarias, padarias, serrarias do Sul da Ilha. E que também caçam pássaros, pequenos animais e coletam orquídeas e folhagens para vender para os turistas (FLORIANÓPOLIS, 1978, p. 39).

De acordo com o documento, as atividades desenvolvidas pelos moradores no dia a dia também resultam em despejos que fluem para a Lagoa do Peri dentre eles: fezes humanas e de animais, pois nenhuma casa possui fossa, lixo domiciliar, resíduos de produção de cachaça e de açúcar (bagaço da cana), e de farinha de mandioca (ácido e rapas). (FLORIANÓPOLIS, 1978, p. 40).

Percebe-se que, em alguns pontos, os autores utilizam as ideias do discurso preservacionista do Parque Nacional de Yellowstone, citado anteriormente, uma vez que os mesmos influenciam na depredação dos bens naturais. Mas, ao mesmo tempo, a equipe técnica utiliza o discurso mais contemporâneo, no qual “a população é pequena, 25 famílias, 112 integrantes [...] Tem fraca renda e poderia ser facilmente treinada e com ela operacionalizar uma ação para a defesa dos recursos existentes” (FLORIANÓPOLIS, 1978, p. 43). Discursos que serão fundamentais para o enquadramento da localidade no campo da Memória e do Patrimônio, esse regime de verdades fica evidente no último capítulo do Relatório, sobre as “recomendações”.

No capítulo das “recomendações”, a equipe técnica estabelece uma série de medidas pertinentes à esfera Municipal, a serem consideradas pelo IPUF. Essas medidas foram incorporadas no Plano Diretor do Parque e consecutivamente foram à base da Lei de criação do Parque Municipal da Lagoa do Peri e que também fazem parte do conjunto de verdades sobre a área a ser tombada como Patrimônio. Nesse caso, serão apresentadas as medidas referentes à localidade do Sertão do Peri.

As providências recomendadas pela equipe técnica são todas baseadas na “Lei de tombamento”, nas quais solicita que a legislação Municipal “proíba toda e qualquer nova edificação na área tombada”, que legalize as possíveis terras abandonadas “cuidando para que não haja a penetração de posseiros”, que conteste as “ações de usucapião de terrenos dentro da área tombada”. Recomenda-se também a indenização para aqueles moradores que desejam sair do Sertão do Peri “sem pressão” e para os que desejarem permanecer estabelecer contratos de patrulhamento, a fim de proteger os bens naturais da área tombada, “os remanescentes poderão ser contratados à base de salário mínimo e treinados para o patrulhamento da região” (FLORIANÓPOLIS, 1978, p. 45).

Ao manifestarem os “contratos de patrulhamento” os pesquisadores revelam a intenção de inserir o Sertão do Peri no campo discursivo do patrimônio. Essa foi uma das séries de estratégias de “enquadramento da memória” que a equipe técnica utilizou, já que tinha o poder de significar as coisas criando um “lugar de memória”.

O Sertão passa a ser um “ponto de referência” (POLLAK, 1989) para a preservação, o “contrato de patrulhamento” “fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras socioculturais” (POLLAK, 1989, p. 3). Essa foi uma estratégia para manter a coesão do grupo de moradores, reafirmado na proposta de criação de um conselho da Comunidade, para discutir os problemas existentes e buscar “compreensão e apoio no trabalho de preservação e ecológica da área tombada” (FLORIANÓPOLIS, 1978, p. 46).

Conscientizar os moradores, que o patrimônio está ligado também à identidade e ao próprio desenvolvimento, foi outra estratégia utilizada pelos pesquisadores, uma vez que propunham que deveria ser “dificultado, ou seguramente controlado, o acesso ao Sertão do Peri. Qualquer melhoria, malconduzida, implica em estímulo a especulação imobiliária e a exposição ao meio”. Os técnicos também propuseram o cercamento de toda a área tombada “desde as vertentes até a estrada”, com a instalação de portões para estabelecer um sistema de controle de “saída de material de qualquer natureza”.

A preservação da cultura da comunidade do Sertão do Peri é mais uma estratégia discursiva de inserir a localidade no campo do Patrimônio, e revelam as intenções da equipe técnica e seus propósitos:

Desde muito, é opinião corrente, de que o complexo cultural da Freguesia do Ribeirão da Ilha deve ser preservado. O Sertão do Peri historicamente esteve vinculado ao movimento comercial do Ribeirão da Ilha. Tanto assim que seus caminhos primitivos, cujos sulcos cavados pelos “carros de boi” ainda estão vivos na paisagem para testemunho. Alcançavam a Costeira do Ribeirão e a seguir a Freguesia. Os comerciantes da Costeira (três ao todo) eram, e, parte ainda são, os estorvadores e agenciadores da venda da mandioca, do milho, do feijão e da cachaça produzida no Sertão do Peri (FLORIANÓPOLIS, 1978, p. 47).

Os autores seguem com mesmo discurso que foi utilizado para institucionalizar o Patrimônio do Ribeirão da Ilha, no qual segundo Mendes (2014) ganhou o status do símbolo da “memória coletiva”. Ao associar o Sertão do Peri ao Ribeirão, os autores manifestam a intenção de construir uma “memória coletiva”, nos moldes que foi utilizado no Ribeirão da Ilha, utilizando-se no entendimento de Pierre Nora (1993) do “lugar de memória” como ferramenta para sustentar a coesão da memória.

A coincidência do uso do mesmo discurso que foi utilizado na construção da memória do Ribeirão da Ilha fica evidente quando os autores alertam sobre as melhorias dos caminhos entre o Sertão as outras localidades

Nota-se uma mudança no centro de referências de seus habitantes, afrouxando os laços de ligação cultural com o Ribeirão da Ilha. Destarte, a

melhoria dos acessos ao Sertão do Peri, se orientados para o Ribeirão, propiciam condições de preservar aquelas tradições culturais (FLORIANÓPOLIS, 1978, p. 47).

Observa-se que os autores se institucionalizam como os “guardiões da memória” capazes de criar uma memória coletiva, como utilizou Mendes (2014) quando a autora afirma que não fica claro que os autores têm a intenção no “enquadramento da memória”, pois, é “tão sofisticado que muitas vezes os autores não o percebem” (MENDES, 2014, p. 30). Para essa pesquisa, esta característica também foi identificada, evidenciando a trama discursiva dos autores do Relatório para legitimar suas falas.

É importante lembrar que um dos membros da equipe técnica Nereu do Vale Pereira, citado anteriormente, já dialogava com o poder público municipal com o intuito de enquadrar o Ribeirão da Ilha no campo do Patrimônio, como pretexto do turismo e da preservação da cultura açoriana. Ao orientar a ligação do Sertão ao Ribeirão para “preservar aquelas tradições culturais”, expressa as intenções dos autores em incluir o Sertão do Peri nos projetos do Ribeirão da Ilha.

Retomando a discussão apresentada por Mendes (2014) sobre a intenção do “enquadramento da memória”, verifica-se que a preocupação inicial da equipe técnica, acerca da preservação do patrimônio do Sertão do Peri, estava voltada apenas para os “valores da cultura material, principalmente no que concerne à tecnologia de produção, até mesmo como atrativo turístico” (FLORIANÓPOLIS, 1978, p. 47), este discurso vai ao encontro com a própria noção de patrimônio da época.

Delgado (2008) esclarece que esse momento o campo do patrimônio no Brasil passava pela sua “Segunda configuração” compreendida entre 1969 e 1979, momento em que o próprio órgão responsável pelo patrimônio nacional denominado de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) passava por reformulações, no ano de 1970 o órgão passa a ser denominado de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e define uma nova política de tombamento:

O foco da preservacionista não se centrava mais em monumentos considerados isoladamente como representantes do passado, visto que incidia, principalmente, para delimitar “centros históricos” nos conjuntos urbanos. Buscou-se uma ação mais efetiva do órgão junto às comunidades, procurando apreender os significados e os usos sociais dos bens tombados no tempo presente, com o objetivo de subsidiar a elaboração de políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento das cidades, por meio, principalmente do incentivo ao **turismo cultural** (DELGADO, 2008, p. 107, grifo nosso).

Richter (2009) elucida que em Florianópolis, o recém-criado órgão responsável pelo patrimônio municipal, Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município (SEPHAM) criado em abril de 1974, estava na sua primeira fase compreendida entre 1974 a fins de 1980, na qual ainda estava vinculada à Secretaria Municipal da Educação, Saúde e Assistência Social (SESAS), e se estruturava em torno da atuação de conselheiros (das áreas de História, Sociologia, Antropologia e Arquitetura) da Comissão Técnica do Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município (COTESPHAN), e que “nesta fase ocorreram os primeiros tombamentos de edificações, além de paisagens naturais” (RICHTER, 2009, p. 44).

Retornando para as “recomendações”, percebe-se que os objetivos da equipe técnica e do IPHAN estão alinhados, representado na utilização dos mesmos discursos:

Desperta como necessidade básica, na preservação ecológica da Bacia da Lagoa do Peri, a manutenção da atual capacidade exploratória dos moradores do Sertão do Peri. A fim de alcançar melhorias das condições de vida dessa população, sem agredir o meio e a cultura, a alternativa do **turismo cultural**, com aproveitamento dos recursos humanos locais, organizado e controlado para a penetração de pequenos grupos, em certos momentos, parece ser a solução mais ajustada (FLORIANÓPOLIS, 1978, p. 47, grifo nosso).

Ao sobrepor o trecho de Delgado (2008) e o do Relatório (FLORIANÓPOLIS, 1978), nota-se a relação direta entre a formação discursiva do campo do Patrimônio municipal e do campo do Patrimônio nacional, quando a equipe técnica cumpre com os objetivos das novas políticas de tombamento do IPHAN, elaborando uma política pública, a fim de impulsionar o desenvolvimento da comunidade do Sertão do Peri, que tem o turismo cultural como “a única alternativa para as melhorias das condições de vida da população”.

Para os pesquisadores, o Sertão do Peri dispõe de elementos fundamentais para o turismo, e que em contrapartida implicariam na preservação cultural da comunidade, podendo ser identificados no “conjunto dos instrumentos de produção, o artesanato (rendas e balaios) a produção (farinha de mandioca, a cachaça e o açúcar grosso) a linguagem, as crendices e o folclore”. Elementos que “devidamente organizados” proporcionariam uma fonte de renda ao homem do Sertão, “fazendo-o ingressar na economia monetária”. Porém, tais medidas só poderiam ser implantadas “após um programa de treinamento da comunidade receptiva” (FLORIANÓPOLIS, 1978, p.48).

Percebe-se que ao logo de toda a análise do “Relatório sobre a Caracterização Socioeconômica da População Residente na Bacia da Lagoa do Peri”, os autores vão tecendo uma série de discursos e categorias do campo do Patrimônio e do Turismo que

legitimam o tombamento da área estudada. Eles foram ancorados, primeiramente, pela medida protecionista de 1952, de acordo com o Decreto Presidencial nº 30.443, assinado pelo presidente Getúlio Vargas, na qual qualificou a Bacia da Lagoa do Peri como “Área de Florestas Remanescentes” e pelo Decreto Municipal nº 1.408, de 04 de junho de 1976, que tombou a área como Patrimônio Natural do Município de Florianópolis (CENTRO DE ESTUDOS CULTURA E CIDADANIA, 1997) e por toda a legislação do patrimônio nacional.

Encomendado pelo Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), órgão criado no ano de 1977 (um ano antes do Relatório) pela Prefeitura Municipal para tratar das ações do planejamento urbano de Florianópolis, ação relacionada aos princípios da Declaração de Estocolmo de 1972, que modifica o “modo de pensar a cidade e sua estrutura, nos quais passavam a ser compreendidos como elementos inseridos em um contexto ambiental integrado, em termos físicos, econômicos e socioculturais” Instalando-se no município de Florianópolis “um processo de planejamento urbano, que até então se caracterizava por leis pontuais” (ADAMS, 2001, p. 96), o tombamento da Bacia da Lagoa do Peri se configura como uma das primeiras ações preservacionista do município. A responsabilidade da pesquisa ficou a encargo do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais e do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), estabelecendo “um convênio aberto de colaboração técnico científica” (FLORIANÓPOLIS, 1978, p. 5). Observa-se a estratégia do órgão municipal para legitimar seu discurso preservacionista, criando um arcabouço “intelectual”, representado pelos “agentes autorizados” para determinar o que deveria e o que não deveria ser preservado, pois eram agentes referendados pelo discurso acadêmico, legitimado pela UFSC.

Por isso, todas as considerações apontadas pela equipe técnica foram acatadas pelo poder público Municipal, uma vez que foram consideradas no Plano Diretor do Parque e transformadas em Lei no ano de 1981, três anos depois do Relatório. Elas Expressam de modo privilegiado, especialmente no nível do discurso, o pensamento em vigor no momento de sua formulação, bem como as intenções e os objetivos que permearam o interesse do poder público municipal em criar o Parque Municipal da Lagoa do Peri. Vejamos como ficaram instituídas algumas considerações do Relatório no Plano Diretor do Parque.

2.2 O Plano Diretor do Parque: a instituição dos valores

O Plano Diretor do Parque, além de estabelecer que os bens naturais existentes na Bacia da Lagoa do Peri passam a ser de interesse público e de responsabilidade do estado, propõe benefícios à população local, a comunidade científica e a sociedade em geral (CABRAL, 1999). Princípios que, em certas partes, vão de encontro com as ideias propostas na segunda fase da histórica do órgão federal brasileiro, agora com o nome de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1969-1979), como definiu Renato Soeiro, diretor do órgão estatal na época:

O patrimônio encontra-se em uma segunda fase. Houve uma primeira, de 1937 a 1967, em que o importante para os nossos trabalhos era o monumento histórico isolado. Na segunda fase, a partir de 1967, com o desenvolvimento mais rápido do país, sentimos a necessidade de mudar a política até então seguida. Foi então que, pela primeira vez, pedimos o apoio da Unesco, que nos enviou o Inspetor Principal dos Monumentos Franceses. Tornou-se então necessário que enveredássemos para outros caminhos, onde a preocupação maior residia nos planos diretores das cidades (DELGADO, 2008, p. 105).

Como mencionado anteriormente, o Plano teve como um dos seus principais eixos norteadores o “Relatório sobre a Caracterização Socioeconômica da População Residente na Bacia da Lagoa do Peri” que proporcionou ao IPUF formular as diretrizes de caráter protecionista, garantindo a manutenção das condições naturais e culturais existentes na Bacia da Lagoa do Peri:

Proteger o manancial hídrico; Proteger a flora e fauna da área como elementos indissociáveis do manancial hídrico, como valor paisagístico e reserva a pesquisa científica; Integrar os interesses dos moradores com os objetivos do Parque; Racionalizar o uso agrícola da terra do Sertão do Peri; **Garantir a preservação dos sítios e engenhos**; Aproveitar os atributos do ecossistema (lagoa) para a prática do lazer; Resguardar faixas de domínio nas margens da lagoa e do mar; Recuperar o nível de água primitivo da lagoa; Dar prioridade as atividades educativo-científicas; Promover a recomposição da flora; Fixar limites à ação antrópica na restinga; Definir acessos, estradas e caminhos no interior do Parque; Acelerar a implantação do sistema de abastecimento de água a região; promover o saneamento básico domiciliar; Detalhar o cadastramento das propriedades; Evitar o uso de elementos químicos poluidores; Caracterizar fisicamente e os limites do Parque; Estabelecer um sistema administrativo com participação da comunidade; Estabelecer um processo contínuo de avaliação das medidas propostas; Consolidar o modelo de uso do solo e implantar a infraestrutura básica; Submeter a rigorosa análise qualquer evento do Parque; preservar os lugares paisagísticos excepcionais. (FLORIANÓPOLIS, 1978, grifos nossos).

As diretrizes do Plano foram definidas de maneira detalhada para dialogar com os dispositivos legais existentes na época, no âmbito federal, estadual e até mesmo municipal (CABRAL, 1999, p 70). No entanto, para ajustar às diretrizes as realidades

das atividades humanas e aos recursos do Parque, foi necessária a divisão do espaço em três áreas:

- a) Área de Reserva Biológica: de preservação permanente e plena, compreende as encostas dos morros ocupadas predominantemente por floresta primária. Destina-se a fins científicos e educacionais. É de importância fundamental ao manancial;
- b) Área de Paisagem Cultural: onde se desenvolvem as atividades agrícolas de subsistência e de transformação artesanal;
- c) Área de Lazer: representada pela área de restinga e lagoa, pretende conciliar a preservação dos recursos naturais com a utilização para educação e lazer (FLORIANÓPOLIS, 1978, Seção XII).

Segundo Cabral (1999) subdividir a área da bacia da Lagoa do Peri foi à única forma encontrada pelo IPUF para viabilizar as diretrizes elaboradas. Delimitar o Parque por áreas de uso evidencia as categorias utilizadas no tombamento pelo órgão municipal, assim, a Área de Reserva Biológica corresponde ao Patrimônio Natural, a Área de Paisagem Cultural corresponde ao Patrimônio Cultural e a Área de Lazer para o Turismo. O Plano foi estudado e planejado:

Por uma equipe técnica que se orienta por pressupostos e interesses que vão além daqueles pertinentes à população local [...] o plano detalha o leque de beneficiários da paisagem (população local, comunidade científica e sociedade em geral) e estabelece uma programação que seria indispensável a sua preservação, assegurando o benefício de ordem social (CABRAL, 1999, p, 71-72).

As categorias se tornam mais evidentes quando se apresentam os principais valores instituídos pelo Plano: ecológico, estético, científico, recreativo, turístico, educativo e habitat. Por isso, convém realizar uma breve apresentação dos valores determinados no plano.

O **valor ecológico** sempre foi um dos principais motivos para a criação do Parque, preocupação que vem desde a década de 1950, como mencionado anteriormente, identificado nos seus objetivos específicos: “proteger seus recursos hídricos e paisagísticos”, utilizando sempre de um discurso “preservacionista” se configurou como a base de todo o texto do plano, caracterizando como a principal justificativa que a inserem na categoria de Patrimônio Natural. Levando em consideração o conceito de Patrimônio Natural determinado na época, definido no Artigo 2º da Convenção Relativa a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972, aprovado no Brasil pelo Decreto nº 80.978 de 12 de dezembro de 1977, onde considera:

- a) Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas, ou por grupos de tais formações, que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;
- b) As formações geológicas e fisiográficas e áreas nitidamente delimitadas que constituam o habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas e que tenham valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação;
- c) Os lugares notáveis naturais ou as zonas naturais nitidamente delimitadas, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural (CABRAL, 1999, p. 189).

No entanto, percebe-se que discurso é utilizado como um pano de fundo para outros objetivos:

Além do valor ecológico a Bacia da Lagoa do Peri é considerada como a principal fonte de suprimento de água potável da população do sul da Ilha, justificando, portanto, a preocupação em mantê-la em seu estado natural, afastando-a dos inconvenientes comuns decorrentes de ocupação intensa (FLORIANÓPOLIS, 1978).

Concorda-se com Cabral (1999) quando o autor explica que o enfoque ecológico do plano não teve apenas seu caráter “ecocêntrico”, uma vez, que todas as diretrizes basicamente estão focadas no reservatório de água que a Bacia da Lagoa do Peri abriga. Por isso a valorização ecológica, nesse caso, “assume uma conotação fundamentalmente antropocêntrica e utilitarista” (CABRAL, 1999, p. 72).

Essa perspectiva utilitarista apresenta-se também no segundo valor instituído pelo plano: o **valor estético** da paisagem, representado principalmente pelo seu caráter cênico, no qual o conjunto

de vegetação exuberante, lagoa e mar, morros e planície se confrontam e se conjugam num sistema de sustentação natural rico em panoramas diversificados. Já os engenhos no interior da bacia, mais precisamente no Sertão do Peri, testemunham um modo de produção artesanal em desaparecimento e por isso, são dotados de valor cultural e interesse turístico (FLORIANÓPOLIS, 1978).

O valor estético determinado pelo IPUF, além de conter características que o ajustam a categoria de Patrimônio Natural, apresenta características correspondentes ao conceito de Patrimônio Cultural, também definido pela Convenção de 1972, de acordo com o Artigo 1º, no qual considera como Patrimônio Cultural:

- a) Os monumentos: obras arquitetônicas, da escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e grupos de elementos que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

- b) Os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- c) Os lugares notáveis: obras do homem e da natureza, bem como as zonas, até mesmo lugares arqueológicos, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. (CABRAL, 1999, p. 189).

Ao associar o valor estético ao turismo, o IPUF evidencia seu alinhamento com as propostas do governo federal para operacionalizar a atuação do IPHAN na sua “Segunda Configuração (1969-1979)”, que segundo Delgado (2008, p. 107) liga a concepção de patrimônio a categorias “discursivas construídas na esfera da economia [...] ao lado do caráter cultural identificado com a identidade das comunidades, as intervenções nos núcleos históricos associam-se a promoção do turismo”.

No mesmo sentido que reconhece as potencialidades da Bacia da Lagoa do Peri para o lazer e o turismo, o Plano reconhece o seu valor científico, resultante de suas características ecológicas (flora, fauna e lagoa) e culturais (modo de vida tradicional):

Os experimentos e a pesquisa da fauna aquática, terrestre e flora na área do Parque terão material permanente para os estudos científicos. A lagoa encerra todas as condições para funcionar como base física, a melhor inclusive da Ilha, para dar sequência as pesquisas do sistema aquático de água doce. O Sertão do Peri, a comunidade com seus hábitos peculiares, seu modo de vida objetivo, simples e independente, constitui também uma fonte de pesquisas aos cientistas sociais e centros universitários (FLORIANÓPOLIS, 1978, Seção X).

Diferente de todo o discurso delineado até agora, o interesse com a “comunidade científica”, demonstra a preocupação e o reconhecimento da equipe técnica sobre a importância de todos os elementos que compõe a Bacia da Lagoa do Peri. No entanto, essa “preocupação” dava seguimento as diretrizes da segunda configuração do campo do patrimônio que:

Embora permanesse com prerrogativa dos bens materiais, o foco da ação preservacionista não se centrava mais em monumentos considerados isoladamente como representantes do passado, visto que incidia, principalmente, para delimitar “centros históricos” nos conjuntos urbanos. Buscou-se uma ação mais efetiva do órgão junto às comunidades, procurando apreender os significados e usos dos bens tombados no tempo presente (DELGADO, 2008, p. 107).

Tendo em vista a instalação das duas principais comunidades científicas do estado, a Universidade Federal de Santa Catarina em 1960 e da Universidade do Estadual de Santa Catarina, o plano assegurou “tanto na forma de objetivo específicos,

como proposição de um Programa de Investigação Científica” (CABRAL, 1999, p. 73). Decorrente da fauna, flora e do patrimônio cultural que a bacia abriga.

No texto do IPUF quando a equipe técnica se refere ao **valor cultural** da Bacia da Lagoa do Peri, destacam a importância dos assentamentos tradicionais existentes na área, no entanto o interesse recaiu basicamente sobre os artefatos de engenhos, que seriam importantes para o turismo

A preservação dos engenhos se reveste de importância crescente na medida em que esse patrimônio deverá significar, futuramente, um centro de atração turística, desde que venha se repetir aqui a tendência natural de decadência dessas atividades primitivas e tradicionais. De acordo com essa tendência a Área de Paisagem Cultural passará gradativamente a assumir as feições de Área do Parque dos Engenhos (FLORIANÓPOLIS, 1978, Seção XIII).

Cardoso (2013) explica em “O futuro está no turismo” à evolução do turismo na cidade de Florianópolis, marcado inicialmente, pela inauguração de um hotel em Canasvieiras na década de 1930, passando a criar leis de incentivo para interessados no setor hoteleiro na década de 1950, incluindo políticas públicas no final da década de 1960, em nível municipal (1967) e estadual (1968), se concretizando e ampliando efetivamente da década de 1970 em diante, momento em que “o turismo, o turista, empreendimentos turísticos, incentivos e políticas de turismo passaram a fazer parte do cotidiano da ilha” (CARDOSO, 2013, p. 31).

Desse modo, a Bacia da Lagoa do Peri desde os primeiros estudos acerca da preservação e do tombamento já estava inserida no contexto da evolução turismo, seja no cenário nacional, seja no cenário municipal. Contexto que conferiu ao poder público municipal a responsabilidade e o direito de intervir sobre a área.

Ainda sobre o patrimônio cultural da comunidade do Sertão do Peri:

Um importante componente, já enfatizado, são os engenhos no interior da bacia, mais precisamente, no Sertão do Peri. A importância é relevante uma vez que os moradores do Sertão formam o último reduto de famílias que testemunham uma atividade em desaparecimento, nos moldes artesanais em que se processa a fabricação de farinha de mandioca. O interesse turístico e o valor cultural de que são impregnados os engenhos têm nas precárias condições de acesso ao Sertão à única forma de proteção, devendo ser alvo de outras medidas preservacionistas para maior garantia do estado e condições atuais (FLORIANÓPOLIS, 1978, Seção X).

Nessa passagem ficam claras as intenções do IPUF em relação ao patrimônio cultural do Sertão do Peri, no qual pretende transformar o patrimônio cultural da comunidade no “principal ramo da indústria do turismo e objeto de investimentos econômicos” (HARTOG, 2006, p. 270).

Percebe-se também, que a preocupação do órgão municipal com a preservação do patrimônio cultural do Sertão do Peri se justifica apenas no maquinário dos engenhos, evidenciando a própria concepção de patrimônio que se tinha na época, apesar das discussões acerca do patrimônio no final da década de 1970 estarem em plena ampliação, questões relacionadas ao patrimônio imaterial da comunidade, o saber fazer dos engenhos, por exemplo, não foram contempladas no texto do Plano.

Fonseca (2003) afirma que essa limitação de pensamento e de legislação em relação a concepção de patrimônio perdurou por mais de sessenta anos no Brasil, no qual os instrumentos disponíveis de acautelamento produziram uma compreensão restritiva do termo “preservação”, deixando de reconhecer, de forma legal, uma gama de bens e manifestações culturais significativos

Isso significa que muitos deles poderiam desaparecer sem deixar nenhum vestígio, seja material, seja na memória da nação, pelo fato de não terem sido considerados “de valor excepcional”, conforme determina o artigo 1º do Decreto-Lei 25, de 30 de novembro de 1937, que cria o tombamento, ou por tratar de manifestações de caráter processual, a que não se aplica qualquer forma de proteção que tenha por objetivo a fixação de determinada feição física do bem (FONSECA, 2003, p. 61).

O que de fato aconteceu, no caso do tombamento da Bacia da Lagoa do Peri, por ainda não existir uma legislação específica até o ano de 1978, os técnicos consideraram apenas os maquinários dos engenhos como remanescentes do patrimônio cultural do Sertão do Peri, entendimento que só foi ampliado a partir do Decreto 3.551/2000, proposto anteriormente por Mario de Andrade e Aloisio Magalhaes, que passou a considerar como Patrimônio Cultural

As sociedades de folcloristas, os movimentos negros e de defesa dos direitos indígenas, as reivindicações dos grupos descendentes de imigrantes das mais variadas procedências, enfim, os “excluídos”, até então, da “cena” do patrimônio cultural brasileiro, montada a partir de 1937 (FONSECA, 2003, p. 62).

Richter (2009, p. 65) aponta que foi somente a partir de 25 de junho de 2008 que o município de Florianópolis estabeleceu uma legislação própria sobre a questão do patrimônio imaterial da cidade, de acordo com a Lei nº 7.667, onde instituiu o Programa Municipal de Proteção e Conservação do Patrimônio Imaterial ou Intangível do Município.

Esclarecendo isso se chega aos outros valores determinados pelo Plano, o **recreativo**, **educativo**, **turístico** e o **habitat**, onde de acordo com os objetivos do Parque, seriam para aproveitar as condições naturais e culturais para o desenvolvimento

de atividades voltadas para a educação, ao lazer e para o turismo, beneficiando contingentes humanos de diferentes comunidades. Tudo isso sem prejudicar o seu valor enquanto habitat (CABRAL, 1999, p. 74).

Para tanto, o IPUF propôs um “Programa de Lazer e Recreação”, no qual previa a instalação de um centro esportivo e recreativo e de uma infraestrutura para o camping, proporcionando um contato livre com os recursos e belezas da área, descartando o caráter comercial, desde que seja de modo consciente, priorizando

O desenvolvimento de atividades de lazer ou turismo, que venham fixar contingente humano por tempo razoável, em que se faz necessário o uso intenso dos recursos locais, devem ser desestimuladas principalmente pelo fato de que tais atividades demandam de maior vulto (FLORIANÓPOLIS, 1978, Seção X).

O valor recreativo e o turístico no texto do Plano se fundem se pensado em um turismo ecológico. Nesse mesmo sentido, a fim de cumprir com a diretriz referente ao valor educativo, também foi proposto um “Projeto de Educação Ecológico”, que foi vinculado ao programa de investigação científica, determinando como o principal objetivo:

Planejar as áreas com a finalidade básica de preservar recursos naturais e culturais tornando-se alternativas da maior importância para [...] demonstrar a possibilidade de uma convivência equilibrada homem/natureza. O Parque do Peri, pelos objetivos que lhe deram origem, oferece condições inéditas de ser uma aula viva de recomendação a preservação e harmonização ecológica ao alcance do sistema educacional de Florianópolis (FLORIANÓPOLIS, 1978, Seção XIII).

Ao que tudo indica, todos os valores definidos pelo Plano convergem para a proteção dos principais bens da Bacia da Lagoa do Peri, seus recursos naturais e seus recursos culturais. Sendo assim, o valor enquanto habitat foi pensado para que a preservação e o desenvolvimento seguissem o mesmo caminho:

Sem prejudicar o morador, parte integrante daquele sítio [...] Apesar de se pretender assegurar um benefício social comum em uma realidade de ordem privada, busca-se sobretudo, confirmar uma situação em que, para o morador, signifique um privilégio permanecer na área. Neste caso, o morador é visto como um participante efetivo na manutenção do contexto reinante e previsto, pois passara a ser um beneficiário direto dos objetivos do Parque. Neste sentido, os objetivos do Parque constituirão também os objetivos do próprio morador (FLORIANÓPOLIS, 1978, Seção II).

Percebe-se que órgão municipal reconhece a importância da permanência do morador na área, justificada apenas por uma questão de manutenção da área e não pela manutenção da cultura dos moradores. Talvez pela própria concepção que se tinha sobre

cultura ou patrimônio na época, como mencionado anteriormente. Porém, de certa forma, ao definir a “Área de Paisagem Cultural”, incluindo principalmente a Comunidade do Sertão do Peri contribui para a conservação da natureza e da cultura dos moradores.

Pré-estabelecidas todas as diretrizes e as considerações sobre a área tombada no Plano Diretor do Parque, definiu-se a Lei de criação do Parque e a instituiu o Plano Diretor de Ocupação e Uso do Solo, de acordo com o Art. 2º da Lei municipal nº 1828/81, assinada no dia 4 de dezembro de 1981, três anos depois da elaboração do Plano Diretor do Parque, institucionalizando os objetivos e as diretrizes onde ficou determinado:

- I - Proteger o manancial hídrico da Bacia da Lagoa do Peri de modo a permitir uma utilização adequada de seu potencial, visando abastecer a população do Sul da Ilha de Santa Catarina;
- II - Preservar o patrimônio representado pela fauna, flora e paisagem, de modo que possa ser utilizado como área de interesse ecológico e de pesquisa científica;
- III - Propiciar o desenvolvimento social crescente da Comunidade Nativa;
- IV - Aproveitar as condições peculiares de sua paisagem natural e cultural para o adequado desenvolvimento de atividades educativas, de lazer e recreação. (FLORIANÓPOLIS, 1981).

A Lei também subdividiu a área do Parque em: Área de Reserva Biológica, cujo objetivo é a proteção dos ecossistemas; Área de Paisagem Cultural, que visa a manutenção da cultura açoriana dos moradores locais; e Área de Lazer que tem como finalidade ações voltadas à educação ambiental e ao ecoturismo (FLORIANÓPOLIS, 1981).

A divisão detalhada do Parque em Área de Reserva Biológica, Área de Paisagem Cultural e Área de Lazer se constituem como os dispositivos legais existentes na época, no âmbito federal, estadual e municipal, que legitimavam a figura do poder público na regulação e moderação de toda a área tombada.

Diante do exposto, com a apresentação da série documental do tombamento acerca da Bacia da Lagoa do Peri, o caminho percorrido até a criação do Parque Municipal da Lagoa do Peri, é necessário compreender todas as transformações urbanas ocorridas na cidade de Florianópolis no período que antecede a criação do Parque e seus desdobramentos.

3 O PLANO É MODERNIZAR

No momento da criação do Parque Municipal da Lagoa do Peri, a cidade de Florianópolis passava por diversas transformações. A integração definitiva a outras cidades a partir dos anos de 1960 e 1970, passava a atrair cada vez mais moradores, intensificando o desenvolvimento urbano, sobretudo, pelas oportunidades oferecidas com a implantação dos órgãos governamentais “dinamizada pelas construções e atuações de grandes empresas estatais estaduais e federais, trazidas pela enorme burocracia e estatização do período militar” (CENTRO DE ESTUDOS CULTURA E CIDADANIA, 1997, p 59).

No entanto, essas transformações não aconteceram apenas na cidade de Florianópolis, mas em todo o país, como reflexos da “modernidade” que se instaurava no Brasil no final do século XIX e no início do século XX. Por isso, é necessário contextualizar todos os processos transformadores referentes ao Brasil e ao município de Florianópolis.

3.1 O processo de “modernização” de Florianópolis final do século XIX a 1950

No início do século XX, o Brasil ainda apresentava traços de um país agrário e não integrado nacionalmente, justificado pelo lento processo da “revolução industrial” no país, evidenciado em uma sociedade com características escravocratas “longe de constituir numa unidade geográfico-cultural, a rigor, seria mais bem compreendido como sendo um arquipélago de práticas sociais, interesses e poderes” (ORTIZ, 2001, p. 186).

Esse quadro começa a se modificar a partir da década de 1930, mais especificamente após a Revolução de 1930, processo no qual o país começa a se reestruturar, do ponto de vista econômico, através do incentivo a industrialização dentro de uma política neoliberal e do ponto de vista político, unificando a nação. O Estado passa a centralizar, coordenar e implementar as políticas “de cunho realmente nacionais”, na esfera cultural, por exemplo, se desenvolveu a política de línguas e a criação de um sistema escolar nacional (ORTIZ, 2001, p. 190).

Em relação às transformações ocorridas na cidade de Florianópolis, nas primeiras décadas do século XX, temos na Dissertação de Mestrado do Historiador Hermes Reis de Araújo uma das principais análises sobre o assunto. Em “A Invenção

do Litoral” (1989) o autor apresenta suas hipóteses e discorre sobre os principais motivos e as mudanças estruturais e sociais ocorridas na cidade no período.

Araújo (1989) supõe que esse processo de modernização de Florianópolis, conhecida como Nossa Senhora do Desterro até 1894, teve início no final do século XIX como resultado de algumas reformas sanitárias e urbanas, na qual a estrutura física e dos habitantes da capital começava a se remodelar através de uma série de projetos e práticas moldadas pelos valores de uma modernidade e de uma racionalidade científico-higienista europeia:

Implantação na região central das primeiras redes de água encanada (1909), iluminação pública elétrica (1910) e a construção de rede de esgotos (1913-1917). Algumas áreas da cidade foram aterradas e drenadas, ruas foram calçadas, ajardinaram-se praças, foram construídos e reformados edifícios públicos (ARAÚJO, 1989, p. 17).

Segundo Espíndola (1999) no período que antecedeu essas “reformas”, na qual a capital ainda não dispunha de água encanada, rede de esgoto ou luz elétrica, todas as atividades domésticas como: transportar o lixo e as águas servidas, buscar água, lavar roupas, dentre outras funções, eram efetuadas por cativos (ESPÍNDOLA, 2006).

O ritmo mais acelerado das transformações na paisagem e no relacionamento social ocorreu principalmente durante as três primeiras décadas do século XX, na qual a “remodelação urbana” foi pautada pela imposição dos “valores de uma sociabilidade burguesa com sua racionalidade utilitária e segregacionista”, justificados pela “situação atrasada e colonial que urgia superar” (ARAÚJO, 1989, p. 100).

Um dos elementos que se revelam estratégicos nestas tentativas de reforma social foram as políticas de saneamento que se produziram neste período em Florianópolis. Através delas ativaram-se as concepções, os valores e os axiomas de um cientificismo médico-higienista que pôs em funcionamento uma série de práticas e discursos que formaram uma imagem desqualificadora da população da ilha e do litoral catarinense, os quais eram em grande parte, descendentes dos imigrantes açorianos ali chegados por volta da metade do século XVIII (ARAÚJO, 1989, p. 13).

Essa concepção de “atraso” e da emergência de “reformas” como um caminho para a modernidade faz parte de um contexto nacional, nos quais as transformações sociais, políticas, econômicas e culturais, ocorridas neste período, são constituídas principalmente pelos recursos que agro exportação e os investimentos estrangeiros voltados para obras de infraestrutura e de comunicação entre regiões do país voltadas para a exportação de matérias primas e produtos agrários (ARAÚJO, 1989, p. 101).

O investimento em ferrovias e portos, o desenvolvimento do comércio atacadista e varejista, a proliferação de casas bancárias, um número crescente de fábricas e uma contínua entrada de imigrantes europeus, cujos contingentes eram engrossados por um movimento de êxodo rural de escravos libertos após a Abolição, fizeram com que nos anos finais do Império e da entrada do regime republicano, a paisagem das maiores cidades brasileiras se modificasse profundamente, acentuando ainda mais o seu contraste em relação a outras áreas do país que permaneciam numa situação marcadamente rural mantida a séculos (ARAÚJO, 1989, p. 101)

No entanto, a capital catarinense não acompanhou esse desenvolvimento econômico, como consequência da própria ocupação e colonização do estado de Santa Catarina. A economia de Santa Catarina não tinha um produto básico para a exportação, deixando o Estado um passo atrás no desenvolvimento econômico que seguiam as outras regiões do país. O processo de industrialização foi lentamente incorporado no Estado, marcado efetivamente no início do século XX, principalmente nas regiões continentais do Estado.

Em Florianópolis, esse chamado desenvolvimento chegou em meados da década de 1920, quando foi ligada ao resto do continente (ARAÚJO, 1989). Com a inauguração da Ponte Hercílio Luz em 1926, acentuou ainda mais a decadência das atividades portuárias, que já não comportava as grandes embarcações cargueiras que necessitavam de mais espaço e profundidade.

Em 1940, o porto de Florianópolis ainda registrou a entrada de 643 navios, obviamente de pequeno porte, número mais ou menos equivalente ao movimento das décadas de 70 e 80 do século XIX. A partir daí a agonia seria rapidíssima pois, em 1970, pouco antes de ser soterrado, pelo aterro da Baía Sul, o porto registrava somente 15 navios (CENTRO DE ESTUDOS CULTURA E CIDADANIA, 1997, p. 58).

O transporte Ilha-Continente realizado por balsas e lanchas também foi desaparecendo aos poucos. O transporte rodoviário somado ao êxodo rural também contribuiu para estagnação da agricultura, na medida em que facilitou a entrada de produtos de vários gêneros, enfraquecendo a produção agrícola na Ilha e forçando muitos agricultores a vender suas terras.

Ainda sobre o desenvolvimento da cidade de Florianópolis, Lima (2007) conclui que, de fato, a Ilha de Santa Catarina não acompanhou o mesmo ritmo de desenvolvimento econômico que as cidades continentais do Estado obtiveram nas primeiras décadas do século XX, no entanto, se beneficiou por estar na condição de capital e por representar o centro burocrático do Estado.

O fato de o alto funcionalismo do Estado residir na cidade respondia pela liberação das rendas estaduais, seja por causa da centralização da

arrecadação, seja através dos próprios salários e dinamizava a sua economia urbana. Os grandes industriais, comerciantes e agricultores do interior, cuja tendência era a transferência para as capitais, onde podiam tratar de seus interesses com as autoridades governamentais, tornando-se, não raro, empreendedores para onde se transferiam. Investia nela o capital acumulado noutras áreas. Isto contribuiu para o desenvolvimento urbano da cidade (LIMA, 2007, p. 124).

As mudanças econômicas do Estado de Santa Catarina, que refletiu na capital catarinense, ocorreram a partir da década de 1940, principalmente com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), evidenciado no desenvolvimento econômico e no aumento demográfico de Florianópolis. Como isso, o processo de urbanização da ilha de Santa Catarina iniciou-se efetivamente a partir dos anos de 1950 e, com ele a emergência de planejamentos urbanos estruturais e de políticas públicas para mediar esse processo evolutivo da cidade de Florianópolis (CENTRO DE ESTUDOS CULTURA E CIDADANIA, 1997, p. 38).

3.2 A modernização de Florianópolis por meio dos Planos Diretores (1950-1976)

As constantes transformações que a Ilha de Santa Catarina estava passando nas primeiras décadas do século XX, influenciadas pelo desenvolvimento econômico e demográfico, exigiam do poder público municipal medidas e políticas públicas que acompanhassem tal desenvolvimento. A partir das décadas de 1940 e 1950 dois aspectos revelam-se como tendências dominantes no desenvolvimento de Florianópolis: o primeiro refere-se a expansão da estrutura ocupacional da cidade, segundo, ao crescimento relativo das profissões urbanas em relações as rurais (LIMA, 2007, p. 125).

Como vinha ocorrendo progressivamente em muitas outras cidades brasileiras, como o advento do processo de industrialização do País e o crescimento de seus principais núcleos, a preocupação com o planejamento urbano passava a ser essencial ao desenvolvimento e progresso das cidades que almejavam a modernidade, modernidade esta que parecia, à época, ser a solução para a desestruturação das cidades tradicionais (LIMA, 2007, p. 127).

Diante disso, no ano de 1952 foi elaborado o primeiro Plano Diretor da cidade, aprovado em 1955 pela Câmara Municipal de Vereadores, de acordo com a Lei Municipal n° 246, que apresentava propostas infraestruturas nos equipamentos urbanos e no sistema viário da cidade tais como: estação ferroviária, estação marítima, estação rodoviária, centro cívico, cidade universitária, estádio e o porto. (ROCHA, 2014).

De acordo com a equipe técnica de urbanistas que elaborou o Plano Diretor “a cidade ainda não oferecia condições para as transformações que se operariam num

futuro bem próximo”, mesmo sendo a capital do Estado de Santa Catarina estava atrasada do ponto de vista comercial, industrial e não tinha capacidade de sustentar o título de uma “grande cidade moderna” (LIMA, 2007, p. 126).

Segundo Lima (2007) o “planejamento” era compreendido como uma técnica indispensável para o desenvolvimento harmonioso das sociedades, entendimento que correspondia às próprias ideias modernizantes do século XX. Diante disso, no Brasil o governo da República inaugurou o seu plano (Plano Salte), e, em Santa Catarina, foi elaborado o Plano de Obras e Equipamentos (POE) em 1955 e, em Florianópolis foi elaborado o Plano Diretor (LIMA, 2007, p. 226).

O conceito de cidade vigente no país da década de 1950, baseava-se no Urbanismo Progressista, no ideal originário do modelo da cidade racionalista criado nos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM). O Urbanismo, como uma intervenção consciente e planejada nas cidades, procurava reformá-las, “para reformar os homens”, reconciliando-se entre si e com a natureza, também está transformada, domesticada, racionalizada (LIMA, 2007, p. 127).

Na análise realizada por Rocha (2014), onde confronta as propostas apresentadas no Plano Diretor de 1955 e a execução das mesmas, concluiu que nenhuma obra foi realizada no que diz respeito aos equipamentos urbanos e, apenas uma das cinco obras propostas para o sistema viário tinha sido realizada, a construção da Avenida Beira Mar Norte, finalizada no início da década de 1970.

Como a maioria das propostas do Plano Diretor do ano de 1955 não saíram do papel foi elaborado o segundo Plano Diretor da cidade, o “Plano de Desenvolvimento Integrado da Grande Florianópolis”, redigido entre os anos de 1969 e 1971 e, aprovado no ano de 1976.

Florianópolis a partir da década de 1960 sai da posição de “pequena cidade provinciana” com costumes e expansão tradicionais, para a posição de “grande cidade próspera”. Esse processo refletiu na descaracterização urbana da cidade e na especulação imobiliária, essas consequências foram influenciadas principalmente pela instalação do centro universitário e da intensificação das atividades turísticas (LIMA, 2007, p. 139).

No âmbito nacional, em 1961 é adotado o Plano de Metas do Governo Federal (PLAMEG), momento em que os governos catarinenses começaram a produzir seus planos:

Com uma euforia própria ao período em que uma parcela significativa do País chegou a julgar que estaria próxima da superação do

subdesenvolvimento, através da industrialização e da abertura ao capital estrangeiro. O Plano de Metas do governo catarinense acabou trazendo esse espírito, constituindo-se num importante momento de transformações na infraestrutura do Estado (BRANCHER; AREND, 1999, p. 59)

A capital catarinense crescia e se modernizava, sobrepondo-se a cidade antiga e se expandindo originando novas localidades. No entanto, a tendência do cidadão florianopolitano ainda era preferir morar no “centro”, com isso, o novo Plano teve como principais propostas:

criação de um novo centro urbano para Florianópolis, Aterro da Baía Sul; criação de um Setor Oceânico Turístico na costa leste da Ilha, incluindo um canal de navegação entre a Lagoa da Conceição e a Baía Sul; Aterro no bairro do Saco dos Limões para implantação da Via Expressa Sul e implantação de estruturas urbanas de alta densidade e elevado gabarito; estruturação de setores industriais ao longo da BR-101, na área continental dos municípios de São José, Palhoça e Biguaçu; declaração de interesse turístico de todos os balneários da costa leste da Ilha; incentivo a hotéis de alta categoria em pontos estratégicos da orla; além de adensamento habitacional condicionado à implantação de infraestrutura de saneamento básico completa. (FLORIANÓPOLIS, 2004, p. 115).

As alterações urbanas que estavam ocorrendo na cidade de Florianópolis em prol da “modernidade” tiveram impactos profundos na estrutura social da cidade, apesar de algumas regiões ainda não estarem nesse projeto, as mesmas vivenciaram as transformações de uma maneira mais agressiva que as regiões onde estavam ocorrendo as mudanças.

As novas medidas do Plano de Desenvolvimento Integrado ocasionaram diversas mudanças na estrutura urbana e social de Florianópolis, deixando claro a sua opção pelo **turismo** e definindo como a “marca da modernidade” a intervenção viária.

Sugai (1994) explica que as mudanças estruturais da cidade, principalmente as que partiram do centro em direção ao leste e ao norte da Ilha, contribuíram para a delimitação da ocupação e da expansão das áreas residenciais e de veraneio das populações de mais alta renda, impulsionando mudanças no turismo e na exploração imobiliária (SUGAI, 1994, p. 215).

A nova legislação de planejamento urbano, aprovado em 1976, destaca-se na introdução de regras de preservação ambiental. Determinou-se as áreas *non aedificandi* (correspondentes aos terrenos de marinha em toda a orla marítima), a criação de Áreas verdes de uso limitado e Áreas verdes como equipamentos urbanos. As Áreas verdes de uso limitadas foram definidas na lei como áreas “florestadas ou não, de valor paisagístico e/ou ecológico, cujo uso deva ser delimitado, a fim de que se objetive a manutenção ou recuperação de paisagem natural ou ecossistema” (ADAMS, 2001, p.

95). Já as Áreas verdes como equipamentos correspondiam as áreas destinadas ao “uso público para atividades da recreação e lazer, localizadas segundo critérios de função e raios de influência” (ADAMS, 2001, p. 95).

Com isso, o poder público municipal foi estruturando o arcabouço legal sobre a preservação do patrimônio natural da cidade, marcado inicialmente pelo tombamento da bacia hidrográfica da Lagoa do Peri como Patrimônio Natural de Florianópolis, quase um mês depois da institucionalização do Plano Diretor de 1976, de acordo com a Lei Municipal nº 1.440/76, como apresentado no capítulo anterior.

Nessa mesma direção foi criado no ano de 1977 o Instituto do Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), sintonizado com os princípios da Declaração de Estocolmo, realizada em 1972, que abordou “questões relativas a igualdade e a qualidade de vida, a necessidade de preservação dos recursos naturais e renováveis e do desenvolvimento econômico e social equilibrado” (ADAMS, 2001, p. 98).

Lima (2007) aponta que no período de 1976-78, aconteceram diversas mudanças na Lei nº 1.440/76 principalmente para favorecer as ocupações e os interesses imobiliários que ocorriam na região norte e leste da cidade. E foi nesse contexto que em 1978 o IPUF realizou a assinatura de dois convênios, um celebrado com a UFSC, referente à colaboração técnico científica, do qual resultaram ordens de serviço relativo a estudos da bacia da Lagoa do Peri, incluindo, entre outros, os aspectos socioeconômicos da população residente e suas atividades, apresentado detalhadamente no primeiro capítulo desta pesquisa no “Relatório sobre a Caracterização da População Residente da Bacia da Lagoa do Peri”. E o outro com a FATMA, visando a elaboração do Plano Diretor da Lagoa do Peri que foi elaborado e apresentado no mesmo ano, também, apresentado no capítulo anterior dessa pesquisa.

Plano Diretor do Parque da Lagoa foi elaborado, sobretudo, contrapondo com as transformações que a cidade passava no período de sua concepção, evidenciando que não foi apenas o discurso de preservação que se fez presente na sua elaboração, mas sim, as relações de poder que o objetivaram, assim como sua inserção no campo discursivo do patrimônio e do turismo. Por isso, se faz necessário considerar os interesses, os interessados e os motivos que condicionaram as ações do poder municipal.

Em resposta a modernização do país, do estado e da cidade de Florianópolis foram instituídos os Planos Diretores, que foram acompanhados pelo desenvolvimento da concepção da preservação patrimonial e do turismo na Ilha de Santa Catarina.

3.3 Desenvolvimento das ações e das políticas públicas da preservação do patrimônio em Florianópolis

Se, de um lado, a expectativa de um “futuro moderno e civilizado”, teoricamente, nascia com a inauguração da Ponte Hercílio Luz, pouco se fez em relação às ações voltadas na preservação cultural ou para resguardar os vestígios edificados da antiga cidade de Desterro que começava a se transformar. De acordo com Richter (2009) a relação estabelecida entre o espaço urbano e o passado, se revelou através da “percepção de uso do espaço como homenagem” afim de monumentalizá-la. Tendo como prática principal, nos primeiros anos, a associação da memória do passado a de personalidades que fizeram parte da história da cidade, concretizado na nomeação de vias públicas no início das primeiras décadas do século XX:

Essa percepção ilustra a forma como as questões memória, história e patrimônio eram preferencialmente encaradas naquele momento, até mesmo por aqueles que tanto se interessavam pelo passado. Tratava-se de abordá-las a partir da noção de monumentos históricos (RICHTER, 2009, p. 36).

A preservação e a proteção cultural tinham com principal via a relação da “história” a “monumentos”, prática utilizada em muitos países entre meados do século XIX e início do século XX, desdobrando-se após o ano de 1945, na qual a relação entre a história e patrimônio cultural foi ampliada, surgindo novos termos como a memória e a identidade. A ampliação e as discussões em torno da proteção e preservação cultural ganharam corpo a partir das décadas de 1970 e 1980 (GONÇALVES, 2008, p 108).

Segundo Adams (2001) mesmo com toda a complexidade dos Planos Diretores Municipais, os mesmos não contemplaram os aspectos da questão histórica propriamente dita, no entanto, abordou apenas as questões estéticas e os aspectos panorâmicos (ADAMS, 2001, p. 95).

A partir do ano de 1974, a cidade se aproximou definitivamente da questão patrimonial, na medida em que alia a questão aos processos de planejamento e supervisão municipal do espaço urbano. Com a promulgação da Lei Municipal 1.202/74, criou-se a Comissão Técnica do Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município (COTESPHAN) que tinha nas principais diretrizes:

Proposição de tombamentos, sistemática de aproveitamento desses bens tombados, convênios relativos à preservação e projetos de pesquisa.
“Opinando sobre os projetos de urbanização de áreas, quando estes

envolverem tarefas e obras alteradoras do panorama paisagístico” (ADAMS, 2001, p. 93-94).

Richter (2009) também destaca que os planos de desenvolvimento urbano de Florianópolis estão diretamente relacionados com a questão do patrimônio cultural edificado, uma vez que a primeira instituição relacionada à questão patrimonial foi criada, o SEPHAN surgiu no mesmo contexto dos planos de desenvolvimento propostos para a cidade entre as décadas de 1960-70.

A questão da patrimonialização das edificações passaria a ser mais um componente do jogo de forças, das tensões que constituíram o espaço urbano da cidade, revelando indícios das relações estabelecidas com os vestígios do passado (RICHTER, 2009, p. 42).

As ações preservacionistas sobre as edificações em Florianópolis, até a década de 1970, aconteceram de formas pontuais e limitadas, marcadas pela primeira ação no ano de 1938, quando o órgão federal de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) executou o tombamento das fortalezas coloniais de Santa Cruz, São José, Santo Antônio e Santana, localizadas na baía norte da Ilha, projetadas e construídas pelo Brigadeiro José da Silva Paes entre 1739 e 1744. Seguido do tombamento da casa onde nasceu o pintor Victor Meireles no ano de 1950. É importante ressaltar que, apesar das ações em Florianópolis datarem da década de 1930, foi só no ano de 1990 que se instalou uma unidade do órgão federal em Santa Catarina, antes disso pertencia a 10ª Diretoria Geral localizada no estado do Rio Grande do Sul (RICHTER, 2009, p. 43-44).

Richter (2009) também definiu que a atuação do SPHAM, posteriormente chamado de SEPHAN, foi caracterizada em três fases. A primeira fase corresponde a sua fundação, em abril de 1974, até fins de 1980, na qual a entidade esteve vinculada à Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Social (SESAS). Nesta fase ocorreram os primeiros tombamentos de edificações, além de paisagens naturais.

Adams (2001) destaca que nesse período a questão histórica estava voltada para ao resgate das origens de colonização açoriana, influenciados como apresenta no primeiro capítulo, pelo Movimento Açorianista de Santa Catarina de 1948.

A segunda fase iniciou-se no ano de 1984, em que o SEPHAN tinha sido vinculado ao IPUF, marcados pela intensificação de tombamentos, principalmente extensos conjuntos de edificações ao invés de edificações isoladas. A última estava começando a se vislumbrar, com a promulgação da legislação relacionada ao Programa Municipal de Proteção e Conservação do Patrimônio Imaterial ou Intangível, em junho

2008. A “legislação estipula uma atuação conjunta do SEPHAN com a Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes, para exame das propostas de registros de bens patrimoniais imateriais” (RICHTER, 2007, p. 44).

É importante esclarecer que as transformações urbanas e sociais da cidade não implicaram apenas no desenvolvimento das ações preservacionistas em prol do patrimônio na cidade, mas também, se desenvolveram paralelamente às ações e as políticas públicas em prol do turismo no país.

3.4 Desenvolvimento do turismo na Ilha de Santa Catarina

O contexto nacional implicou significativamente nas primeiras ações e nas políticas públicas no setor turístico no país, motivadas principalmente por dois fatores importantes, o primeiro foi pela visita dos consultores da UNESCO no país, entre os anos de 1964 e 1979. E o segundo, pela implantação da ditadura civil-militar instaurada no Brasil a partir da década de 1960. Fatores que estavam sob a influência principalmente da ótica capitalista e pela expansão do turismo em escala mundial.

A Política Nacional de Turismo (PNT) foi instituída dois anos após a tomada do poder pelos militares, através do Decreto-lei nº55 de 18 de novembro de 1966, e tinha como um de seus objetivos a uniformização da atividade turística no país – que já se desenvolvia desde a primeira metade do século XX, porém, sem fomento e organização estatal (CARDOSO, 2013, p. 22)

Com isso, foram criados órgãos para gerenciar, coordenar e direcionar o turismo brasileiro como o Conselho Nacional de Turismo (CN-TUR) e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR). No entanto, em Florianópolis, essa preocupação com o turismo já pautava as discussões entre os líderes políticos da cidade na primeira metade do século XX, vislumbrando o turismo como um dispositivo econômico, social e cultural (CARDOSO, 2013).

Segundo Lima (2007) o turismo como mecanismo econômico já vinha ganhando destaque nas atividades comerciais da Ilha de Santa Catarina desde a década de 1930, quando o banho de mar foi ressignificado aos olhos da sociedade mais conservadora “houve uma valorização e um enaltecimento das propriedades dos banhos, tornando-se um hábito bastante comum, apesar das questões relacionadas à moralidade e aos “terríveis malefícios” causados pela exposição excessiva ao sol” (LIMA, 2007, p. 132).

Ferreira (1998) em o “Banho de Mar na Ilha de Santa Catarina” apresenta que a utilização das praias da cidade se originou por meio de um processo, que teve como

características: abuso ao Código de Posturas, tratamento médico, refrigério contra o calor, divertimento das famílias e por último o “turismo”. Existiu por muito tempo um enorme preconceito com as pessoas que utilizavam o mar para se refrescar do calor, principalmente quem se banhava nas águas a beira do cais da cidade (centro), “as famílias distintas” frequentavam somente o Balneário de Canasvieiras.

Sendo de comum acordo, dentre os principais autores sobre o marco inicial das atividades turísticas em Florianópolis, está à inauguração do Hotel Balneário de Canasvieiras em 1930, no extremo norte da Ilha de Santa Catarina. Que foi construído “como espaço sofisticado para o lazer a beira-mar” que, obviamente, restringia bastante seus frequentadores, uma vez que não existia luz elétrica no interior da Ilha e as estradas até o local eram péssimas e perigosas (LIMA, 2007, p. 134).

Cardoso (2013) identifica que foi a partir da década de 1950, na gestão do prefeito Paulo Fontes (1951-1954) que o poder público municipal criou as primeiras leis que visavam beneficiar os interessados no setor hoteleiro, e que também se criou o Departamento de Turismo em conjunto com melhorias nas estradas que levavam até as praias localizadas no norte da Ilha. Essas iniciativas foram pautadas por meio do discurso da “vocação da Ilha para o turismo”, que faz parte de uma construção histórica que é:

Fruto de disputas políticas localizadas na segunda metade do século XX, os discursos que afirmavam essa vocação ganharão diferentes tons, de acordo com a alternância dos partidos políticos no poder, determinantes no futuro da cidade. De um lado estava à ideia de tornar Florianópolis uma cidade mediana, não tendo seu desenvolvimento atrelado somente ao turismo, e de outro um projeto de cidade metropolitana, ligada a verticalização, a expansão urbano-turística e ao cosmopolitismo (CARDOSO, 2013, p. 26).

A noção de desenvolvimento almejado para a cidade, constituída entre as décadas de 1950 e 1960, foi associada aos interesses dos grupos políticos locais, que controlaram as intervenções urbanas e impuseram o **turismo** como o único caminho para o futuro. As implicações desse modelo de “expansão urbano-turística” resultaram na especulação imobiliária, privilegiando somente algumas classes. O final da década de 1960 ainda foi marcado por mais duas políticas públicas no setor turístico, uma em nível municipal, com a criação da Diretoria de Turismo e Comunicação em 1967 e, outra, em nível estadual com a criação do Departamento Autônomo de Turismo do Estado de Santa Catarina (DEATUR) no ano de 1968 (CARDOSO, 2013, p. 28).

Apesar de todo o investimento estadual e municipal nas políticas públicas no setor turístico, foi só a partir da década de 1970 que as atividades no setor tiveram um

significado aceleramento na cidade de Florianópolis. Principalmente com a abertura e o asfaltamento da BR-101, com a chegada de uma classe média universitária mediante a criação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), das grandes empresas estatais e da própria máquina administrativa que se instalaram na Ilha nesse período (REIS, 2012).

Nesse contexto de transformações urbanas e sociais, com o desenvolvimento de ações e de políticas públicas em relação ao patrimônio cultural e ao turismo na cidade de Florianópolis, que se criou o Sertão do Peri, inserido na bacia da Lagoa do Peri, tombada inicialmente como Patrimônio Natural de Florianópolis, por meio do Decreto Municipal nº 1408 do dia 04 de junho de 1976 e, depois transformado em Parque Municipal da Lagoa do Peri em 1981, detalhado no capítulo anterior.

O processo de modernização iniciado no século XX modificou claramente as estruturas urbanas e sociais da cidade, e na ânsia de uma Florianópolis moderna, voltada para o turismo esqueceu-se de preservar, em alguns momentos, o seu patrimônio cultural. No entanto, esse processo também foi marcado pela urgência da ressignificação dos lugares e da própria cultura da Ilha de Santa Catarina. O reconhecimento e a ressignificação da comunidade do Sertão do Peri é um exemplo desses movimentos em prol da preservação dos lugares e da cultura pelo poder público municipal.

3.5 A Invenção do “Sertão do Peri”

Como podemos analisar até agora, no longo caminho percorrido na modernização urbana e social de Florianópolis, em fins do século XIX até as primeiras décadas do século XX, percebemos que todo esse processo foi construído por discursos e uma rede de interesses em torno de cada passo dado nessa “modernização” tal como evidenciou Hermetes dos Reis Araújo em “A Invenção do Litoral” (1989), e Maria Bernadete Flores na “Invenção da Açorianidade” (1998), por exemplo.

Nesse sentido entende-se que o “Sertão do Peri” também foi construído, seja por meio de uma ressignificação dos valores culturais que envolviam esse lugar ou por meio dos reflexos desse processo de modernização que passava a cidade. Visto que, na análise da historiográfica, de textos memorialistas ou até mesmo na literatura, não foi encontrado algo em referência a localidade do Sertão do Peri no período que antecede as primeiras ações preservacionistas da bacia da Lagoa do Peri.

Por isso, no processo de investigação sobre a localidade do “Sertão do Peri”, fez-se importante a análise da palavra ou do termo “sertão”, sendo que a mesma apresenta diferentes significados e que é utilizada em diferentes áreas do conhecimento, como a geografia, biologia, história, etc. Também pela dificuldade em encontrar nos documentos, nas notícias, nos dados ou nas informações mais antigas o porquê do uso do nome atribuído atualmente à localidade: “Sertão do Peri”.

Diante disso, procuramos inicialmente o significado da palavra em dois dos principais dicionários da Língua Portuguesa. A primeira consulta foi no Dicionário Aurélio, no qual “sertão” corresponde a:

1. Região agreste, distante das povoações ou terras cultivadas.
2. Terreno coberto de mato, longe do litoral.
3. Interior pouco povoado.
4. Bras. Zona pouco povoada do interior do país, em especial do interior semiárido da parte norte-ocidental, mais seca do que a caatinga, onde a criação de gado prevalece sobre a agricultura, e onde perduram tradições e costumes antigos (SERTÃO, 2008).

A segunda foi efetuada no Dicionário Houaiss, no qual “sertão” refere-se:

1. Região agreste, afastada dos núcleos urbanos e das terras cultivadas.
2. Terreno coberto de mato, afastado do litoral.
3. A terra e a povoação do interior; o interior do país.
4. Toda região pouco povoada do interior, em especial, a zona mais seca que a caatinga, ligada ao ciclo do gado e onde permanecem tradições e costumes antigos (SERTÃO, 2009).

Observamos que os significados atribuídos à palavra “sertão” nos dois dicionários pesquisados são semelhantes, porém, conhecendo *in loco* a localidade em questão, percebe-se que as definições não a exprimem integralmente, visto que quase todas as características enumeradas estão relacionadas à região norte-ocidental do país. Os significados de “sertão” no glossário da Língua Portuguesa são termos utilizados no campo da Geografia:

O sertão no Brasil corresponde à vastíssima zona interiorana, que começou a ser penetrada ainda no Século XVI, logo depois da chegada dos colonizadores, quando as fazendas de gado foram separadas das fazendas agrícolas, particularmente na Região Nordeste. Enquanto a produção agrícola, principalmente a cana-de-açúcar, ficava basicamente restrita à faixa litorânea, a criação de gado se estendia para as remotas paragens do interior do continente. A restrição a sua marcha era somente os cursos d’água mais caudalosos ou as serranias mais formidáveis (ANTONIO FILHO, 2011)

De acordo com as leituras realizadas sobre a colonização da Ilha de Santa Catarina, comprovou-se que a localidade onde hoje é denominada de “Sertão do Peri”, começou a ser explorada no século XVIII, com a chegada dos primeiros colonizadores, porém, não existiam fazendas de gado no local e, o clima e a vegetação também se

diferem muito da Região Nordeste do Brasil. O que deixou dúvidas sobre a utilização do termo “sertão” para a localidade estudada.

Silva (apud ANTONIO FILHO, 2011) argumenta que a palavra “sertão” não é de origem brasileira, portugueses antes mesmo do “descobrimento” do Brasil, já a utilizavam “para designar terras interiores sem comunicação”. O autor apresenta dois documentos históricos como justificativa, em que a palavra “sertão” está presente: primeiro na Carta de Pero Vaz de Caminha, escrita em 1500, na qual a palavra aparece duas vezes, “ (cuja grafia é “sertaão” naquele documento) ”, com o significado de “lugar oculto, ou sem arvoredo, situado longe da costa”. E segundo no diário de viagem de Vasco da Gama, escrito em 1498, onde a palavra tem o significado de “interioridade, ou seja, no sentido de terras situadas no interior do continente” (SILVA apud ANTONIO FILHO, 2011).

Acreditamos que a palavra ou o termo “sertão” era utilizado para designar uma “região”, uma “área indefinida”, um “lugar” ou um “território”, localizado longe do litoral, no interior despovoado ou desconhecido, considerando ou não a existência de um deserto ou uma paisagem semiárida (ANTONIO FILHO, 2011).

No entanto, debruçando-nos sobre o significado ou a apropriação da palavra “sertão” encontramos também o termo sertanismo, uma categoria criada no processo de construção da identidade nacional do país, utilizada tanto na literatura, quanto na historiografia no final do século XIX e início do século XX, como sugere Trindade Lima:

O processo de formação de uma identidade nacional no Brasil esteve fortemente associado ao debate sobre a diversidade étnica, ou, se quisermos ser fiéis aos termos utilizados no final do século XIX e início do século XX, aos temas da raça e da mestiçagem. [...]. No caso brasileiro, a desagregação do regime escravocrata e a transição para uma sociedade de classes representaria papel análogo ao processo de industrialização na formação das condições intelectuais favoráveis ao desenvolvimento do argumento sociológico na Europa. [...]. É possível afirmar que a abolição da escravatura desempenhou papel central na reflexão sobre a sociedade brasileira, dando relevo ao debate sobre a identidade nacional e a integração dos diferentes grupos sociais (TRINDADE LIMA apud SILVA, 2008, p 185)

No processo de formação de uma identidade nacional o sertanismo foi criado para ocupar o espaço ideológico constituído pelo índio, utilizando um modelo narrativo equivalente ao discurso do modelo indianista “civilizado e não civilizado”. Assim, o papel marginal do índio é substituído pelo lugar deslocado do sertanejo.

Segundo Sodré (2008) o índio não tinha todas às credenciais necessárias para representar a expressão do que é o “nacional”, já o sertanejo, “o homem do interior, aquele que trabalha na terra”, poderia exprimir o Brasil. A corrente sertanista foi concebida dentro de um pensamento dualista, onde nas regiões do interior existia um “país atrasado, doente e abandonado, isolado e incivilizado”, e outro em “franco progresso, intelectualmente cultivado e civilizado” situado no litoral (SODRE apud SILVA, 2008, p. 186).

Cria-se então um mito chamado “sertão” que passa a ser utilizado nas narrativas discursivas de intelectuais na intenção de uma construção da história nacional. Esses textos foram classificados como “textos sociográficos”, ou seja, que descrevem a sociedade sem se utilizar de métodos de caráter científico, comuns desde o século XVI.

Na sociografia, os ensaios sociais são construídos sob a perspectiva de uma narrativa própria de quem está escrevendo, onde o autor escreve a partir de uma realidade que ele mesmo participa como explica Andrade (1941, p. 43):

O narrador, o escritor genuinamente brasileiro, aparece pela primeira vez no século XVII, com frei Vicente de Salvador. Mas vai se multiplicando através dos tempos, invade e domina por completo o fim do século XVIII e todo o século XIX, vindo a construir, mais tarde, o centro e a alma da verdadeira cultura científica e literária do Brasil.

Reconhecer e analisar os escritos desses “narradores e/ou escritores genuinamente brasileiros”, mesmo que não sejam de cunho científico, auxilia na compreensão da construção desse mito chamado de “sertão”, sejam intencionalmente, exaltando o amor ao país, ao indígena, as riquezas e bondades da terra brasileira, seja para o entendimento do projeto de construção de uma identidade nacional. Esse modelo discursivo foi utilizado por toda a classe de intelectuais do país, influenciando também os intelectuais catarinenses, principalmente os intelectuais da capital catarinense.

Sob a ótica das narrativas de construção da identidade de Nação que Candice Vidal e Souza (1997) analisa o sertão, em “A Pátria Geográfica – sertão e litoral no pensamento social brasileiro”, na qual investiga o percurso histórico/mítico da narrativa e a resistência dos sertões perante o projeto civilizador litorâneo, tomando como marco inicial as bandeiras até o movimento de incorporações das fronteiras da década de 1970.

Demarcando e organizando dentre as principais literaturas de interpretação de Brasil, os discursos referentes ao processo constitutivo de Nação refletem preferencialmente sobre os componentes históricos e sociais contidos nesses escritos que, de acordo com a autora: “é o trajeto reflexivo preferencial nos escritos

sociográficos” narrativas que se repetem na maioria dos textos como “fórmulas narrativas míticas”, acerca da ideia de Brasil (SOUZA, 1997, p. 33). Que se diferem dos textos ou relatos escritos pelo escritor-viajante estrangeiro, por exemplo, encantado pela natureza exotizante do país. Quem constrói a narrativa é brasileiro e escreve para o público brasileiro, o “escritor-sociógrafo pensa sua obra como revelação do Brasil ignoto, ainda não conhecido pelos patriotas, seus leitores”, viajando pelo interior do Brasil descrevendo o lado oculto da pátria (SOUZA, 1997, p. 35).

No entanto, essas viagens para esses lugares “desconhecidos”, acarretava aos escritores sociográficos num primeiro momento, certa estranheza ou surpresa, ao se deparar com lugares e culturas diferentes das até então conhecidas por eles. Sensações e impressões que os tornaram “detentores” do ofício de definir, nomear lugares e “fundar hierarquias de base geográfica, tomando como metro a proximidade a um ideal de espaço nacional”, distinguindo as regiões internas do país, em alguns casos afirmando que as diferenças na ocupação territorial dificultavam na construção de um Brasil unificado. A distinção ficou caracterizada como um problema, um empecilho no projeto de Nação e que deveria ser remediado pelo governo (SOUZA, 1997).

Por meio da análise das narrativas sociográficas, Souza (1997) observou também, a existência de uma cartografia sociográfica, que coincidentemente também influenciavam os mapas nacionais “oficiais”, ficando claro quando sobrepostos uns sobre os outros dois grandes divisores geográficos: um identificado por sertão e outro por litoral, nos quais:

Sertão e litoral constituem o padrão das descrições do espaço nacional e dos modos de vida concebidos como regionalmente diferenciados. As clivagens políticas, sociais e econômicas, encontradas na observação da “realidade” nacional, são inteligíveis, para os pensadores do Brasil, mediante esta bipartição geográfica e cultural do território nacional (SOUZA, 1997, p 39).

A divisão e/ou a classificação regional entre sertão e litoral transcende dos limites físico e geográfico, envolvem características econômicas, políticas e sociais. Estabelecendo valores de nacionalidade e os tomando como referenciais no discurso sobre a Nação desejável, na qual a comparação se faz na direção do litoral para o sertão.

O escritor opera distinções a partir de seu lugar de habitante do litoral, sobrevoando o panorama nacional, de onde destaca as terras do interior como diferença. Portanto, as narrativas consideradas expõem vozes sobre o Brasil emitidas de um ponto fixo, origem do escrevente, o qual parte em viagem – sempre imaginária, seja ela textual ou concreta – rumo às regiões outras do vasto território [...] as análises realizam um movimento pendular entre o

familiar e o estranho dentro de um mesmo país, repetindo a incomoda constatação de que o Brasil não (re) conhece o Brasil (SOUZA, 1997, p. 39).

Os discursos e as descrições são construídos por pessoas que não pertencem ao mundo interior, ao lugar ou a comunidade que ele se propõe descrever, motivos que podem ocasionar equívocos nas descrições, visto que o autor do litoral descreve a partir do que ele conhece e do que acredita ser um “ideal” de sociedade, espaço, ambiente e até mesmo de Nação.

E de acordo com a investigação de Souza (1997) o ponto zero na construção da identidade de nação, unanime em todos os textos pesquisados, está no movimento dos bandeirantes, que partiam rumo ao interior do país, se transformando no principal ícone na conquista do território nacional, no desenvolvimento histórico e social dos “sertões”. Esse evento, dispendido do olhar historiográfico, centraliza no bandeirante a conquista do território nacional, fazendo crer que os mesmos atuaram na construção cultural da nação brasileira: “nas narrativas, fala-se do bandeirismo histórico, responsável pela garantia do contorno geográfico do país, mas, principalmente, tematiza-se o bandeirismo como movimento trans-histórico de constituição da nacionalidade” (SOUZA, 1997, p. 41).

Esses dois tipos de narrativas, utilizada repetidamente em quase todos os textos sociográficos, foram os alicerces na construção da ideia de brasilidade, depositando no movimento dos bandeirantes, a demarcação geográfica e da cultura do Brasil. Um dos principais exemplos que afirmam o protagonismo do bandeirante na construção do Brasil é de autoria de Cassiano Ricardo, o livro foi escrito na década de 1940, com o título de *Marcha para Oeste*, considerado a:

Narrativa mestra da construção da nacionalidade, que condensa representações duráveis generalizadas das relações entre espaço, movimento e brasilidade [...] épico do surgimento do Brasil, a obra de Cassiano Ricardo elabora simbolicamente a modelagem da geografia brasileira. Onde a conversão da história em mito de fundação da nação se encontra em um texto complexo, de um lado, pela riqueza interna ao próprio escrito, e, de outro, pela condição da obra (SOUZA, 1997, p. 44).

O prestígio e a influência atribuídos a obra advém principalmente do momento que foi concebida, o livro foi produzido no período do Estado Novo, momento em que o governo tinha como uma das principais metas, a criação de valores e ideais que contribuíssem para a representação da nacionalidade brasileira. A construção do mito fundador, representado no bandeirante, influenciou a geografia, a cultura e a história do Brasil.

Segundo Ricardo (1940 apud SOUZA, 1997, p. 45) “quando a bandeira penetra no sertão, termina a história de Portugal e começa a do Brasil”. Marchar para Oeste significa conquistar a independência, o Oeste neste caso não está ligado a um referente geográfico específico, trata-se de uma metáfora, que parte do litoral para o interior, oposto geográfico a costa. Ao mesmo tempo, que se cria um mito fundador, se constrói um estereótipo sobre o sertão, sobre a sociedade que ocupa esse lugar, um discurso perpetuado em quase todos os textos sociográficos posteriores a Marcha para Oeste, escritos que destacam as características e os costumes das pessoas do sertão, comparando com as características e os costumes das pessoas do litoral, alertando em muitos casos, para a necessidade de “domesticação” dos sertanejos.

O autor, reconhecido como o precursor acerca das discussões em torno da categoria sertão, antes mesmo da Marcha para Oeste, preocupado em “decifrar” e ao mesmo tempo resolver os seus “problemas”, foi Euclides da Cunha, por meio obra *Os Sertões*, publicado primeiramente em 1902, no qual tenta “compreender o Brasil ignoto, diferencia-lo do Brasil conhecido e, finalmente, julgar, opinar, sugerir”. Na obra, os sertanejos estavam reduzidos aos habitantes de Canudos, que para o mesmo “representavam uma outra raça e uma outra sociedade formada sob processos históricos distintos do restante do povo brasileiro [...] mantendo-se desconhecidos e esquecidos nos confins do sertão” (SOUZA, 1997, p.91).

Lima (2002) chama a atenção para a dualidade sertão/litoral na obra de Euclides da Cunha, duplicidade constante no pensamento social brasileiro da época, traduzida como “oposição entre tradição e modernidade ou entre autenticidade e civilização de copistas. A percepção dessa dualidade está relacionada à construção de dois tipos de estranhamento ou desterro - o dos sertanejos e o dos intelectuais que sobre eles escrevem” (LIMA, 1999 apud LIMA, 2002, p. 74).

Euclides da Cunha em sua obra priorizou o entendimento dos “problemas” e as “soluções” do sertão por meio de uma visão sócio-política, deixando de lado a análise dos problemas raciais brasileiros latentes no período, adotando uma metodologia que consistia em encontrar a diferença na origem das crises, demarcando sua formação histórica e propondo uma alternativa a política para sua superação, se importando em encontrar o porquê do “atraso”, sob a luz da integração nacional sempre em função da modernização (SILVA, 2008).

Segundo Castanheira (2012) os discursos de modernização estão ligados ao avanço tecnológico e à urbanização, nesse caso, em que só ela pode ser o caminho

natural das sociedades, e que na emergência da construção da identidade nacional fez do sertão um “espaço imaginado” e do próprio sertanejo a imagem do que é ser brasileiro, criando dois grandes tipos de estereótipos dos habitantes do interior:

Por um lado, tínhamos o sertanejo, o homem forte, o bravo, o nômade, aquele que, estava fadado ao desaparecimento com a modernização do sertão, e, por outro, tínhamos o caipira lerdo, preguiçoso, incapaz de acompanhar o progresso que a nação almejava, que tem sua figura-síntese no jeca Tatu, de Monteiro Lobato (CASTANHEIRA, 2012, p. 5).

Esse discurso de modernização foi igualmente utilizado no processo ocorrido na cidade de Florianópolis durante o século XX, visto que a urbanização sempre esteve ligada ao progresso, ao moderno. No entanto, a imagem do “sertanejo da Ilha de Santa Catarina” foi associado à identidade cultural da cidade, mais especificamente a cultura açoriana.

Diante do exposto, em relação aos conceitos de sertão, observou-se que o termo ou a palavra “sertão” pode ter vários significados e que foi utilizado tanto para classificar, definir limites físicos ou geográficos, quanto para a construção de um discurso que englobava características econômicas, políticas e sociais sobre determinada região ou localidade. No caso do Sertão do Peri todas essas características são contempladas.

Acredita-se que tenha recebido influências da “história tradicional” assim como analisou Burke (1992). Em Santa Catarina a história tradicional foi utilizada, dentre os principais intelectuais, como o principal método de escrita da história até a década de 1990 (OLIVEIRA, 2004)

Considerando o ano do primeiro documento oficial encontrado sobre a localidade em questão, o “Relatório sobre a caracterização socioeconômica da população residente na bacia da Lagoa do Peri”, escrito no ano de 1976, onde pela primeira vez a região aparece denominada como Sertão do Peri, supõe-se que ao nomeá-la a os pesquisadores podem ter sido influenciados pelos fatores e discursos até aqui apurados.

A primeira evidencia está no contexto nacional, período onde os Planos Diretores de caráter modernos influenciavam todas as ações dos poderes públicos. A base intelectual do país também determinava qual discurso seguir, a fim de acompanhar essa ideia de modernização. Os intelectuais que contribuíram para a “Invenção do Sertão do Peri” seguiram a mesma linha discursiva do resto do país.

A segunda se caracteriza pelo fato do Sertão estar distante do litoral ou distante da própria Lagoa do Peri. Assim, a localidade sempre foi de difícil acesso, isolada de todo o resto da cidade, não acompanhando os avanços da modernização, por isso Sertão do Peri ou Sertão da Lagoa do Peri. E, por último, pelo próprio modelo de produção histórica “tradicional” evidenciado nas justificativas dos intelectuais, mais precisamente na utilização conceito de “sertão” formulado pelos escritores sociográficos no início do século XIX, assim como aparece no “Relatório” no item 2.4 sobre a “Tipificação da População”:

As famílias do Sertão do Peri vivem num estágio da subsistência. Isolados até poucos anos das comunidades mais amplas e do sistema de transportes modernos, já que o acesso a comunidade é feito apenas por picadas, apresentam um grau baixíssimo de escolaridade, de habitabilidade e inovabilidade. São pessoas tímidas, reservadas e de uma linguagem pobre e arrastada. Para eles tudo é lento inclusive o trabalho (FLORIANÓPOLIS, 1978, p. 6).

A classificação dos pesquisadores sobre a população residente na localidade vai de encontro com o conceito dos escritores sociográficos, evidenciando o discurso da dualidade sertão/litoral, traduzidas no isolamento da comunidade, na emergência da modernidade, da habitualidade e da inovabilidade.

Deduz-se que a utilização do conceito ou pré-conceito contribui também na invenção do nome da localidade, classificando toda a região como Sertão do Peri, evidencia que pode ser confirmada através dos depoimentos de alguns moradores mais velhos da localidade:³

Barreira do Ribeirão da Ilha, aí depois que veio aqui é o Sertão, por que é um lugar pequeno, deserto não sei o que lá, aí ficou como Sertão entendesse? Mais não é Sertão, é Barreira do Ribeirão da Ilha, no meu documento está Barreira do Ribeirão da Ilha (Seu Sid, 2015)

Aqui é Peri de Cima, tem o Peri de Baixo, é lá perto da Lagoa, onde tinha umas casinhas lá em baixo... lá em cima é o Sertão, a vilinha lá, tem o Sertão de Baixo onde tem a cruz, e cá adiante tinha uma entrada lá que se chamava sertão de dentro (Zeca do Alambique, 2015).

A Barreira do Ribeirão da Ilha de onde o Seu Sid se refere é a região da comunidade mais ao alto, mais “central”, onde foi construída a Igreja da comunidade. Os moradores sempre se referem à Igreja como um ponto de referência.

Já na denominação de Peri de Baixo e Peri de Cima, Seu Zeca do Alambique faz uma relação à distância da Lagoa do Peri, que também era um ponto de referência entre

³ As informações sobre os entrevistados estão no Apêndice B deste trabalho.

os moradores da comunidade. Sua propriedade estava localizada a cima da Lagoa do Peri.

Percebemos que a região denominada pelo “Relatório” como “Sertão do Peri” era composta de vários outros nomes, identificados nos depoimentos dos moradores da comunidade, no entanto, os pesquisadores optaram em definir um único nome para a localidade, configurando-se assim a “Invenção do Sertão do Peri”. O que fica claro é que nesse processo de modernização e até mesmo da tentativa de ressignificação de alguns lugares da cidade de Florianópolis, é que muitas vezes os principais personagens da história dessas localidades foram deixados de lado desse processo, “as vozes” dos representantes desses lugares quase não foram ouvidas, deixando assim uma lacuna na história de quem construiu esses lugares. Por isso a proposta do próximo capítulo é dar voz para alguns personagens que fizeram parte desse processo de modernização e ressignificação na localidade do Sertão do Peri.

4 PROCURANDO O ENGENHO ENCONTRAMOS MEMÓRIAS

A pesquisa que resultou nesse trabalho de conclusão de curso teve seu início em 2013 durante o trabalho realizado junto ao PIBID no subprojeto de História e desde então foram utilizadas diferentes estratégias metodológicas julgadas como indispensáveis para a investigação do tema proposto. Com toda a série documental analisada sobre a localidade, verificou-se a existência de uma lacuna a respeito da história e da memória da comunidade do Sertão do Peri, como já discutido nos capítulos anteriores.

A comunidade do Sertão do Peri, ainda hoje, é considerada uma das regiões mais importantes para a história da Ilha de Santa Catarina e um dos poucos lugares em que ainda se podem encontrar vestígios e características dos seus primeiros moradores. No entanto, esta localidade é pouco documentada, o que dificulta fixar uma data específica do início do seu povoamento. Acredita-se que partir do ano de 1748 os primeiros moradores iniciaram a ocupação da região, oriundos do Arquipélago do Açores e da Ilha da Madeira, com o objetivo de transformar as terras devolutas da Ilha de Santa Catarina em terras produtivas, resultado do projeto de colonização e povoamento da Coroa Portuguesa (PAULI, 1987, p 149).

A região, onde está situada a comunidade, também foi reconhecida, durante o processo de “modernização” de Florianópolis, por representar um vasto Patrimônio Natural e Cultural, institucionalizados por meio de leis, decretos e planos diretores, como apresentado nos capítulos anteriores.

O objetivo desse capítulo é analisar quais os impactos que as transformações ocorridas na cidade, durante o período de “modernização”, tiveram sobre o cotidiano dos moradores da comunidade do Sertão do Peri. A inquietação surge no momento em que foram analisados os planos diretores, principais símbolos da modernização da cidade, e se os mesmos foram elaborados de forma coesa considerando as implicações no cotidiano das comunidades atingidas.

Nesse caso, acredita-se que o caminho investigativo deve ser guiado por meio da memória dos moradores do Sertão do Peri, a fim de conhecer a sua história, saber como era o seu dia-a-dia, o trabalho, suas crenças, seus medos, como se divertiam, seus saberes e seus fazeres. Assim, procuramos conhecer esses elementos do cotidiano e as experiências por meio das narrativas dos homens e mulheres que ali vivem. Esses

elementos nos auxiliam na construção da história local e também na compreensão das implicações que o processo de modernização teve em suas vidas.

Delgado (2010, p. 21) concorda que as narrativas são “instrumentos importantes na preservação e transmissão das heranças identitárias e das tradições”, seja na forma de registros orais, seja na forma escrita, ela se caracteriza como uma arte de contar, traduzindo em palavras as lembranças da memória.

São importantes como estilo de transmissão, de geração para geração, das experiências mais simples da vida cotidiana e dos grandes eventos que marcaram da História da humanidade. São suportes das identidades coletivas e do reconhecimento do homem como ser no mundo. Possuem natureza dinâmica e como gênero específico do discurso integram a cultura de diferentes comunidades. São peculiares, incorporam dimensões materiais, sociais, simbólicas e imaginárias. Plenas de dimensão temporal tem na experiência sua principal fonte (BENJAMIN, 1994, p. 98).

As definições de Walter Benjamin acerca da narrativa vão ao encontro com todas as características e importância que a narrativa significa para a comunidade do Sertão do Peri, uma vez que a identidade, a cultura e as experiências da vida cotidiana de cada morador se materializam por meio da narrativa. Não obstante, só pode ser compreendida se for associada às relações estabelecidas com esse lugar peculiar que habitam e é através do “lugar de memória”, conceito utilizado por Pierre Nora (1993), que a memória se mantém coesa.

Em um primeiro momento a memória parece ser um fenômeno individual, algo relacionado com a trajetória próprio de cada pessoa. Entretanto, a história de vida de cada um(a) de nós está entrelaçada com as histórias das pessoas com as quais nos relacionamos nos diferentes grupos que participamos: família, escola, amigos, colegas de trabalho etc. Assim como conceituou Halbwachs (1990), memória é também um fenômeno coletivo e social, ou seja, algo construído coletivamente e submetido a transformações e mudanças constantes ao longo da vida.

Dessa forma, considera-se que memória do Sertão do Peri pode estar ligada à produção agrícola, mas especificamente ao engenho e ao trabalho que o envolvia. Para essa pesquisa a definição de “engenho” vai muito além do maquinário utilizado no beneficiamento da raiz de mandioca ou da cana de açúcar. Aqui, o engenho passa a ser considerado como um “sistema” que envolve as pessoas, o plantio, a colheita, a moagem, dentre todos os outros processos que envolvem o trabalho e o beneficiamento desses alimentos e as respectivas relações sociais produzidas a partir desse sistema. Pois, para além de ter sido à base de toda a economia e de subsistência de alguns

moradores, o engenho também se configurou com um lugar onde as pessoas se encontravam, se relacionavam e onde tudo acontecia. O engenho fazia parte do cotidiano de algumas pessoas da comunidade e ainda está vivo na memória dos moradores que tiveram suas vidas ligadas ao trabalho no engenho.

Diante disso, para auxiliar na elaboração de novas fontes acerca da memória da comunidade é necessário se valer da história oral como uma ferramenta metodológica. Concorde-se com Alberti (2013) que não acredita que o documento de história oral tenha um caráter inédito nas informações, muito menos se esperara preencher as lacunas existentes nos documentos escritos ou iconográficos. No entanto, devemos manter uma “postura com relação à história e as configurações socioculturais”, privilegiando a “recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu”, associando a história oral a biografia e a memória de cada entrevistado (ALBERTI, 2013, p. 31).

Delgado (2010) esclarece que a história oral é um método que nos auxilia na busca e na construção de novas fontes e documentos, pois o registro é realizado por meio das narrativas, ora induzidas, ora estimuladas, por testemunhos “versões e interpretações sobre a História e suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais” (DELGADO, 2010, p. 15).

Alberti (2013, p. 13) também aponta que a escolha da história oral como uma ferramenta metodológica em uma pesquisa “não é um fim em si mesma, e sim um meio de conhecimento” na medida em que o uso do método se justifica dentro de um contexto de uma investigação científica. Por isso, é necessário compreender que a escolha do método “depende intrinsecamente do tipo de questão colocada ao objeto de estudo” e que também depende das condições de se desenvolver a pesquisa, pois “não é apenas necessário que estejam vivos aqueles que podem falar sobre o tema, mas que estejam disponíveis e em condições (físicas e mentais) de empreender a tarefa que lhes será solicitada” (ALBERTI, 2013, p. 39). Assim:

A escolha dos entrevistados não deve ser predominantemente orientada por critérios quantitativos, por uma preocupação com amostragens, e sim a partir da posição do entrevistado no grupo, do significado de sua experiência. Assim, em primeiro lugar, convém selecionar os entrevistados entre aqueles que participaram, viveram, presenciaram ou se inteiraram de ocorrências ou situações ligadas ao tema e que possam fornecer depoimentos significativos (ALBERTI, 2013, p. 40).

Da mesma forma, devemos ter um conhecimento prévio dos entrevistados, pois uma breve biografia também é essencial para a elaboração dos roteiros das entrevistas, a fim de ter melhores resultados no momento da pesquisa. Na medida que conhecemos

suas biografias, passamos a compreender melhor o relato de suas experiências, seus discursos e suas referências pessoais (ALBERTI, 2013, p. 41).

As relações estabelecidas com os entrevistados, em um primeiro momento, ocorreram em 2013 a partir da participação da pesquisa do PIBID, realizada na Escola Básica Municipal Dilma Lúcia dos Santos, mais especificamente por meio da intermediação do professor de Geografia Isac Florêncio Rocha e da professora de História Daniela Sbravati.

O professor Isac, por ser morador da região, tem o conhecimento de toda a área do Sertão do Peri e conserva uma relação de amizade com todos os moradores da localidade, uma vez que, na sua trajetória profissional, ministrou aulas a quase todos os filhos e netos da comunidade. Já a professora Dani, carinhosamente chamada por todos, tinha a posição de supervisora do Projeto na escola, dividindo dentre as várias responsabilidades a pesquisa sobre a comunidade do Sertão do Peri.

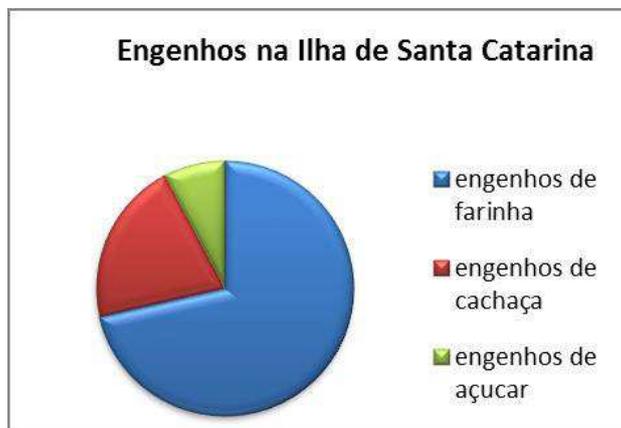
Esse primeiro contato foi extremamente importante na identificação e na escolha de todos os entrevistados, reconhecidos por sua simpatia e disponibilidade em contribuir na construção da memória da comunidade, o que fica evidenciado nas narrativas.

Observamos que os engenhos estão presentes nas narrativas obtidas e, por esse motivo, entendemos que é necessário contextualizar este importante objeto da pesquisa, apresentando a seguir a concepção dos engenhos na Ilha de Santa Catarina e no Sertão do Peri.

4.1 Engenhos do Sertão do Peri

Os engenhos foram núcleos produtivos instalados na Ilha de Santa Catarina responsáveis pela dinamização da economia agrícola por cerca de dois séculos. Pereira (1993) relata que no ano de 1797 havia em média 450 engenhos, em sua maioria engenhos de farinha de mandioca, depois engenhos de cachaça e por último os engenhos de açúcar, como mostra o Gráfico 1.

Gráfico 1 – Relação dos tipos de Engenho na Ilha de Santa Catarina

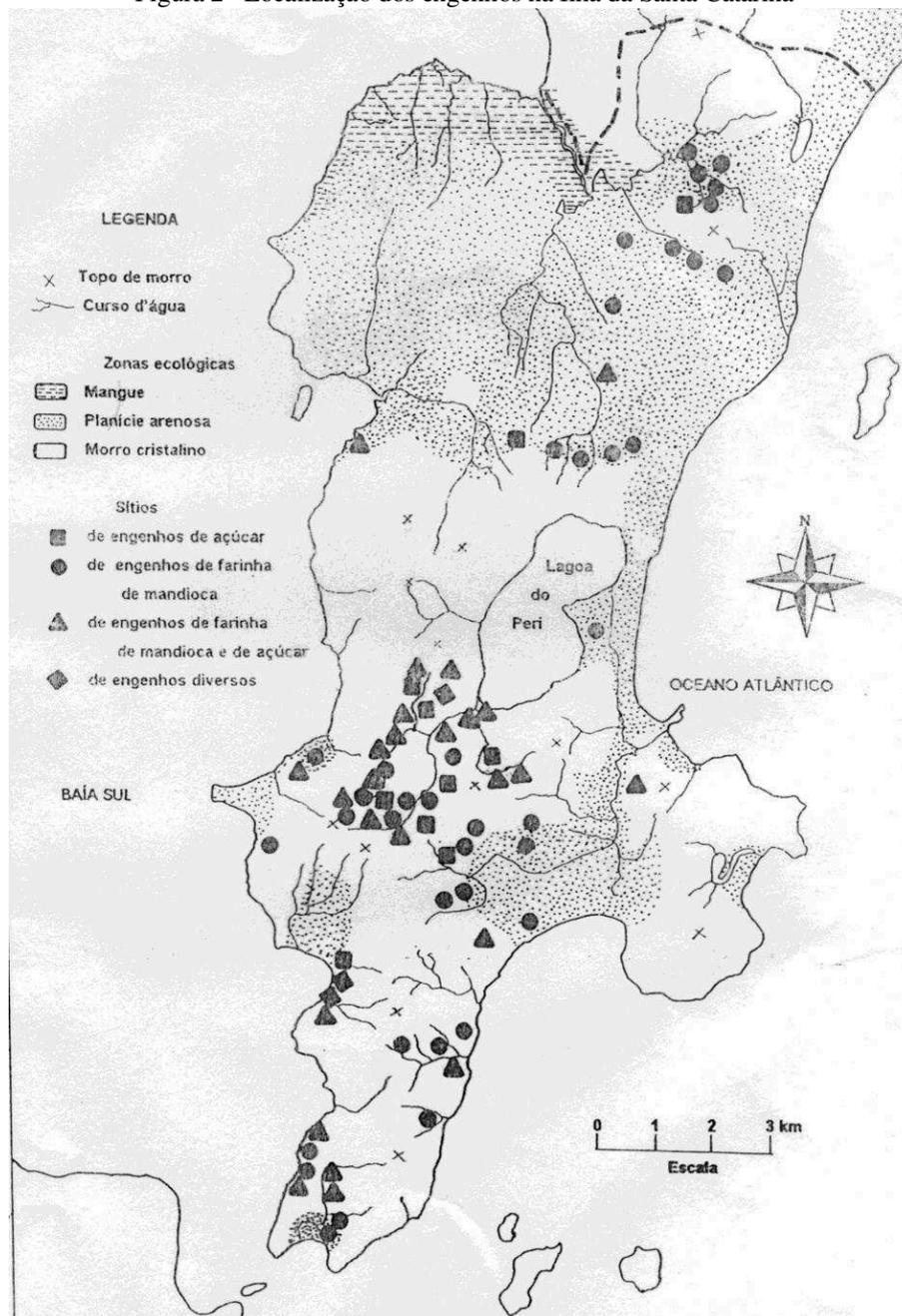


Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados de Pereira (1993)

O mesmo autor explica que os engenhos de farinha aparecem em maior número porque a produção da farinha era a prioridade, pois além de ser a base alimentar de toda a família, servia para abastecer as tropas dos quartéis nas fortalezas e os funcionários do corpo burocrático da Capitania durante o século XVIII. Os engenhos de cachaça e açúcar vieram pouco depois. A farinha e seus derivados também eram comercializados no porto, na antiga Praça de Mercado e nas ruas de Desterro até meados do século XX (PEREIRA, 1993).

Oswaldo Paulino da Silva (2007), no levantamento arqueológico sobre os engenhos da região sul da Ilha de Santa Catarina, baseando-se na revisão documental escrita, iconográfica e no trabalho de campo, concluiu que a maior concentração estava na região do Sertão do Peri. Os engenhos foram construídos no período de colonização da localidade até o final do século XX, como apresentado no mapa a seguir:

Figura 2– Localização dos engenhos na Ilha da Santa Catarina



Fonte: Silva (2007)

Na pesquisa de Silva (2007) foram considerados os vestígios ou estruturas arquitetônicas que indicassem simetria, como as estruturas arredondadas proveniente dos fornos, vestígios dos sistemas hidráulicos (calhas de alvenaria de pedras ou tijolos utilizados para conduzir água) que podem ter pertencido a engenhos movidos à água, vestígios de artefatos de madeira como prensas, fusos e rodas dentadas.

O arqueólogo aponta que as informações orais foram importantes e “valiosas” na definição e na indicação dos sítios de engenhos. Sobre os entrevistados, ele explica que em uma faixa etária entre 40 a 90 anos, as pessoas com idade superior aos 50 anos foram as que mais contribuíram, pois tiveram ou ainda tinham um envolvimento com as atividades em engenhos, como proprietário ou como trabalhadores contratados (SILVA, 2007).

O autor dividiu a região Sul da Ilha de Santa Catarina em 8 subáreas, cada uma abrangendo as seguintes comunidades: 1- Rio Tavares e Campeche, 2- Carianos e Tapera da Base, 3- Ribeirão da Ilha (sede de distrito) e Alto Ribeirão, 4- Sertão do Peri ou Sertão do Ribeirão, 5- Morro das Pedras e Armação, 6- Costeira do Ribeirão e Caiacangaçu, 7- Pântano do Sul (sede de distrito), Açores, Costa de Dentro e Praia do Saquinho, 8- Tapera do Sul, Caieiras da Barra do Sul e Praia dos Naufragados (SILVA, 2007).

A partir dessa subdivisão e dos números levantados nesta pesquisa, observamos que de 77 sítios dos engenhos cadastrados no Sul da Ilha, 28 foram contabilizados só no Sertão do Peri. Silva (2007) descreve que o resultado elevado no Sertão do Peri é decorrente de alguns fatores determinantes na fixação dos engenhos e que nortearam a sua pesquisa.

O Sul da Ilha é constituído por 3 áreas ecológicas diferentes: uma constituída por morros, formados por terrenos cristalinos antigos; outra de planícies quaternárias e solos arenosos de sedimentação marinha; e a terceira de áreas alagadiças e mangue. A terceira foi descartada, primeiramente por não ser uma área de lavoura e segundo porque não fez parte das áreas destinadas para a colonização, diferente do que acontece hoje. As duas primeiras foram ocupadas efetivamente no assentamento dos colonos açorianos e madeirenses no século XVIII (SILVA, 2007).

O Sertão está localizado na área dos morros cristalinos onde as características do relevo e da vegetação apresentam uma grande diversidade, proporcionando um melhor aproveitamento da área, tanto no cultivo da cana de açúcar, quanto na construção dos engenhos de açúcar. Diferente das planícies arenosas, que apresentam características ambientais mais homogêneas, o que influenciou na escolha na instalação de núcleos produtivos de engenhos.

Nos morros cristalinos ou nas encostas argilosas, as lavouras de cana-de-açúcar apresentam melhores rendimentos e melhores resultados, se tornando economicamente mais viável. Os solos arenosos não possuem características físico-químicas ideais para

uma boa colheita, resultando em um baixo rendimento. Para tanto, dependeriam de técnicas corretivas do solo, que despenderia de mais tempo e mais recursos. O relevo acidentado também influenciava na escolha do local para a construção do engenho de açúcar, construído em “duas seções” internas, uma mais alta e outra mais baixa (SILVA, 2007).

A raiz da mandioca se desenvolve nos dois tipos de solo, com um pequeno detalhe, nos terrenos das encostas ela se desenvolve “bem”, já nos terrenos de planícies arenosas ela se desenvolve “melhor”. Segundo Pereira (1993, p. 65) a raiz de mandioca “não aceita umidade elevada, por isso o terreno escolhido deve ser seco e não estar sujeito a acumulação de água da chuva, mas em terrenos muito secos ou argilosos, fica muito difícil arrancar a raiz na época da colheita”.

Os engenhos de farinha de mandioca poderiam ser construídos nas duas áreas ecológicas, visto que a mandioca poderia ser cultivada nos dois tipos de solo. Todavia, nem todos os colonos receberam as terras nas planícies arenosas, restando como última alternativa a construção dos engenhos nas encostas. Segundo Silva (2007, p. 133):

Esta situação era um reflexo da distribuição irregular de terras ocorridas no início da colonização, quando alguns receberam os lotes devidos, outros não. Em vista disto, muitos engenhos podiam ter sua área de aquisição de recursos reduzida, mas teria que haver um limite observado, porque as despesas de instalação inviabilizariam a pouca disponibilidade de terras para o cultivo.

Em muitos casos, porções de terras eram arrendadas ou emprestadas em troca de uma parte do produto final, a farinha no caso da mandioca ou o açúcar ou melado no caso da cana de açúcar. Além disso, existiam as terras comunais, existentes por toda a Ilha de Santa Catarina (CAMPOS, 1991).

Os proprietários dos engenhos poderiam produzir farinha ou açúcar muito mais do que plantavam em suas lavouras, pois nem todos os agricultores possuíam engenho. De acordo com Pereira (1993), no apogeu da produção de farinha, por exemplo, havia um engenho para cada cinco roças de mandioca, eram cerca de 400 engenhos para aproximadamente 5.000 roças. O ato de “parceria” entre proprietários e agricultores era comum e necessária, visto que para a produção da farinha necessitava de no mínimo de oito pessoas e a mão-de-obra era remunerada com a própria farinha.

Nos engenhos de farinha e de açúcar criou-se uma intensa relação de trabalho, mas foi na produção da farinha que essa relação se tornou mais evidente, dado a importância mercadológica alcançada, originando uma divisão do trabalho respectivo a

cada um dos processos na produção da farinha, que envolviam todas as pessoas da família, parentes e agregados.

Não existem registros documentais claros, sobre o ano específico do declínio da produção de farinha no Sertão do Peri. Os dados encontrados são referentes a produção total da Ilha de Santa Catarina, de acordo com o primeiro censo agrícola de 1920 somam-se 127 entre engenhos a farinha e de açúcar (BRASIL, 1927 apud SILVA, 2007, p. 60). Walter Piazza (1956 apud SILVA, 2007, p 60), em 1950, contabilizou 30 engenhos na Ilha, Rocha (1983 apud SILVA, 2007, p 60) em 1980 aponta a existência de 94 engenhos em funcionamento, no entanto no “Relatório sobre a caracterização socioeconômica da população da Bacia da Lagoa do Peri”, realizado em 1978, computou 17 engenhos de farinha, 2 engenhos de açúcar e 1 alambique no Sertão do Peri. A divergência dos dados torna difícil fixar data do enfraquecimento das atividades nos engenhos na região.

Porém, ao que tudo indica, a decadência iniciou-se a partir da década de 1940, quando as autoridades sanitárias intensificaram a fiscalização acerca da higiene nos processos produtivos principalmente da farinha e “as exigências estabelecidas pela ordem sanitária eram impossíveis de serem atendidas pelos pequenos produtores” (PEREIRA, 1993, p. 103).

A produção das indústrias continentais também contribuiu para o enfraquecimento da produção nos engenhos remanescentes. A instalação de motores elétricos em meados da década de 1960 pelas indústrias do continente deixou a produção do Sertão menos competitiva e mais trabalhosa, visto que ainda utilizavam a tração animal na movimentação do engenho e a região era de difícil acesso. A eletricidade e a estrada que liga o Sertão a outras comunidades só foi concluída na década de 1990, data da implantação da energia elétrica (SILVA, 2007, p 133).

A queda se configurou na década de 1970 impulsionada pelas inúmeras restrições ambientais que precederam a criação do Parque Municipal da Lagoa do Peri em 1981. A proibição de abertura de novas lavouras obrigou muitos moradores a se desfazerem de seus engenhos, forçando-os a procurar outras alternativas de subsistência ou até mesmo a vender suas terras.

Convém ressaltar, no entanto, que além da produção agrícola estar baseada em torno da farinha em primeiro lugar e, da cana de açúcar em segundo, no Sertão do Peri também se desenvolveram outras culturas, compondo um quadro de intensa relação com as atividades rurais, assim como apresentou Seu Sid e a Dona Maria:

A maior parte da nossa plantação era mandioca, milho, feijão e cana, a maior lavoura era isso aí. E vivia da banana também, café, tinha chácara de café também. ” (Seu Sid, 2015).

Trabalhava na roça, se não trabalhava não comia! Eu plantava milho, eu plantava feijão, eu plantava mandioca, plantava cana de açúcar, pra fazer açúcar (Dona Maria, 2013).

A raiz de mandioca demora de um a dois anos para estar pronta para a colheita, as safras aconteciam em determinados meses do ano, como dizem os moradores “nos meses que não tem o R” no mesmo momento em que se produzia a farinha. Como não poderiam depender só da farinha, passavam os outros meses trabalhando em outras culturas.

Ainda sobre a diversidade dos alimentos cultivados na região, Pereira (1993) explica que se cultivava algodão, café, cana-de-açúcar, feijão, hortaliças, laranja, mandioca, melancia, melão, milho. Confeccionava-se linho, tecidos, rendas, artefatos de barro, cestaria e madeira. Além das atividades pesqueiras, existiam criações de gado, galinhas, patos, perus, porcos. Comercializados geralmente no Porto do Ribeirão ou Porto do Contrato, no distrito do Ribeirão da Ilha (PEREIRA, 1993, p. 73).

A gente vivia só da lavoura, vendia, fazia açúcar, fazia farinha, vendia feijão, vendia milho. Aqui no morro era tudo roça, era café, eu roçava o cafezeiro, era 5 ou 6 mulher que o pai trazia lá de baixo e apanhavam o café pro Pai, aí vendia ali na Armação pro irmão do Seu Acácio (Zeca do Alambique, 2015).

A partir das narrativas dos entrevistados é possível vislumbrar outros componentes relevantes para a construção da memória da localidade do Sertão do Peri. Os detalhamentos do funcionamento do engenho, do saber fazer dos produtos, da produção agrícola e da sua comercialização, por exemplo, misturam-se com as histórias de vidas dos personagens dessa comunidade.

Diante desse contexto, serão apresentados a seguir trechos das entrevistas coletadas com alguns moradores do Sertão do Peri, entendemos a complexidade e a importância que esses trechos têm na construção da história da comunidade, e que deveriam ser analisados exaustivamente. Porém, toda pesquisa tem as suas limitações e que muitas vezes nos impedem de realizar uma análise profunda sobre determinado assunto. Assim, com as lembranças de alguns moradores pretendemos iniciar um projeto de valorização e reconhecimento das memórias da comunidade e que esse movimento proporcione novas pesquisas acerca da memória da comunidade do Sertão do Peri.

4.2 Uma xícara de café no Sertão do Peri e um pouco da memória dos moradores do lugar

É inconcebível iniciar a apresentação do resultado da pesquisa realizada com os moradores da comunidade do Sertão do Peri sem lembrar-se do café passado na hora durante a entrevista. A segunda frase depois de um cumprimento de “bom dia” ou de “boa tarde” sempre foi: “Vamos tomar um cafezinho?”. A receptividade, cordialidade e a humildade dos moradores explicada em um simples gesto, que significa muito para eles e para os “estranhos” que “invadem” as suas casas sedentos de informação. Em relação aos conceitos pertinentes a memória Bosi (1994) propõe dois questionamentos “Pode-se recordar sem ter pertencido a um grupo que sustente nossa memória? Estaremos sós quando nos afastamos de todos para melhor recordar?” Não se tem a pretensão de adentrar nos pormenores das questões, no entanto, as entrevistas evidenciaram que as recordações dos moradores são constituídas por elementos que as sustentam: o grupo, a comunidade onde sempre viveram, os núcleos de produção, ou seja, os engenhos. E que esses elementos estão presentes até mesmo nos momentos vividos a sós pelos moradores do Sertão do Peri.

Percebemos a importância dos engenhos e o porquê de ele estar presente nas narrativas dos entrevistados. De forma unânime, o engenho destaca-se como o centro das memórias dos moradores da comunidade do Sertão do Peri. Porém, para uma melhor compreensão da influência na vida e na memória dos moradores da comunidade recorremos a Bosi (1994, p. 415) onde a autora esclarece que a memória é dividida por etapas, por “marcos, pontos onde a significação de vida se concentra”. A partir disso, determinamos dividir as lembranças dos moradores por categorias, a fim de facilitar a apresentação das narrativas: **infância, comemorações, saber fazer, Parque Municipal da Lagoa do Peri, futuro e turismo.**

Assim, iniciamos pelas lembranças relativas à **infância** dos entrevistados, que revelam a influência do engenho na trajetória de vida e no discurso dos moradores da localidade. Como narra “Dona Dilma”, esta relação já era estabelecida logo nos primeiros anos de vida:

Trabalhava na roça, levava o pequenininho pra roça, botava de baixo de um pé de árvore, ia carpir, aí depois chegava na hora da maminha, trazia dava maminha e botava ali de novo, aí carpia, criei meus filhos tudo assim (Dona Dilma, 2015).

Dilma Martins é moradora do Sertão do Peri há mais de 60 anos, natural de “Rio Duna”, como a própria entrevistada prefere destacar. Rio Duna pertence ao município de Imbituba, localizado no litoral sul do estado de Santa Catarina. Vindo morar ainda pequena no bairro da Armação, quando adolescente conheceu e casou-se com Sidnei Isidro Martins, o “Seu Sid”, nascido e criado no Sertão do Peri, tendo com ele nove filhos, todos criados também na comunidade.

Passados os anos iniciais da infância, a rotina da criança começava a sofrer alterações, pois era dividida entre a escola e as atividades condicionadas ao engenho, como conta Seu Sid:

Desde do tempo do meu pai, nosso trabalho foi toda vida em torno da lavoura, desde que me conheço por gente toda vida trabalhei com lavoura, mandioca, milho, feijão, também casa de boi (Seu Sid, 2013).

José dos Santos, nascido e criado no Sertão do Peri há 57 anos, mais conhecido como “Zeca do Alambique” na comunidade e em toda a cidade, destaca-se por ainda produzir cachaça artesanalmente, o “saber fazer” que herdou de seu pai e avô e também relembra da infância no Sertão do Peri:

Nós começamos aos 7 anos, começamos eu a Daura, a mulher do Acari que era a minha irmã, a Lúcia que morava aqui, minha prima, aí depois o Bento (irmão mais novo). Eu estudei só até a quarta, a Dona Neli reclamava muito [...] não incomodava, mas faltava muito, pra ajudar o pai né? (Zeca do Alambique, 2015).

E continua:

Com sete anos eu puxava mandioca, pequeno cara, antes de ir pra escola, até lá na virada do Sertão, meu pai e meu falecido avô arrancavam mandioca e eu puxava com o cavalo [...] Tinha o carro de boi eu me lembro, era tudo cafezeira lá em cima. O pai ia cedo pra roça, bem cedo era escuro ainda, com o carro de boi pegar mandioca (Zeca do Alambique, 2015).

Assim como o Zeca associa “os tempos de escola” à infância, alguns entrevistados também se lembram de fatos marcantes em suas vidas. Dona Maria, por exemplo, conta que conheceu seu marido na escola:

Meu marido, tanto eu quanto ele foi nascido e criado aqui, eu fui nascida e criada aqui em cima do morro e ele foi criado na Lagoa do Peri, da Lagoa pra cá né? Ai ele nasceu e se criou no Peri. Ai nós era rapaz pequeno andava na escola, se conhecemo, quando fomo moço casemo. A escola era ali em baixo onde é do Manoel, não tem? Sabe ali onde é aquela budeguinha ali em baixo? Era ali, mas era pela parte de lá da estrada, pra parte do morro a escola (Dona Maria, 2013).

Maria Ana Soares octogenária da comunidade, reconhecida e identificada como uma das principais representantes do Sertão do Peri. Infelizmente falecida no ano de 2015, “Dona Maria” como gostava de ser chamada, apesar dos passados oitenta anos ainda estava bem lúcida. Pessoa humilde, receptiva e muito querida por todos os moradores, características verdadeiras e que se orgulhava em dizer:

Pode perguntar pra qualquer pessoa pra saber quem sou eu: Aquela mulher é boa? Pra ver o que eles dizem. Me adoram, daqui pra baixo tudo me adora, não tem uma casa dessa daí que não gosta de mim, todo mundo gosta de mim. Porque eu sou uma pessoa que não tem orgulho com ninguém. Agora, eu não gosto de pessoa orgulhosa, né? Se ser pobre, orgulhoso, passar pelo senhor, por ela, por ele de rosto virado pro lado? Não gosto disso (Dona Maria, 2013).

Ainda sobre o período da infância, Seu Sid, apesar de estudar só até o terceiro ano, ainda mantém as lembranças daquele tempo:

Estudei até a terceira serie só, aqui na escola do Sertão tinha, tinha uma escola do Sertão aqui. Eu estudei na escolinha daqui, ali perto do Nelinho ali, onde tem o barzinho não tem? (Seu Sid, 2015).

Zeca relembra de um momento marcante nesta fase da sua vida:

O primeiro sapato que eu comprei eu tinha 12 anos, levava lenha daqui até o Pântano do Sul pro João das Areia, eu levava toda semana, em cavalo né, a lenha pra arrumar dinheiro pra comprar um sapato. Ai fui lá no seu Eraimo comprar sapato que só tinha lá, a pé né? Ai cheguei lá o sapato custava mais caro, ai ele fez pelo dinheiro que eu tinha, ai vim embora, era na boquinha da noite, já tava anoitecendo, eu era pequeno 12 anos, ai passou por mim o Jôca de bicicleta e me deu um carona até a Armação, ai vim até aqui a pé [...] Ai pra ir na Festa da Cruz, ai eu ia descalço e lá perto da Festa que a gente colocava o sapato, levava no dedo assim. Mas o que dava de gente ô, coisa de loco, era duas casas de baile assim sempre [...] Ah eu era pequeno e me lembro do Pai e do tio Adilino, ficavam tudo bêbado tomando cerveja, e festa e festa. O baile durava a noite toda, era gente da Caieira, do Ribeirão, Rio Tavares, vinha tudo, Pântano do Sul, tudo a pé, como é que pode né? (Zeca do Alambique, 2015).

Com esse trecho narrado pelo Zeca, percebeu-se que na medida em que o tempo vai passando, ou em outras palavras, na medida em que a juventude vai sucedendo a infância, as lembranças começam a ser associadas pelos momentos de diversão ou de **comemorações**. Ainda sobre os “marcos” preconizados por Bosi (1994) a autora explica que as festas, principalmente as que toda a família participa “são mais recordados do que as que tem importância mais individual” (BOSI, 1993, p. 415).

Na memória de alguns entrevistados, as comemorações, festas até mesmo os atos de ir para a missa destacam-se como os melhores momentos de suas vidas, visto que as atividades da “mocidade” eram dedicadas ao trabalho intenso na lavoura e no engenho. Zeca relembra alguns momentos:

Nós ia na festa na Vó, eu me lembro, nós ia na Festa da Lapa, na Freguesia do Ribeirão. E no Pântano do Sul eu ia na Festa do Divino Espírito Santo com o Pai. Pra missa a gente ia daqui a pé até o Morro das Pedras todo domingo de manhã, acho que era umas 8 horas (Zeca do Alambique, 2015).

Dona Maria também recorda de algumas festas:

Eu ia ali na Festa da Cruz, ali em baixo naquela cruz que tem ali, as vezes em uma festa na Costeira, uma missa na Freguesia do Ribeirão [...] ah a festa do Divino Espírito Santo na Freguesia do Ribeirão [...] quando eu era solteira ia seguido, mais depois de casada não fui mais, porque ele (marido) não gostava de festa. Não gostava de festa, não gostava de baile (Dona Maria, 2013).

Os dois depoimentos evidenciam as principais comemorações na Ilha de Santa Catarina que, de acordo com Flores (1997) estavam inscritas no “Boletim trimestral da Comissão Catarinense de Folclore”, analisados do ano de 1951 a 1978, as “quadrinhas do folclore Ilhéu, a festa do Divino Espírito Santo, corações e pão por deus, terno de reis e de Santo Amaro, a ratoeira, crendices e superstições, a pesca, artesanato rural” todas segundo o boletim, faziam parte das manifestações folclóricas da tradição açoriana e portuguesa, (FLORES, 1997, p. 135-136).

Essas “características folclóricas” determinadas no Boletim são fruto de vários questionamentos, principalmente quanto a sua ascendência açoriana ou portuguesa, como já discutido no capítulo anterior, nos conceitos de Flores (1997) sobre a Invenção da Açorianidade. Independente da sua ascendência ou não, essas características folclóricas estão presentes na memória dos moradores da comunidade.

Dona Maria ainda lembrava-se das cantigas da ratoeira, do pão por deus, das cantigas que cantava enquanto fazia renda:

Faço renda, sou rendeira, faço renda de biquinho,
Para botar na camisa do meu amor que é Chiquinho!
Faço renda, sou rendeira, faço renda de botão,
Para botar na camisa do meu amor que é João!
No sertão aonde eu moro não pode morar ninguém,
Moro eu por ser cativa, por ser de ala meu bem (Dona Maria, 2013).

Geralmente as músicas, as cantigas, as quadrinhas eram cantadas e improvisadas no momento de alguma atividade desenvolvida em grupo. Podendo ser associada a uma das principais características do “**saber fazer**” da comunidade do Sertão do Peri.

Dona Maria, conta que além da participação no plantio e na colheita da cana de açúcar também aprendeu com seu pai a “fazer” açúcar:

Eu plantava cana de açúcar, pra fazer açúcar, ele (pai) tinha um engenho pra fazer açúcar, aí a gente moía a garapa, colocava no forno né, e botava ferver

até completar o açúcar, quando chegasse na hora do açúcar, tirava de dentro do forno e botava numa resfriadeira, pra resfriar o açúcar pra no outro dia botar o açúcar em forma pra secar, pra ficar sequinho, ai ficava enchutinho, ai cada de oito ou nove dia a gente tirava dali, raspava pra botar no sol, o açúcar era todo sequinho no sol, dali ficava pro gasto da casa e eles vendia pra fora pra poder alimentar nós né? (Dona Maria, 2013).

Zeca do Alambique em entrevista a um jornal de circulação municipal “Notícias do Dia”, no dia 16 de junho de 2012, explicou todo o processo que envolve a produção da cachaça, um saber fazer herdado de seu pai:

As primeiras tarefas são a colheita da cana-de-açúcar na roça, de preferência as mais grossas, e acender o forno do alambique. Cana vai para o engenho, que pode ser movido a tração animal ou energia elétrica. O do engenho do Zeca, hoje em dia é movido à energia elétrica, mas no passado era movido a boi. O líquido (garapa) escorre para o cocho de fermentação, onde fica durante 48 horas; depois evapora pelo capacete (cano) do alambique para o destilador. Na serpentina, o vapor é resfriado por água potável de nascentes locais. (ROSA, 2012, p. 6-7).

O saber fazer da farinha de mandioca também foi compartilhado em um dos momentos da pesquisa, uma vez que, todo o processo foi acompanhado e documentado em vídeo pelo pesquisador. Certamente que essas trocas de experiências ficaram apenas no campo hipotético, pois o simples fato de documentar o modo de produção não habilita o pesquisador a se aventurar na produção da farinha de mandioca. Entendemos que o processo não envolve apenas técnica e, sim experiência que vai se desenvolvendo ao longo da vida.

Esses modos de saber fazer são fundamentais no campo do Patrimônio nos dias de hoje. No processo de patrimonialização do Sertão do Peri o seu patrimônio foi limitado ao maquinário dos engenhos. Assim nosso trabalho reacende essas discussões, evidenciando a importância do saber fazer nos engenhos.

Assim, para não correr o risco de deixar para trás alguns detalhes do saber fazer da farinha de mandioca, será utilizado o texto do Professor Nereu do Vale Pereira, considerado um especialista no assunto e também é o escrito que mais se aproxima do que foi testemunhado. Em “Os Engenhos de Farinha de Mandioca” Pereira (1993, 60) descreve que:

Quando chega o tempo de farinhar, é também época de arrancar a mandioca. É tarefa para homens somente. Geralmente o próprio proprietário com a colaboração dos filhos, parentes ou amigos próximos e que desejam receber o quinhão da produção. Arrancar a mandioca não é tarefa especializada, bastante rudimentar, podendo ser desempenhada por qualquer pessoa que possua um pouco de força e resistência física.

O ensaio fotográfico realizado por Daniel Pires acompanha também os processos de colheita e de produção da farinha de mandioca, como demonstrado na Figura 3

Figura 3 – Colheita da mandioca



Fonte: Pires (2013)

Apesar de o primeiro processo estar ligado a força física, sabemos que essa tarefa também era desempenhada por mulheres e crianças. Dona Dilma esclarece como realmente era desenvolvida essa função:

Carregava a lida no carro de boi, caçava [...] não tinha medo, eu carregava lenha, carregava o tipiti eu tinha força, porque era mais nova, trabalhava com força mesmo. Ai tudo vai se acabando né, vai pegando reumatismo, porque na época eles forneavam e eu fazia beiju, daí do beiju já ia pra fonte lavar roupa, se eu torrava café, já ia pra fonte lavar roupa ou saia na rua pra buscar lenha, peguei muita quentura. Me levantava as quatro horas da madrugada, tinha que ta lá com ele peneirar massa, ainda vinha pra casa fazer renda ainda, enquanto ele tava lá forneando eu vinha pra casa fazer renda, era puxado mais era gostoso (Dona Dilma, 2015).

Dona Maria concorda com as palavras de Dona Dilma:

Eu trabalhei muito na roça com o meu pai e meus irmãos! Vinha de manhã pra roça, a minha mãe ia levar café pra nois, nove dez hora do dia! o meio dia nos ia comer em casa, quando acabava de comer não dava tempo nem pra descansar! Trabalhava na roça, se não trabalhava não comia [...] ai a gente trabalhava e pagava um terço pra ela, sabe que naquele tempo que a gente se criou, o povo trabalhava a uma meia, dava metade pra uma pessoa, metade pra outra e o outro trabalhava a terço, duas partes pra pessoa e uma pro dono, nos trabalhava a terça (parte), duas pra nós e uma pra ela (Dona Maria, 2013).

A relação estabelecida entre as pessoas e o trabalho era mantida já na infância permeando toda a vida dos moradores da comunidade, ninguém podia ficar “encostado”, trabalhar era uma obrigação de todos.

Para o transporte da raiz até o engenho, poderia ser realizado nos ombros dos homens, no lombo dos cavalos ou carro de boi, dependendo da distância ou do terreno.

Figura 4– Transporte da colheita em carro de boi



Fonte: Pires (2013)

Para o processo da “raspagem”, geralmente realizada dentro rancho do engenho, marca o primeiro processo do fabrico da farinha, uma tarefa “tradicionalmente realizada pelas mulheres e crianças, homens participavam excepcionalmente”. A raspagem consiste em:

Retirar da raiz a fina membrana, de cor marrom variável conforme a variedade mais, ou menos, escura e mais, ou menos, fina, que cobre totalmente e que chamada vulgarmente de “casca”. Sua retirada é importante e indispensável não só para a limpeza da farinha como também para evitar-se que ela resulte de cor escura. A raiz raspada fica bem branca e limpa, pronta para ser sevada (PEREIRA, 1993, p. 68).

Os grupos eram formados geralmente em números pares, organizados em círculos. Nos grupos formados só por mulheres, havia muita integração, conforme Pereira (1993, p. 68) “na medida que em que vão raspando, vão cantando, conversando, fofocando, brigando, arrumando casamento, batizados, festas e discutindo quanto de quinhão de farinha ganharão pela tarefa”. As cantorias principalmente eram em forma de “quadrinhas”, versos improvisados na hora, muitas vezes sem rima, porém muito criativos.

Discordamos em certas partes na descrição de Pereira (1993), quando o autor afirma que os “grupos eram formados só por mulheres”, nas entrevistas os moradores relataram que todos tinham as mesmas funções “nos lides” do engenho. A Figura 5, apesar de atual, representa como realmente era no passado:

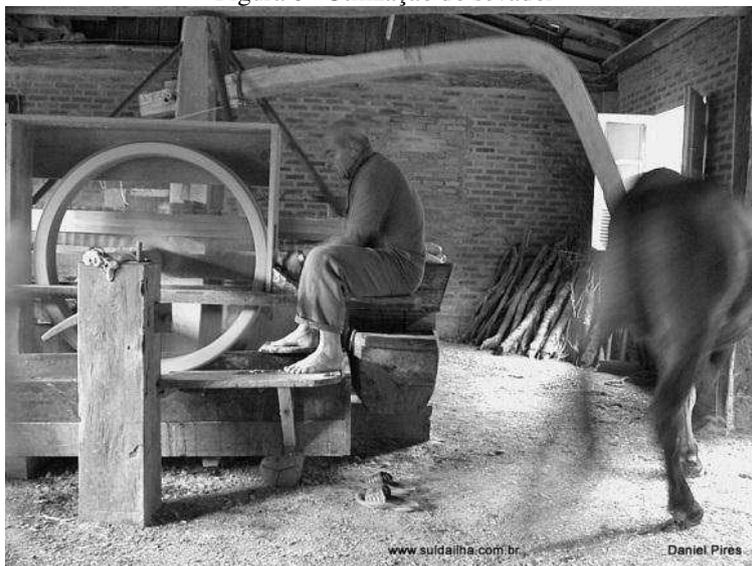
Figura 5 – Processo de raspagem da mandioca no rancho do engenho



Fonte: Pires (2013)

A mandioca descascada era encaminhada para o “sevador”, encarregado em ralar a raiz no engenho, trabalho realizado somente por homens. Sob o sevador é depositado toda a responsabilidade da qualidade, da produtividade e da velocidade da produção da farinha.

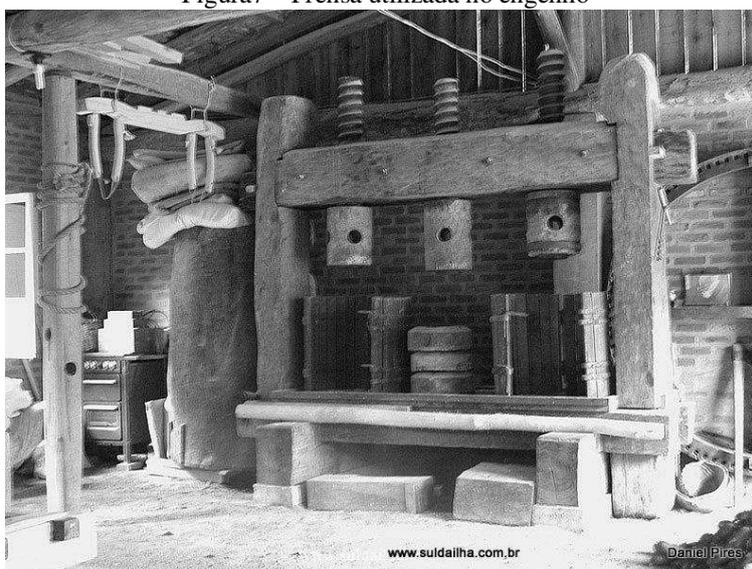
Figura 6– Utilização do sevador



Fonte: Pires (2013)

Com a mandioca ralada em forma de massa é colocada na prensa, permanecendo de duas a quatro horas até ser expelida toda água e o ácido cianídrico. Uma etapa que requer bastante força no momento da prensagem, por isso a função era exercida somente por homens (PEREIRA, 1993, p. 112).

Figura7 – Prensa utilizada no engenho



Fonte: Pires (2013)

Em relação a esses dois processos, o de ralar e de prensar a mandioca, não houve objeção sobre quem exercia as funções. Durante esses dois processos as mulheres eram responsáveis pela produção de beiju, um tipo de biscoito feito com a massa da mandioca, como já relatou Dona Dilma anteriormente.

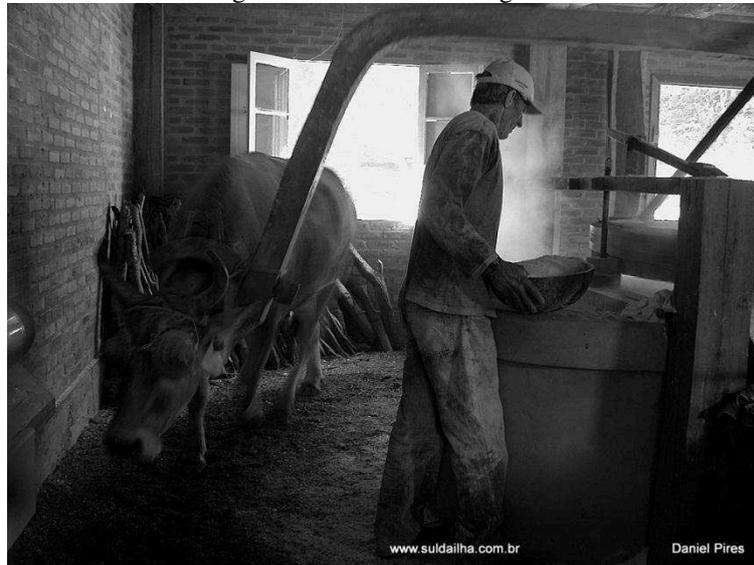
Ao ser retirada da prensa a massa é conduzida ao forno onde será efetuada a torrefação, realizada geralmente por homens, o “forneador” é responsável pela gradação da farinha, deixando-a mais fina ou mais grossa. Etapa considerada uma das mais bonitas do processo de fabricação da farinha:

O balanceamento da farinha dentro do forno faz subir ao ar uma finíssima camada de amido que sai voando em todas as direções, e se depositando suavemente em todas as cabeças dos trabalhadores, e, tudo deixando como se coberto de neve. Atravessando pelas frestas das telhas o pó vai caindo sobre o telheiro deixando-o também todo branco como neve e anunciando ao longe que ali se está farinhando (PEREIRA, 1993, p. 118).

Os últimos processos envolvem a peneiração, podendo ser realizada por ambos os sexos, seguidos da medição, empacotamento. É importante ressaltar que o processo de fabricação da farinha, ocorria sempre no inverno ou nos meses sem “r”, período que

coincidiavam com a safra da tainha, fazendo com que os trabalhadores otimizassem o tempo, para poder executar as duas funções.

Figura 8 – Forneador do engenho



Fonte: Pires (2013)

Todos os processos apesar de serem seguidos pontualmente, envolvem um conhecimento que só pode ser adquirido com erros e acertos. Iniciados logo no plantio da mandioca, a raiz necessita de um solo adequado, precisa ficar um tempo mínimo para a colheita. No momento de ralar se o seivador deixar a mandioca muito “graúda” não tem qualidade. Se a massa da mandioca ficar muito tempo na prensa, passa do ponto, se deixar muito tempo no forno queima e assim por diante.

Essas técnicas não estavam disponíveis em “manuais” nos quais os filhos ou os netos dos moradores da comunidade do Sertão do Peri liam e aplicavam. Esses ensinamentos foram compartilhados oralmente no cotidiano da comunidade, de geração para geração, mas estão se perdendo no tempo e na memória dos moradores mais novos. A lamentação está evidente nos depoimentos dos os entrevistados, indicando que o principal motivo desse desaparecimento iniciou a partir da criação do **Parque Municipal da Lagoa do Peri na localidade.**

Seu Sid dá o seu testemunho sobre as restrições impostas pela legislação do Parque:

Hoje os pessoal querem plantar e não tem como, a gente tem medo de tentar montar uma roça, já vem a ambiental, já é proibido, a Floram já vem já: “ah não pode desmatar”, entendeu? A maior parte do pessoal vivia disso aqui pô (apontando para o engenho). Por causo disso ai que o pessoal saiu do Sertão, muitos saíram da lavoura por causa disso ai. Gente tava montando

uma roça aí “ah não pode mais usar isso aí” aí é multado já! Não vê o Zeca da Cachaça? O trabalho que passa? O Bento? É tudo assim! O ruim é isso aí po! Não, não dá mais, não dá, é difícil! [...] Um casal hoje se for depender da lavoura ele morre de fome, por não tem como trabalhar né! Não tem coo vender (Seu Sid, 2015)

Seu Sid conta que em razão da criação e das restrições impostas pela prefeitura foi forçado a procurar emprego na “cidade”:

Foi aonde não deu mais aí eu fui obrigado a sair, pra fazer a vida fora. Mas eu trabalhei durante 30 anos a noite, trabalhava a noite e durante o dia trabalhava na roça. Eu era vigia de um Condomínio, ali na Mauro Ramos, hoje meu filho trabalha no meu lugar (Seu Sid, 2015).

Uma das propostas do Plano Diretor do Parque era pagar em forma de um salário os moradores que optassem por permanecer para manter a “cultura do engenho” no local após a sua criação, no entanto:

Vamos supor: O Que adianta eles darem o dinheiro pra eu arrumar o engenho, se eu não posso plantar mandioca na terra? Se eu não posso plantar não adianta arrumar o engenho. Não é verdade? Eles nunca deram ajuda para nós, só vieram aqui pra atrapalhar. Aqui antigamente do tempo que eu me criei tinha 21 engenho de farinha, hoje só tem um espaço do Ailton [...]E se a gente for fazer farinha, vai usar lenha e também não pode. Mas eles querem manter, mas parado não adianta, tem que manter funcionando (Seu Sid, 2015).

As ideias seguem uma ordem lógica no pensamento do Seu Sid, ele não queria tudo de “mão beijada”, ele gostaria de continuar trabalhando na lavoura e no engenho, como fazia antigamente. Segundo ele “não sabia trabalhar em outra coisa” e sempre ganhou seu “ganha pão” trabalhando.

Seu Sid também comenta sobre o que pensa sobre os reais objetivos da criação do Parque:

Essa água daqui da Lagoa vai lá pros Ingleses, lá pro norte da Ilha, pro Santinho, a água da Casan, vai tudo pra lá (Seu Sid, 2015).

Seu Sid refere-se à água que passa em frente à sua casa e desemboca na Lagoa do Peri, na criação do Parque Municipal da Lagoa do Peri, a Casan construiu uma subestação para a captação da água da Lagoa.

Zeca do Alambique também se sentiu muito prejudicado com as mudanças:

Virou Parque foi na época do Amim, que foi aí que estoporou tudo [...] eu cortava madeira, botava roça aonde queria, agora aqui não pode mais fazer mais nada. Por causa de que? Por causa da água que eles pegam ali pra Prefeitura ter rendimento, a CASAN e tudo, aí quer correr com o pessoal aqui (Zeca do Alambique, 2015).

Zeca também confirma que a população residente não recebeu nenhum auxílio:

Acabou-se tudo cara, a maioria vendeu, a maioria saíram do Sertão tudo. Foram vendendo e saindo e o que ficou é só eu que ainda tô aguentando na roça, e o Bento que só vivemos disso, mas de um jeito ou de outro eu não sei como. A maioria trabalha e mora aqui, mas trabalha fora, que nem o Apolinário filho da Dona Maria, trabalhou na roça a vida toda, mas aí pegou uma vaga na Prefeitura né (Zeca do Alambique, 2015).

Zeca ainda teme que suas atividades na produção de cachaça cheguem ao fim:

Eu vou ter que parar cara, as canas tá se acabando, não tem como plantar, a própria lenha eu já pego fora, comprei o ano passado cinquenta e poucos metros de lenha, meu genro trouxe uma carrada, peguei ali no Morro das Pedras uma carradinha, deu acho que uns oito metros, agora me deram essa daqui também. Peguei a caçamba do Adilson emprestada [...] É tem que usar lenha, é o dia todo, gasta lenha pra caramba, queimei três carreira esse ano, essa lenha que tem ali não dá pra nada, tenho que arrumar lenha esse ano. (Zeca do Alambique, 2015).

A produção de cachaça requer “muita cana” e com as proibições de novas plantações a produção do Seu Zeca está ficando cada vez menor. A maioria da sua produção tem como matéria prima a cana de açúcar de outras regiões.

Essas questões que permeiam o descontentamento dos moradores mais antigos ou como eles mesmo preferem ser classificados os “nativos”, de acordo com a pesquisa, sempre foi motivo de muitas discussões, envolvendo os que consideram importantes as ações preservacionistas e as intervenções empreendidas pelo poder público municipal e os que são totalmente contra essas medidas. Alguns ainda se sentem desamparados pela prefeitura do município que no momento da criação do Parque “fizeram um monte de propostas bacanas, para ajudar a comunidade” mais nenhuma se concretizou.

Passados quarenta anos do processo de criação do Parque, as expectativas em relação ao **futuro da comunidade** ainda parecem incertas no entendimento de alguns moradores do Sertão do Peri. No ano de 1976, quando a comunidade foi surpreendida com a notícia da criação de um parque no local onde viviam, pela equipe técnica do “Relatório Sobre a Caracterização Socioeconômica da População Residente na Bacia da Lagoa do Peri”, pairava sobre no pensamento dos moradores um mar de dúvidas e insegurança. Esses sentimentos são identificados no discurso de alguns moradores, porem com visões diferentes sobre o amanhã.

Seu Sid comenta sobre o futuro da comunidade do Sertão do Peri, prevendo a chegada da especulação imobiliária, marca oficial do processo de modernização da cidade de Florianópolis:

Aqui não tem mais alternativa, é trabalhar fora e pronto, pra quem é novo né? [...] Isso aqui num futuro mais tarde o que eles querem fazer é isso aí, querem correr com o pessoal daqui pra botar um grande hotel aqui dentro. Conhece Naufragado? Então? O pessoal fez a mesma coisa, não tem mais ninguém. O que era o Santinho antigamente? Era perdido, hoje quem é que tá morando lá? Você compra um terreno lá no Santinho hoje? Não é verdade? E aqui vai ser a mesma coisa.

Seu Sid apesar do “baixo grau de instrução” consegue imaginar e projetar o real futuro do Sertão do Peri, a especulação imobiliária, crescente na cidade de Florianópolis.

Quando questionado sobre “se tivesse a oportunidade de falar sobre o Sertão do Peri aos seus netos”:

Eu falaria pra eles continuarem aqui, quanto mais gente estiverem aqui, mais força pra nós, se aqui fosse uma vila bem grandona de gente ninguém ia se influenciar por esse pensamento deles que tem aí, entendesse? Então quanto mais gente aqui melhor (Seu Sid, 2015).

Dona Dilma expõe sua opinião sobre o futuro da comunidade:

Aqui ninguém compra mais nada, agora tem que ser tudo ensacadinho, não compensa [...] Eles tão fazendo tudo isso é pra ver se a gente sai, sai pra eles entrar e fazer o que eles querem (Dona Dilma, 2015).

Em tom mais bem-humorada, característica presente em todos os entrevistados, comenta:

Aí botava um monte de bicho aqui dentro pra brincar (risos), que nem zoológico. Eles tão querendo isso mesmo. Aqui tem mato virgem, água a vontade por tudo, a água daqui vai lá pra baixo (Dona Dilma, 2015).

Zeca quando pensa sobre o futuro da comunidade, faz questão de falar sobre os filhos:

Eu falo pra eles estudar, que não tem mais jeito isso aí. Eles me ajudam, vão pra escola e de tarde me ajudam, mas eles tem que se virar, que na roça não tem mais jeito, não tem mais como. Não tem como trabalhar cara, como é que vai viver? Adquirir as coisas? Não tem jeito por que eles não tentam ajudar, prefeito nada, só tenta é prejudicar mais com a vida do pobre, cada vez pior, melhorar nada. No meu pensamento é que tá na cara, é que não pode mais construir, os nativos no caso, só pode eu e os filhos, os netos já não podem mais. (Zeca do Alambique, 2015).

Quando questionado sobre uma alternativa da implantação das atividades turísticas na comunidade, já que mesmo recebe no seu engenho vários turistas a procura de sua cachaça artesanal:

Pois eu acho, é que eles tão com esse pensamento aí, já tá na internet aí o negócio de turista. Esse ano vou botar uma placa aí e vou cobrar as entradas do pessoal. E o que vai dar de pessoal aí querendo conhecer. Eu vou fazer se

pode ou não pode eu vou fazer, é a única alternativa, eu vivo disso (Zeca do Alambique, 2015).

A única fonte de renda do Seu Zeca é a produção de cachaça, por sempre atender as pessoas de forma cordial e simpática. Muitos “turistas” passam em seu engenho só pra experimentar, muitas vezes abusando da sua hospitalidade. No entanto, ele ainda não sabe se a lei do Parque permite essa opção de cobrar “só pra olhar”.

O questionamento feito aos “nativos⁴” sobre a implantação das **atividades turísticas** na comunidade gera certo receio, alguns acreditam ser esse o principal motivo da criação do Parque, outros receiam em compartilhar seu terreno, seu cotidiano, suas vidas com “os outros”, como eles mesmo dizem “tem pessoas e tem pessoas, né?”. Haja vista todas as especulações que os moradores nativos da comunidade passaram durante esses sessenta anos.

Já os “não nativos” tem outra visão sobre essa categoria, eis que surge para o desfecho dessa pesquisa um personagem que de certa forma foi responsável pelo *start* no “engajamento” do pesquisador, assim como utilizou Hobsbawm (2013). Ailton Bonifácio Barbosa “nativo da Armação” é um policial militar aposentado que há uns 15 anos comprou um terreno no Sertão do Peri influenciado por sua esposa:

Os pais dela, a mãe dela nasceu onde é o Zeca da cachaça ali, entendesse. Daí com quinze, dezesseis anos ela foi lá pra baixo, a dona Florinda, que é a mãe dele né. E nós fazendo uma caminhada aqui depois de muitos anos, há treze anos atrás é que ela disse: “O Ailton se tivesse um pedacinho de terra pra nós comprar aqui, fazer uma casinha? ” Aí surgiu esse terreno, onde nós compramos (Seu Ailton, 2013).

Na primeira visita a sua propriedade no Sertão do Peri nos deparamos com o fato marcante, presente até o momento apenas no campo da imaginação, da nostalgia e da poesia. Chegamos no momento em que os seus familiares e amigos da comunidade estavam produzindo a farinha de mandioca, ou seja, no momento da farinhada. Em sua propriedade Seu Ailton construiu todo o maquinário de um engenho aos moldes dos séculos passados, um dos únicos engenhos de farinha tocado com boi no Sertão do Peri em pleno funcionamento.

E aí com a lida aqui do dia a dia do gado, o Jaime deu a ideia de montar um engenho de farinha, o primo dela que deu a ideia de montar o engenho! E daquele dia partiu a ideia e nasceu e foi pra frente, onde nós montamos o engenho de farinha! (Seu Ailton, 2013).

⁴ A expressão “nativo” é utilizada pelos moradores da comunidade quando se referem aos moradores que nasceram no local.

Dona Dilma explica outro motivo na construção do engenho:

Ah todo ano nos fizemo aqui! Esse senhor aqui (Seu Ailton) que é o marido dela, ele faz farinha por causa de nós!

Seu Ailton confirma:

Sim, até hoje eu tô tocando por causa dele, porque ele é muito parceiro e de confiança né [...]o Sid tá junto desde o início com nós, o Sid, meu cunhado, o Vinha, aquele que tá de camisa vermelha ali (Seu Ailton, 2013).

Seu Ailton ainda conta sobre seus projetos de construir outro engenho:

Eu ainda tenho um projeto de montar um de cana de açúcar tocado a boi, por que o do Zeca lá é tocado a motor. Eu tinha vontade de tocar um engenho de cana tocado a boi, aí são dois bois entendeu? Fazer um galpão aqui do lado! [...] Aí quando terminasse a farinha e fazia uma cana de açúcar, um açúcar grosso, um melado entendeu? Nem que se produzisse cachaça um poquinho, mas pelo menos o melado e o açúcar doce, aí são dois bois! (Seu Ailton, 2013).

É importante destacar o compartilhamento que aconteceu entre Seu Ailton e os moradores nativos da comunidade, mais especificamente na figura do Seu Sid, no saber fazer do engenho na produção da farinha. A maioria dos processos (passo a passo) foi compartilhada por meio das experiências do Seu Sid.

Seu Ailton também foi questionado sobre a questão das restrições do Parque:

É que aqui foi considerada uma área de Parque, mais é considerada rural, só os que tinham terra eles venderam tudo, acabaram com tudo, e não plantaram mais, depois que eu vim pra cá é que nós começamos a plantar de novo, eles deixaram de plantar [...] Aqui por exemplo, a maioria dos engenhos que eram de farinha era de cana de açúcar. No passado aqui cada casa era um engenho! Eles faziam muita farinha, começa em abril, maio e ia até setembro, outubro, novembro. Onde tinha um engenho só e não dava pra fazer tudo então cada casa tinha um engenho, aí era muita lavoura, muita plantação. Agora hoje em dia não, um pedacinho meu, um pedacinho dele, aí fica difícil! (Seu Ailton, 2013).

A visão do Seu Ailton em relação as restrições impostas pelo Parque diverge da maioria dos moradores da comunidade, pois ele é “nativo da Armação” e em nenhum momento vivenciou as imposições do Parque. As perspectivas dele são diferentes, pois ao longo de sua vida nunca dependeu da lavoura ou do engenho como os outros moradores da comunidade.

Apesar de considerar que “os moradores deixaram de plantar e venderam tudo”, Seu Ailton também compreende que não se tem mais condições para viver somente do engenho:

É se fosse pra viver disso, hoje já vem embaladinho, já vem tudo daquelas fábricas, com validade e tudo. Isso aqui mesmo é só pra não acabar! Enquanto eu tiver saúde e for vivo isso aí não vai acabar! Um ano eu planto, sempre vou fazer! A quantidade não importa!

Percebemos um “clima de nostalgia” nas narrativas de Seu Ailton, diferente da opinião de quem realmente permaneceu durante toda a vida na comunidade do Sertão do Peri. Seu discurso sobre o desenvolvimento das **atividades turísticas** na localidade também apresenta alguns nuances em relação aos pensamentos dos nativos do Sertão do Peri:

O que tem de valor aqui em cima seria isso aí! Né? A hora que acabar não tem mais nada! É a única coisa que tem! Aqui não tem um incentivo pra fazer uma trilha, de cobrar os turistas pra manter a comunidade e não tem isso aí. Deveria ter, em todo lugar tem! Entrada lá em baixo e aqui, quer visitar? Turista? Paga aqui. E o próprio pessoal da comunidade seria o fiscalizador! A bota um restaurante aqui, e isso dá dinheiro! Bota uma “costela no fogão a lenha” só esse nome, pra tu ver quantos malucos vai aparecer aqui! Isso não aparece ninguém aqui por que eu não avisei ninguém.

Talvez Seu Ailton consiga vislumbrar as atividades turísticas no local por estar envolvido nesse clima de nostalgia, presente nas propagandas turísticas de Florianópolis, nas quais enfatizam a “exuberância da cultura dos engenhos, dos açorianos, do lindo patrimônio da Ilha da Magia”. No entanto, para os outros moradores entrevistados, os moradores “nativos”, essa visão nostálgica quase não existe, uma vez que o engenho e todas as atividades que desenvolveram e aprenderam com seus antepassados estavam ligados ao trabalho, ao trabalho árduo desde seus primeiros anos de vida. Assim como definiu Dona Maria:

Se não trabalhava não comia! (Dona Maria, 2013)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se ao longo desta pesquisa que a Comunidade do Sertão do Peri é um objeto que permite refletir como alguns lugares da Ilha de Santa Catarina foram instituídos e ressignificados pelo poder público municipal de Florianópolis no período de sua modernização, que, diga-se de passagem, ainda está em pleno desenvolvimento.

Essa construção é o fruto de ações que compõe um quadro dividido entre as políticas públicas e as visões e interpretações dos intelectuais da cidade, que fomentam a “modernidade” social e urbana da cidade. O Sertão do Peri, fruto da patrimonialização desenvolvida em meados da década de 1970, possibilita problematizar as relações e os discursos no campo do Patrimônio Cultural estabelecida por meio da memória dos moradores da comunidade do Sertão do Peri, de caráter inédito até o presente momento.

A participação no PIBID foi de extrema importância no amadurecimento pessoal e acadêmico possibilitando o conhecimento e compreensão de novos conceitos, como o Patrimônio Cultural, a Memória, a História Oral, por exemplo. Com a pesquisa desenvolvida durante o programa não surgiu apenas o objeto de pesquisa para este Trabalho, mas iniciou-se um processo de identificação com a própria área de atuação do historiador.

Ao descobrir o Sertão do Peri descobriu-se também que é necessário ter um olhar crítico sobre cada um dos documentos analisados. Assim quando nos deparamos com o primeiro documento encontrado sobre a comunidade o “Relatório sobre a Caracterização da População Residente da Bacia da Lagoa do Peri” foram elaborados vários questionamentos para esse documento: quem fez, por quê fez e para quem fez? As respostas em um primeiro momento foram baseadas em suposições negativas, parte influenciado pelo discurso inflamado de alguns moradores, parte pela falta sobre o conhecimento sobre o tema em questão.

O Relatório, se analisado dentro do contexto nacional e municipal de certa forma foi um “avanço” para a cidade, que na ânsia de modernização a todo custo quis exterminar tudo que não era novo, apagando da memória própria história da cidade. O Relatório levantou questões sobre o patrimônio em um momento em que as questões acerca do Patrimônio Cultural no país ainda estavam em franca abertura e ampliação. Em Florianópolis, por exemplo, o órgão responsável pelo Patrimônio Cultural ainda estava no seu quarto ano de funcionamento.

Apesar de a equipe técnica ter considerado apenas os engenhos como patrimônio da comunidade do Sertão do Peri, influenciados pela associação de patrimônio a monumentos de pedra e cal, se preocuparam em deixar a comunidade no local depois do tombamento da bacia da Lagoa do Peri. O Plano Diretor do Parque foi a forma de institucionalizar essa preocupação.

O processo de urbanização e modernização de Florianópolis iniciado no final do XIX e intensificado no século XX foi marcado pela a “era das invenções” e seus “planos diretores”. O início do século XX foi marcado pela “Invenção do Litoral” assim como determinou Hermetes Reis de Araújo (1989) iniciadas a partir de algumas reformas sanitárias e urbanas, na qual a estrutura física e dos habitantes da Ilha de Santa Catarina começava a se remodelar, por meio de uma série de projetos e práticas moldadas pelos valores de uma modernidade e de uma racionalidade científico-higienista europeia.

Pela “Invenção da Açorianidade” no como determinou Maria Bernadete Flores (1997) iniciada a partir do “Primeiro Congresso Catarinense de História” no ano de 1948. Já os Planos Diretores foram marcados pelo primeiro Plano Diretor da cidade elaborado ano de 1952 e aprovado no ano de 1954, pelo segundo Plano Diretor da cidade, o “Plano de Desenvolvimento Integrado da Grande Florianópolis”, redigido entre os anos de 1969 e 1971 e, aprovado no ano de 1976. E por último pela “Invenção do Sertão do Peri” como determinamos nesse trabalho, no qual a localidade foi ressignificada, marcados inicialmente pelo “Relatório de 1978”, pelo “Plano Diretor do Parque” do mesmo ano e pela Lei de criação do Parque Municipal da Lagoa do Peri do ano de 1981.

Contudo, percebemos que a “Invenção do Sertão do Peri” se deu principalmente por “preservar o patrimônio representado pela fauna, flora e paisagem” (inciso II da Lei de criação do Parque) e ainda que considerasse a “paisagem natural e cultural” (inciso IV da Lei de criação do Parque) para atividades educativas, lazer e recreação, nada foi realizado para “propiciar o desenvolvimento social crescente da Comunidade Nativa” (inciso III da lei de criação). Ou seja, a comunidade nunca foi ouvida, questionada sobre os impactos que o processo de patrimonialização teve em suas atividades, no seu cotidiano ou nas suas vidas. Por isso, a necessidade em dar voz aos moradores da comunidade nativa do Parque Municipal da Lagoa do Peri.

Explorar as recordações sobre a infância foi difícil uma vez que todos os entrevistados não se lembravam ou tinham poucas recordações, porém todas as

memórias se remetiam ao trabalho no engenho ajudando os pais nas atividades da lavoura. No roteiro de entrevistas foram elaboradas perguntas relacionadas a juventude, adolescência, mas sempre que questionados sobre os acontecimentos relativos a esse período os entrevistados lembravam principalmente das festas e comemorações, por isso decidimos determinar essa categoria.

Assim como nos explicou Bosi (1994, p. 408) as festas e comemorações fazem parte da memória coletiva que se desenvolve a partir de grupos, de laços de convivências familiares, escolares, profissionais, etc. Dessa forma a partir do momento em que nos identificamos com o grupo ele se transforma em um suporte para a memória.

As recordações sobre o fazer sempre foram relacionadas às atividades desenvolvidas em torno do engenho, que nos foram compartilhadas durante o processo de investigação. Por representar uma experiência singular e particular optou-se em descrever o saber fazer a partir do que os moradores da comunidade nos explicaram sobre o passo a passo a fabricação da farinha de mandioca.

As questões relativas ao Parque Municipal da Lagoa do Peri a sua criação e restrições, representaram diferentes opiniões e sentimentos, mas todos se dizem afetados pelas restrições impostas com a criação do Parque. O ritmo de vida dos moradores foi bruscamente afetado com esse processo, iniciado com as primeiras notícias acerca da criação do Parque principalmente, uma espécie de terrorismo, um “tal de disse me disse” que não deixavam alguns moradores dormir direito. O medo em perder as terras causou fez com que muitos moradores vendessem suas terras “antes deles tomarem” sem “dar nada em troca”.

Sobre as esperanças sobre o futuro muitos estão ou estavam desacreditados, exceto o Seu Ailton, que talvez por não ter vivido na comunidade e não ter acompanhado todo o processo que ocorreu na comunidade tem outra visão sobre a localidade. As frustrações da comunidade com o futuro são resultado da própria trajetória dos acontecimentos ocorridos durante o processo de criação do Parque. Estava dentre as principais propostas do Plano Diretor do Parque e no texto da lei de criação do Parque uma espécie de auxílio aos moradores que permanecessem na comunidade, por exemplo. Mas nenhuma ação em prol da comunidade foi realizada.

Quanto às questões sobre o turismo na localidade, apenas dois entrevistados consideraram validas a implantação das atividades turísticas na comunidade. Os dois entrevistados que tem mais contato com o “mundo exterior”. O Zeca do Alambique,

mantém um contato quase que diário de turistas a procura de sua cachaça artesanal, também sempre é procurado por jornais para conceder entrevistas comentando sobre a sua “famosa cachaça”. Já o Seu Ailton é um policial militar aposentado nascido e criado no bairro da Armação do Pântano do Sul, considerado um dos principais balneários turísticos do Sul da Ilha de Santa Catarina.

Contudo, é nítida a interferência do processo de patrimonialização ocorrido na comunidade do Sertão do Peri iniciados em 1976 e que ainda estão em pleno desenvolvimento, motivados principalmente pela especulação imobiliária nascida junto com o processo de urbanização e “modernização” da cidade de Florianópolis. Claro que não acreditamos na “utopia” que a comunidade estaria melhor sem criação do Parque, de certa forma a criação do Parque conseguiu frear, pelo menos até hoje, a especulação imobiliária no local. Mas acreditamos que se apenas a metade das propostas determinadas na lei que criou o Parque Municipal da Lagoa do Peri fossem colocadas em prática pelo poder público municipal, a memória e o saber fazer da comunidade permaneceriam vivos entre os moradores e as futuras gerações.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, B. M. **O patrimônio de Florianópolis: trajetória da gestão para sua preservação.** 2001. 226 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.
- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral.** 3.ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Ed. FG, 2013.
- ANDRADE, Almir de. **Os primeiros estudos sociais no Brasil, séculos XVI, XVII e XIII.** Rio de Janeiro: J. Olympio, 1941.
- ANTONIO FILHO, Fadel David. Sobre a palavra “sertão”: origens, significados e usos no Brasil (do ponto de vista da ciência geográfica). **Ciência Geográfica**, vol. 15, n. 1 jan/dez 2011. Bauru, 2011. Disponível em:<http://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXV_1/AGB_dez2011_artigos_versao_internet/AGB_dez2011_11.pdf>. Acesso em: 20 set. 2015
- ARAÚJO, H. R. **A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República.** 1989. 214 p. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1989.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 253 p. (Obras escolhidas; v.1).
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos.** 12. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRANCHER, Ana Lize; AREND, Sílvia Maria Fávero. **História de Santa Catarina: séculos XVI a XIX.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.
- BURKE, Peter (org.). **A Escrita a história: novas perspectivas.** São Paulo: Ed.UNESP, 1992.
- CABRAL, Luiz Otávio. **Bacia da Lagoa do Peri: sobre as dimensões da paisagem e seu valor.** 1999. 236 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 1999.
- CABRAL, Oswaldo R. **História de Santa Catarina.** Florianópolis: Imprensa da UFSC, 1968.
- CAMPOS, Nazareno José de. **Terras comunais na Ilha de Santa Catarina.** Florianópolis: FCC: Ed. da UFSC, 1991.
- CARDOSO, Jaqueline Henrique. **Políticas de turismo, patrimonialização e tensões identitárias: Santo Antônio de Lisboa (Florianópolis, SC), 1966-2012.** 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, 2003.

CASTANHEIRA, Karla Alves de Araújo França. A construção do sertão e os processos identitários: aproximações teóricas. In: SIMPÓSIO NACIONAL DISCURSO, IDENTIDADE E SOCIEDADE, 3, 2012, Campinas. **Anais eletrônicos...** Campinas: IEL/UNICAMP, 2012.

CENTRO DE ESTUDOS CULTURA E CIDADANIA. **Uma cidade numa ilha:** relatório sobre os problemas socioambientais da Ilha de Santa Catarina. 2. ed. Florianópolis: Insular, 1997.

DELGADO, Andréa Ferreira. Configurações do campo do patrimônio no Brasil. In: BARRETO, Euder Arrais et. al. **Patrimônio cultural e educação:** artigos e resultados. Goiânia, 2008.

DELGADO, Lucília Neves. **História Oral:** memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

ESPÍNDOLA, Elizabete Maria. **Cruz e Sousa:** modernidade e mobilidade social nas duas últimas décadas do século XIX. São Paulo, 2006. 136 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Estudos de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

FERREIRA, Sérgio Luiz. **O banho de mar na ilha de Santa Catarina.** Florianópolis: 1998.

FLORES, Maria Bernadete Ramos. **Povoadores da fronteira: os casais açorianos rumo ao Sul do Brasil.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 2000.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. **A Farra do Boi:** palavras, sentidos e ficções. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997.

FLORIANÓPOLIS. **Decreto Municipal nº 1408 do dia 04 de junho de 1976.** Tomba a área da bacia hidrográfica da Lagoa do Peri como Patrimônio Natural, também com o objetivo de proteger os ecossistemas ali existentes. Florianópolis, 1976

FLORIANÓPOLIS. **Lei 1828/81 | Lei nº 1828 de 03 de dezembro de 1981.** Cria o Parque Municipal da Lagoa do Peri e institui seu plano diretor de ocupação e uso do solo. Jus Brasil. Disponível em <<http://cm.jusbrasil.com.br/legislacao/1011938/lei-1828-81>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal. **Geoprocessamento corporativo.** Disponível em: <http://geo.pmf.sc.gov.br/geo_fpolis/>. Acesso em: 18 nov. 2013.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal. Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis-IPUF. **Atlas do Município de Florianópolis.** Florianópolis, 2004.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal. Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis. **Relatório sobre a Caracterização da População Residente da Bacia da Lagoa do Peri.** Florianópolis, 1978.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Para além da pedra e cal:** por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Registro. In: REZENDE, Maria Beatriz et al (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ARTIGO%20REGISTRO%20pdf\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ARTIGO%20REGISTRO%20pdf(1).pdf)>. Acesso em 20 fev. 2016.

GONÇALVES, Janice. **Sombrios umbrais a transpor:** arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX. São Paulo, 2006. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006.

GONÇALVES, Janice. História, tempo presente e patrimônio cultural. In: NASCIMENTO, Dorval do; BITENCOURT, João Batista. **Dimensões do urbano: múltiplas facetas da cidade**. Chapecó, SC: Argos, 2008. p. 105-124.

HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**. Tradução: Beatriz Sidou. São Paulo: Vértice, 1990.

HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p.261-273, jul/dez. 2006.

HOBSBAWM, Eric J. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das letras, 2013.

LEAL, João. **Cultura e identidade açoriana:** o movimento açorianista em Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 2007.

LIMA, Débora. **Ilha de Santa Catarina:** desenvolvimento urbano e meio ambiente. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007.

MAMIGONIAN, Gallotti Beatriz. Africanos em Santa Catarina: escravidão e identidade étnica (1750-1850). In: FRAGOSO, João et al (Orgs.). **Nas rotas do império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português**. Vitória; Lisboa; Brasília: Ed. UFES; Instituto de Investigações Científicas Tropicais; CNPq, 2006, p. 609-644.

MENDES, Caroline Cunha. **Discursos de açorianidade e agenciamento do passado: Memória, Patrimônio e Turismo no Ribeirão da Ilha:** Florianópolis/SC (1974-2013). Florianópolis, 2014. Monografia (Curso de História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade do Federal de Santa Catarina, 2014.

MORTARI, Cláudia; CARDOSO, Paulino de Jesus. Territórios negros em Florianópolis no século XX. In: BRANCHER, Ana (org.). **História de Santa Catarina:** estudos contemporâneos. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999. p. 86-91.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, nº10, dez, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, Henrique Pereira. Prefácio. In: BRANCHER, Ana Lize; AREND, Sílvia Maria Fávero (Orgs.). **História de Santa Catarina: séculos XVI a XIX**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004. 206p.

ORTIZ, Renato. Sociedade e cultura. In: GARCIA, Afrânio; SACHS, Ignacy; MILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sergio. **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p.185-209.

PAULI, Evaldo. **A fundação de Florianópolis**. 2a ed. Florianópolis: Lunardelli, 1987.

PEREIRA, Nereu do Vale. **Os Engenhos de Farinha de Mandioca da Ilha de Santa Catarina: Etnografia Catarinense**. Florianópolis: Editora Fundação Cultural Açorianista, 1993.

PIAZZA, Walter. **A epopeia açórico-madeirense: 1748 - 1756**. Florianópolis: UFSC: Ed. Lunardelli, 1992.

PIRES, Daniel **Engenho de farinha no Sertão do Peri**. Portal Sul da Ilha, Florianópolis, 2013. Disponível em: <<http://www.suldailha.com.br/content/view/684/37/>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

POLLACK, Michael. Memória e Identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p.3-15.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 200-212.

REIS, Almir Francisco. **Ilha de Santa Catarina: permanências e transformações**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2012.

RIBEIRO, W. C. **A ordem ambiental internacional**. São Paulo: Contexto, 2001.

RICHTER, Fábio Andreas. **Corpo e alma de Florianópolis: o patrimônio cultural na ação do governo do município - 1974 a 2008**. 2009. Florianópolis, 2009.167 p. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, 2009. Disponível em: <http://www.tede.udesc.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1607>. Acesso em: 20 out. 2015.

ROCHA, Geisa Silveira da. Florianópolis e seus dois primeiros planos diretores: entre discurso e realizações. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO, 2. 2014, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, UDESC, 2014.

ROSA, Edson. Povoado nas montanhas do Peri preserva rotina da vida rural em Florianópolis. **Jornal Notícias do Dia**. Florianópolis, 16 de julho de 2012). p. 6-7.

SERPA, Élio Cantalício. A identidade catarinense nos discursos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v.14, n.20, p.63-79, 1996.

SERTÃO. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio**: o dicionário da língua portuguesa. Curitiba: Positivo, 2008.

SERTÃO. In: HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

SILVA, Osvaldo Paulino da. **Arqueologia dos Engenhos da Ilha de Santa Catarina**. Erechim, RS: Habilis, 2007.

SOUSA, Candice Vidal, **A pátria Geográfica**: sertão e litoral no pensamento social brasileiro. Ed. Da UFG, 1997.

SUGAI, M. I. **As intervenções viárias e as transformações do espaço urbano**. A Via de Contorno Norte-Ilha. 1994. 232 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994, 214-215.

ZIMMERMANN, Fernanda. **De armação baleeira a engenhos de farinha: fortuna e escravidão em São Miguel da Terra Firme - SC: 1800-1860**. 142 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, Florianópolis, 2011.

APÊNDICE A – Roteiros das entrevistas

Roteiro geral

- 1- Qual a importância do Sertão do Peri na sua vida?
- 2- Sempre morou no Sertão do Peri?
- 3- A família já morava o Sertão do Peri?
 - a) quando chegaram
 - b) como adquiriram a terra
- 4- Qual era a base de subsistência da família?
 - a) tipo de alimentos
 - b) fonte de renda
 - c) o que plantavam?
- 5- Como era o contato com os outros “lugares” (bairros, etc.)?
 - a) meios de comunicação
 - b) como chegavam a outros lugares
 - c) relação com as outras pessoas
- 6- Como era a relação com os vizinhos?
- 7- Relação com o espaço:
 - a) o que plantavam?
 - b) dificuldades
- 8- A relação com o engenho:
 - a) Lembranças boas/ruins
 - b) principais atividades exercidas
 - c) quanto tempo exerceu essas funções?
- 9- Com a implantação do Parque em 1981:
 - a) O que mudou?
 - b) Impactos no dia a dia
 - c) Benefícios/malefícios
 - d) Preferência
- 10- Nos dias atuais:
 - a) a importância do engenho
 - b) fonte de renda/ subsistência
 - c) atividades diárias
 - d) acesso a outros locais
- 11- Sertão do Peri hoje enquanto um lugar de preservação:
 - a) deve continuar do mesmo jeito? Porque?
 - b) o que deveria ser feito?
 - c) a relação com as pessoas que visitam
 - d) benefícios/malefícios

- e) importância para os familiares
- f) a importância para o resto da cidade
- g) uma definição/o que define

Roteiro Seu Sid (morador do Sertão)

Nome completo:

Data de nascimento:

Local de nascimento:

Formação:

Atividades:

Quanto tempo mora no Sertão?

Qual o nome mais apropriado Sertão do Peri ou Sertão do Ribeirão? Tem diferença?

1 - Infância no Sertão

Qual o lugar preferido?

A casa onde morava, consegue descrever?

A pessoa que mais lembra do passado

Tipo de brincadeiras/passatempo

Tipo de comida que mais gostava

Lembra de alguma receita?

O que lembra da escola?

2 - Sobre a lavoura

Primeiro contato com a lavoura foi em que época?

Com quem aprendeu a lidar com lavoura?

O que plantavam?

Quando plantavam?

Quando colhiam?

Principais funções na lavoura, como era o trabalho?

Tempo que ficava na lavoura?

Tinha divisão de trabalho, entre homens e mulheres?

Quais as funções dos homens?

Quais as funções das mulheres?

Tinha algum negro que trabalhava na lavoura?

Algum parente ou vizinho tinha negros para trabalhar na lavoura?

Quais as maiores dificuldades?

As plantações eram para vender?

Para quem vendiam?

3 - Sobre o engenho

Com que idade teve contato com o engenho?

Com quem aprendeu a trabalhar no engenho?

O engenho era da família?

Onde ficava?

Ainda existe?

Quais as atividades exercidas no engenho?

Qual era a mais fácil?

Qual era mais difícil?

Quais são os processos para fazer a farinha?

Para a raspagem são necessárias quantas pessoas?
 Pode ser qualquer pessoa?
 Para ralar quantas pessoas são necessárias?
 Pode ser qualquer pessoa?
 Quanto tempo demora para ralar?
 Para a prensagem são necessárias quantas pessoas?
 Qual a quantidade necessária para pensar?
 Quanto tempo precisa ficar prensada?
 Para fornecer são necessárias quantas pessoas?
 Quanto tempo leva para fornecer?
 Pode ser qualquer pessoa?
 Quem participava da farinhada?
 Os negros também trabalhavam?
 Algum parente ou vizinho tinha negros?
 A farinha produzida era vendida? Para quem? Como?
 Por quanto tempo trabalhou nos engenhos?
 Ainda trabalha no engenho ou na lavoura?
 Por que parou?
 Em que ano parou de trabalhar nos engenhos?

4 – Família

Quando se casou mudou a rotina de trabalho?
 Que ano se casou?
 Onde conheceu a esposa?
 Quantos filhos teve?
 Todos moram no Sertão?
 Onde moram?
 Eles se interessam pelo Sertão/lavoura/engenho?

5 – Parque Municipal da Lagoa do Peri

Depois que o Sertão se transformou em Parque o que mudou?
 Quais foram as mudanças na rotina?
 Uma das propostas do Parque era pagar um salário, você ganhou? Sabe quem ganhou?
 Existem restrições para plantar, quais as fontes de renda hoje?
 O que deveria ser feito no Sertão em relação às restrições?
 Quais órgãos governamentais podem auxiliar?
 Como você vê o Sertão no futuro, daqui 20, 30 anos?
 Como você descreveria o Sertão para uma pessoa que nunca esteve aqui?
 Se fosse descrever o Sertão do Peri para os netos, o que diria?

Roteiro Seu Zeca (morador do Sertão)

Nome completo:
 Data de nascimento:
 Local de nascimento:
 Formação:
 Atividades:
 Quanto tempo mora no Sertão?
 Qual o nome mais apropriado Sertão do Peri ou Sertão do Ribeirão?

Tem diferença?

1- Infância no Sertão

Qual o lugar preferido

A casa onde morava, consegue descrever

A pessoa que mais lembra do passado

Tipo de brincadeiras/passatempo

Tipo de comida que mais gostava

Lembra de alguma receita

O que lembra da escola

2 - Sobre a lavoura

Primeiro contato com a lavoura foi em que época?

Com quem aprendeu a lidar com lavoura

O que plantavam?

Quando plantavam?

Quando colhiam?

Principais funções na lavoura, como era o trabalho?

Tempo que ficava na lavoura

Tinha divisão de trabalho, entre homens e mulheres?

Quais as funções dos homens?

Quais as funções das mulheres?

Tinha algum negro que trabalhava na lavoura?

Algum parente ou vizinho tinha negros para trabalhar na lavoura?

Quais as maiores dificuldades?

As plantações eram para vender?

Para quem vendiam?

3 - Sobre o engenho

Com que idade teve contato com o engenho?

Com quem aprendeu a trabalhar no engenho?

O engenho era da família?

Onde ficava?

Ainda existe?

Quais as atividades exercidas no engenho?

Qual era a mais fácil?

Qual era mais difícil?

Quais são os processos para fazer a farinha?

Para a raspagem são necessárias quantas pessoas?

Pode ser qualquer pessoa?

Para ralar quantas pessoas são necessárias?

Pode ser qualquer pessoa?

Quanto tempo demora para ralar?

Para a prensagem são necessárias quantas pessoas?

Qual a quantidade necessária para prensar?

Quanto tempo precisa ficar prensada?

Para fornecer são necessárias quantas pessoas?

Quanto tempo leva para fornecer?

Pode ser qualquer pessoa?

Quem participava da farinhada?
 Os negros também trabalhavam?
 Algum parente ou vizinho tinha negros?
 A farinha produzida era vendida? Para quem? Como?
 Por quanto tempo trabalhou nos engenhos?
 Ainda trabalha no engenho ou na lavoura?
 Por que parou?
 Em que ano parou de trabalhar nos engenhos?

4 - Família

Quando se casou mudou a rotina de trabalho?
 Que ano se casou?
 Onde conheceu a esposa?
 Quantos filhos teve?
 Todos moram no Sertão?
 Onde moram?
 Eles se interessam pelo Sertão/lavoura/engenho?

5 – Parque Municipal da Lagoa do Peri

Depois que o Sertão se transformou em Parque o que mudou?
 Quais foram as mudanças na rotina?
 Uma das propostas do Parque era pagar um salário, você ganhou? Sabe quem ganhou?
 Existem restrições para plantar, quais as fontes de renda hoje?
 O que deveria ser feito no Sertão em relação às restrições?
 Quais órgãos governamentais podem auxiliar?
 Como você vê o Sertão no futuro, daqui 20, 30 anos?
 Como você descreveria o Sertão para uma pessoa que nunca esteve aqui?
 Se fosse descrever o Sertão do Peri para os netos, o que diria?

Roteiro Dona Dilma

Nome completo:
 Data de nascimento:
 Local de nascimento:
 Formação:
 Atividades:

1- Infância no Sertão do Peri

Qual o lugar preferido?
 A casa onde morava, consegue descrever?
 A pessoa que mais lembra do passado
 Tipo de brincadeiras/passatempo
 Tipo de comida que mais gostava
 Lembra de alguma receita
 Escola
 Músicas/cantigas

2- Sobre o engenho/lavoura

Primeiro contato engenho/lavoura
 Com quem aprendeu a lidar com engenho/lavoura?

Principais funções engenho/lavoura
Tempo que ficava no engenho/lavoura

3- Mocidade/Família

Mudanças na rotina
Diversão
Casamento
Filhos
Dificuldades

4- Produção de farinha

Dificuldades
Restrições ambientais
Alternativas
Herança para os filhos (saber-fazer)

5- Espaço do Sertão do Peri

Importância pessoal
Importância para a comunidade
Importância para a cidade

6-Futuro do Sertão do Peri

Da comunidade
Da memória sobre os engenhos
Preservação do meio ambiente

7- Turismo

Opinião sobre o desenvolvimento do turismo no Sertão do Peri
Contribuição dos engenhos no desenvolvimento
Contribuição da comunidade no desenvolvimento

8- Entrevistas

Lembra quantas já concedeu?
Sempre fala a mesma coisa?

10) Importância do engenho

a) na vida
Para o Sertão do Peri
Para Florianópolis

11- Se fosse descrever o Sertão do Peri para os netos, o que diria?

APÊNDICE B – Informações sobre as entrevistas

Entrevistado: Ailton Bonifácio Barbosa (Seu Aílton)
Idade: 54 anos,
Profissão: Policial Militar.
Proprietário do Engenho de farinha no Ribeirão da Ilha
Entrevista realizada em 07 jun. 2013.
Concedida a Maicon Resende e Daniela Sbravati.

Entrevistada: Dilma Martins (Dona Dilma)
Idade: 58 anos
Profissão: agricultora
Entrevista realizada em 19 jun. 2015
Concedida a Maicon Resende

Entrevistado: Sidnei Izidro Martins (Seu Sid)
Idade: 66 anos
Profissão: agricultor
Entrevista realizada em 19 jun. 2015
Concedida a Maicon Resende

Entrevistado: José dos Santos (Zeca do Alambique)
Idade: 58 anos
Profissão: agricultor e produtor local
Proprietário do Alambique de cachaça no Ribeirão da Ilha
Entrevista realizada em 19 jun. 2015
Concedida a Maicon Resende

Entrevistada: Maria Ana Soares (Dona Maria),
Idade: 80 anos
Profissão: agricultora
Uma das moradoras mais antigas do Sertão do Peri. Faleceu em meados de 2015
Entrevista realizada em 07 jun. 2013
Concedida a Maicon Resende e Daniela Sbravati.